

Universidade Federal do Ceará – UFC  
Faculdade de Educação – FAGED  
Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira  
Mestrado em Educação Brasileira

## *Na Trilha da Educação Popular*

*Analisando o processo educativo num projeto do Programa Capacitação  
Solidária.*

*Francisco Antônio Ferreira de Almeida*

*Fortaleza, março de 2.002*

*Na Trilha da Educação Popular*  
*Analisando o processo educativo num projeto do Programa Capacitação*  
*Solidária*

**Francisco Antônio Ferreira de Almeida**

**Esta Dissertação será submetida ao Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, para obtenção do grau de Mestre em Educação.**

Orientadora: Sandra Haydée Petit

Professora Dra. do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira

Faculdade de Educação - Universidade Federal do Ceará - UFC

**Fortaleza – 2002**

*Na Trilha da Educação Popular*  
*Analisando o processo educativo num projeto do Programa Capacitação Solidária*

Dissertação Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

**Francisco Antônio Ferreira de Almeida**

Orientadora: \_\_\_\_\_

**Professora Dra. Sandra Haydée Petit**

Examinador 1: \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Eymard Mourão Vasconcelos**

Examinadora 2: \_\_\_\_\_

**Professora Dra. Ana Maria Iório Dias**

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Esta Dissertação encontra-se na biblioteca do Centro de Humanidades da UFC – Campus do Benfica, à disposição das pessoas interessadas.

## **Agradecimentos**

No decorrer deste trabalho vários desafios foram vencidos e nada me seria possível sem a força que me impulsionou a escrever e falar sobre a problemática do Social, principalmente sobre a questão da educação. Assim, agradeço primeiramente ao Deus da Vida, Pai/Mãe de todas as criaturas e Artista do Universo, que me impulsiona a colocar minha simples sabedoria de humano e pesquisador acadêmico a serviço da Defesa e Promoção da Vida. Agradeço à minha Família, especialmente à minha amada esposa Luciana Souza Silva de Almeida, educadora e pesquisadora da educação, que com seu carinho e amor muito me animou e apoiou, contribuindo neste trabalho com seus comentários e opiniões acerca da problemática da prática da Educação Popular. Agradeço ao grupo CPEC/ Pé no Chão, da comunidade do Canindezinho, especialmente à Bernadete, Adilson e Ana Silva, que como lideranças deste grupo, foram tolerantes, amigos e incansáveis colaboradores durante toda a pesquisa. Agradeço a cada um dos jovens educandos do projeto Profissionalizando para o Futuro, especialmente à Geruza, Reginaldo, Salete, Euclério, Magda, Adriana, Juvenilda, Cristiane e Gerlene, que muito gentilmente concordaram em ser co-autores deste trabalho, participando diretamente de sua construção através dos encontros de Educação e Cidadania e dos “bate-papos” individuais das entrevistas. Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, pela grande contribuição que deram à minha formação de pesquisador da Educação. Agradeço finalmente à minha querida amiga professora Sandra Haydeé Petit, pela sua paciência e grande dedicação ao assumir a árdua missão de me orientar pelo caminho da pesquisa em Educação Popular, pelo qual me apaixonei e que pretendo continuar estudando.

## Resumo

Este trabalho visa estudar e compreender o processo educativo desenvolvido no Projeto Profissionalizando para o Futuro, do CPEC - Centro Popular de Educação e Cultura Pé no Chão, realizado sob a orientação e apoio do Programa Capacitação Solidária. Constitui-se numa análise de uma ação educativa popular específica, dentro de uma perspectiva singular de prática social, a saber, um projeto realizado com as orientações de um programa governamental, o Programa Capacitação Solidária. Os principais eixos da problemática da pesquisa, em síntese, são: a) a relação entre conteúdo/prática educadora desenvolvidas nesses projetos e a prática da Educação Popular; b) a maneira como se dão os processos participativos na definição dos cursos, elaboração dos projetos e realização das atividades, a partir da ótica dos educandos; c) a possível relação existente entre o conteúdo e a prática educacional desenvolvidos nos projetos e a educação formal. Trata-se de uma análise que tem como ponto de partida a visão dos próprios educandos acerca de sua experiência no processo educacional do referido projeto, à luz da reflexão teórica sobre o conceito e prática em Educação Popular e tendo a Abordagem Institucionalista como referencial teórico-metodológico. Os resultados apontam para a possibilidade de realização da educação popular em qualquer espaço educativo, mesmo aqueles sob a influência direta de organismos ou programas governamentais. A forma como se desenvolvem os processos grupais e a prática política e educativa dos educadores são considerados o diferencial para se identificar um determinado projeto educacional como Educação Popular.

## Résumé

Ce document a l'objectif d'analyser et de comprendre le processus éducatif du Projet – Profissionalizando para o Futuro- (enseignement professionnel vers l'avenir) mis en place par CPEC – Centre Populaire d'Education et Culture Pé no Chão (pied au sol), soutenu par l'appui du Programme de Formation Solidaire. On analyse surtout l'action éducative populaire spécifique comme une perspective singulière de pratique sociale appuyée par un programme gouvernemental Programme Formation Solidaire. Les principaux axes de la recherche (en synthèse) sont les suivants: a) – La relation entre contenu/pratique éducative développés au sein de ces projets et aussi la pratique de l'Education Populaire; b) Comment se passe la participation du public-cible (leur regard) vers la définition des cours, l'élaboration des projets et la mise en place des activités; c) La possible relation entre le contenu/pratique éducationnelle réalisée dans le projet et l'éducation formelle. Il s'agit d'une réflexion qui valorise le regard du public sur leurs propres expériences vécues dans le processus éducationnel de ce projet, sous la réflexion théorique de l'idée et de la pratique d'Education Populaire. La référence théorique-méthodologique est l'Abordage Institutionnel. Les résultats démontrent la possibilité de la réalisation de l'éducation populaire dans tous les espaces éducatifs gouvernementaux et non-gouvernementaux. La façon comme les groupes réalisent leurs processus éducatifs et la pratique politique/éducative des éducateurs sont considérés l'opposition qui identifie un certain projet éducationnel comme Education Populaire.

## Sumário

<b>Introdução: Trajetória da pesquisa.....</b>	<b>08</b>
<b>Capítulo I: Aproximações .....</b>	<b>14</b>
1.1. Aproximações Político-religiosas.....	15
1.2. Aproximações Acadêmico-Epistemológicas.....	17
1.3. Aproximações com a comunidade: Primeiros Fragmentos do Diário de Campo.....	24
<b>Capítulo II: Entrando no assunto: O Cotidiano da Pesquisa a partir do Diário de Campo e dos “bate-papos” das entrevistas.....</b>	<b>37</b>
2.1. Diário de Campo: registros do cotidiano de pesquisador .....	38
2.2. Um “bate-papo” com os Educandos: o diálogo das entrevistas.....	52
<b>Capítulo III: Em Cena: o Programa Capacitação Solidária.....</b>	<b>94</b>
<b>Capítulo IV: CPEC &amp; Programa Capacitação Solidária:</b>	
<b>Reflexões à Luz de algumas concepções de EP e da Análise Institucional.....</b>	<b>105</b>
4.1. Analisando a experiência dos educandos.....	107
4.2. Reflexões teóricas em EP, a partir da experiência da pesquisa.....	124
4.3. Análise Institucional: um “fio condutor”.....	143
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>144</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>148</b>

## **Introdução:**

### **Trajectoria da pesquisa**

Como o seu título sugere, este trabalho apresenta-se como uma reflexão acerca de uma experiência de Educação Popular, tendo como base analítica o enfoque dos próprios educandos que foram sujeitos do processo educativo desenvolvido no projeto Profissionalizando para o Futuro – Programa Capacitação Solidária, no período 1999/2.000. A idéia foi fazer uma análise de uma prática educativa popular, que se insere dentro de uma perspectiva singular de prática social, a saber, um projeto realizado com as orientações do Programa Capacitação Solidária. Trata-se da tentativa de contribuir para o fértil campo do debate sobre teoria e prática em Educação Popular, principalmente no que concerne às experiências efetivadas no campo de influência de programas governamentais.

Neste sentido, os principais eixos da problemática da pesquisa, em síntese, são: a) a relação entre conteúdo/prática educadora desenvolvidas nesses projetos e a prática da Educação Popular; b) a maneira como se dão os processos participativos na definição dos cursos, elaboração dos projetos e realização das atividades, a partir da ótica dos educandos; c) a possível relação existente entre o conteúdo e a prática educacional desenvolvidos nos projetos e a educação formal.

Assim, tem-se como principal pergunta norteadora da pesquisa: *As práticas educativas, inspiradas na EP, conseguem subverter os possíveis interesses ideológicos que permeiam os padrões sociais norteadores do Programa Capacitação Solidária?*

É importante salientar que a perspectiva inicial da pesquisa era bem mais ampla. Em linhas gerais, a intenção primordial era estudar os padrões de relações sociais e de poder que se estabelecem entre movimento popular, instituições governamentais e outros agentes políticos, como ONG's, Igreja, Partidos Políticos e empresas, durante a realização dos processos educativos desenvolvidos nos projetos engendrados e orientados na perspectiva do Programa Capacitação Solidária. A questão da parceria entre o movimento popular e esses outros atores da sociedade, em processos educativos populares, em suma, era a tônica primeira do trabalho.



Entretanto, o processo de aprofundamento das reflexões sobre a problemática da pesquisa, proporcionado pelos estudos desenvolvidos no contexto do Mestrado em Educação da FAGED/UFC, bem como os contatos diretos com a experiência do Projeto Profissionalizando para o Futuro, desenvolvido pelo Centro Popular de Educação e Cultura – CPEC/Pé no Chão, foram decisivos para que houvesse a mudança de perspectiva da pesquisa. Gostaria aqui de registrar o quanto foi fundamental, neste processo, a convivência direta estabelecida com os jovens participantes do projeto, através dos encontros de Educação e Cidadania, que tive a oportunidade de contribuir como facilitador.

Esclarecido o processo que gerou a base da problemática da pesquisa, gostaria de prosseguir na exposição deste trabalho, apresentando um pouco a maneira como ele está esquematizado.

Como pesquisador do social, acredito que o campo de pesquisa da Educação Popular requer uma relação de proximidade muito maior com o objeto/sujeito pesquisado, que são os próprios seres humanos em suas relações e comportamentos dentro de processos educacionais. No decorrer da leitura deste trabalho, tendo em vista a opção teórico-metodológica que passa por uma concepção específica de Educação Popular e assume alguns conceitos da Abordagem Institucionalista, não é difícil notar que a pesquisa é caracterizada por um mergulho na vida do grupo pesquisado, gerando um produto que não poderia figurar em segundo plano, no conteúdo do trabalho. Trata-se do próprio registro do cotidiano das minhas relações com o grupo de jovens, lideranças e educadores integrantes do projeto Profissionalizando para o Futuro, do CPEC Pé no Chão.

Referindo-se ao trabalho etnográfico especificamente, Francois Laplantine afirma, que estudar os homens:

(...) é antes a experiência de uma imersão total, consistindo em uma verdadeira aculturação invertida, na qual, longe de compreender uma sociedade apenas em suas manifestações exteriores (Durkheim), devo interiorizá-la nas significações que os próprios indivíduos atribuem a seus comportamentos (1985:150).

Resguardando-se as especificidades da abordagem etnográfica, este trabalho reflete o meu compromisso de buscar uma relação interativa e “íntima” de mergulho na

experiência da comunidade pesquisada, onde, enquanto pesquisador e educador, vivi um processo de aproximação, não só do tema da pesquisa, mas com o próprio grupo que pesquisei. Assim sendo, considero que nada é mais justo do que montar a estrutura de exposição dos resultados de acordo com as etapas vividas no processo da pesquisa.

Neste sentido, o primeiro capítulo do trabalho trata exatamente desse processo de “aconchegamento” com o tema e com a comunidade pesquisada. Em primeiro lugar, registro um pouco da trajetória de minha vida pessoal, como educador, militante dos movimentos populares e pesquisador acadêmico do social, em cujas relações sociais construídas inscreve-se o meu envolvimento com o mote do tema da pesquisa, a saber, os projetos educacionais de capacitação profissional desenvolvidos por entidades populares em parceria com o Programa Capacitação Solidária.

Em um segundo momento deste capítulo, registro a maneira como se deu o processo de aproximação com a comunidade do Canindezinho, mais especificamente com o Centro Popular de Educação e Cultura Pé no Chão. Aqui, o Diário de Campo da Pesquisa passa a ser a fonte privilegiada de registro das relações vividas neste chegar-se à comunidade.

No segundo capítulo, através de um mergulho no cotidiano do projeto, com o Diário de Campo, são registradas as primeiras impressões acerca das relações e do processo educacional desenvolvido pelos educadores e lideranças do CPEC Pé no Chão, dos quais também faço parte. Considera-se, aqui, a exposição da experiência de observação, ativa e participante, do cotidiano do projeto, como base fundamental para lançar-se um olhar analítico no sujeito pesquisado.

Nesta perspectiva, René Lourau aponta o diário de campo da pesquisa como um instrumento importante, não só de coleta de dados, mas sobretudo de registro do cotidiano da produção do conhecimento, a partir da relação dinâmica e interativa entre pesquisador e grupo pesquisado. Ele aponta alguns elementos produzidos pelo diário de campo que considera fundamentais para uma maior transparência da própria cientificidade da pesquisa.

Em primeiro lugar, para Lourau, o diário de campo é um elemento produtor de um conhecimento sobre a temporalidade da pesquisa, o que permite ao leitor um acesso ao processo cotidiano do exercício de pesquisar. Afirma ele:

“Uma característica da escritura ‘fora do texto’, como o poderemos constatar lendo os diários de campo, é a de produzir um conhecimento sobre a temporalidade da pesquisa(...) O diário nos permite o conhecimento da vivência cotidiana de campo (não o ‘que fazer das normas’, mas o ‘como foi feito da prática’). Tal conhecimento possibilita compreender melhor as condições de produção da vida intelectual e evita a construção daquilo que chamarei de ‘lado mágico’ ou ‘ilusório’ da pesquisa (fantasias, em torno da cientificidade, geradas pela ‘asséptica’ leitura dos ‘resultados finais’ da pesquisa. Sem as condições de emergência dos ‘dados’ da pesquisa, o leitor vai ter sempre muitas ilusões sobre a cotidianidade da produção científica” (1993: 77).

Para Lourau, o diário de campo é, portanto, um instrumento que aproxima o leitor com o próprio processo de construção da pesquisa, permitindo-lhe uma maior compreensão das condições que geraram os resultados apresentados no relatório final do trabalho. É um instrumento que possibilita uma interação entre leitor e cotidiano da produção científica.

Uma outra característica importante do diário de campo, segundo Lourau, é a sua capacidade de “reconstituir a história subjetiva do pesquisador”. Isso faz com que se revelem as implicações, pessoais e institucionais, do pesquisador, bem como as transformações que as relações constituídas durante a pesquisa produziam em sua pessoa.

“O diário da pesquisa – que, por sinal, não é, necessariamente, redigido todos os dias – reconstitui a história subjetiva do pesquisador. Mostra, entre outras coisas, as contradições entre a temporalidade da produção pessoal e a institucional ou burocrática”. (Idem, p. 78).

Assumindo a perspectiva de Lourau, que aponta para a valorização do processo desenvolvido no cotidiano da pesquisa, e tendo em vista que a análise desta pesquisa tem como enfoque principal a experiência dos educandos do projeto, partindo de seus próprios depoimentos, apresento, ainda no segundo capítulo, alguns dos diálogos mantidos com os jovens do grupo pesquisado. Sob a forma de “bate-papos”, considero que esses diálogos extrapolam o mero ato de “sugar” informações em uma entrevista, demonstrando a busca da interação com os sujeitos pesquisados. Por outro lado, ao se registrar os depoimentos na íntegra, busca-se não somente reforçar uma visão do processo da pesquisa, mas também facilitar ao leitor um contato direto com os

educandos e suas experiências, possibilitando-lhes a “gestação” de seus próprios pontos de vista, a fim de proporcionar um debate com os pontos de vista defendidos nesse trabalho.

Uma vez já expostos alguns elementos empíricos que sustentam a pesquisa, é o momento de tecer algumas reflexões sobre o surgimento e a perspectiva de trabalho do Programa Capacitação Solidária, cuja atuação educativa junto aos setores populares tornou-se o mote desta pesquisa. O terceiro capítulo, portanto, constitui-se numa discussão e análise sobre a origem e o contexto de surgimento do Programa Comunidade Solidária, programa governamental que tem sido o carro-chefe dos projetos Sociais do atual governo do Brasil, e ao qual está ligado o Capacitação Solidária. Busca-se identificar e entender os elementos sociais e políticos determinantes dos processos de parceria que caracterizam os projetos sociais desenvolvidos por entidades populares e ONG's nos anos 90. Apesar de não ser a tônica principal do trabalho, faz-se necessário esclarecer que as experiências educativas orientadas pelo Programa Capacitação Solidária, situam-se dentro desse contexto mais amplo de relações de parceria, no qual se inscreve também a experiência de EP realizada pelo CPEC Pé no Chão.

No quarto capítulo, enfim, é o momento de apresentar minhas análises e reflexões teóricas a partir dos elementos empíricos pesquisados. Aqui é destacada, em primeiro lugar, a minha análise e interpretação, enquanto estudioso da Educação Popular, sobre os processos educativos vividos pelos jovens educandos do Projeto Profissionalizando para o Futuro, do CPEC Pé no Chão. A intenção é mostrar que os “ganhos” ou resultados do processo educativo vivido pelos jovens somente podem ser percebidos a partir do seu cotidiano, mesmo que não sejam produzidos grandes atos de militância social e política.

Em seguida, desenvolvo, com a ajuda de alguns outros estudiosos do assunto, uma discussão teórica sobre o conceito de Educação Popular, tendo em vista a experiência analisada na pesquisa. A idéia é identificar até que ponto os processos educativos vividos em projetos do Programa Capacitação Solidária podem ser considerados experiências de EP.

Concluindo o capítulo, situo as relações analisadas dentro da perspectiva da abordagem Institucionalista. Procuo refletir sobre a forma como essas relações podem ser consideradas enquanto elementos instituintes de outros processos que possibilitam, no cotidiano de vida das pessoas, efetivamente subverter práticas institucionais consolidadas e impostas pela sociedade, no caso, por uma entidade governamental como o Programa Capacitação Solidária. As categorias adotadas para essa análise são Instituição, Instituinte, Instituído e Institucionalização, conforme definição de René Lourau.

O capítulo das Considerações Finais busca sintetizar alguns elementos identificados nas relações entre educadores/lideranças e educandos que se constituem parte do processo de Educação Popular realizado. Por outro lado, também registro algumas conclusões que considero fruto dessa relação dialética entre a prática de uma experiência pontual de EP e as discussões teóricas acerca do assunto.

Espero, enquanto estudioso e educador popular, estar contribuindo para o aquecimento do debate sobre EP, tendo em vista seus desafios e perspectivas para o milênio que se inicia, principalmente no que concerne à relação de suas experiências educativas com projetos ou programas governamentais. Por outro lado, também espero contribuir para as discussões em torno da valorização do cotidiano, enquanto espaço concreto de realização das transformações que a EP vislumbra para a sociedade como um todo.

## CAPÍTULO I

# Aproximações

Antes de iniciar a discussão propriamente dita sobre o processo da pesquisa e a análise de seus resultados, e como pesquisador que tem a Análise Institucional como referencial de análise teórica, considero importante apresentar ao leitor(a) um pouco do processo de aproximação com a temática da pesquisa e com a comunidade. Por um lado, procuro mostrar um pouco a minha trajetória pessoal, que passa pela atuação nos movimentos populares ligados à Igreja Católica, na academia – graduação em Ciências Sociais e a opção pelo curso de Mestrado em Educação brasileira da UFC – pelo meu envolvimento em projetos do Programa Capacitação Solidária. A idéia é dar ao leitor elementos para perceber o quanto, de alguma maneira, a minha vida engajada e acadêmica, anterior à pesquisa, foi determinante para a definição da temática.

Por outro lado, também apresento como foi o processo de aproximação e “aconchegamento” com a comunidade do Canindezinho e o pessoal do Centro Popular de Educação e Cultura Pé no Chão. O que me levou a escolher essa comunidade para a pesquisa e de que maneira se estabeleceram as relações que contribuíram para o desenvolvimento do meu trabalho. Aqui o Diário de Campo já desponta como principal instrumento de registro e expressão dessa experiência inicial da pesquisa

### ***1.1. Aproximações político-religiosas.***

O meu envolvimento no trabalho com pessoas em grupos remonta ao período de infância. Nascido em Caridade, cidade do interior do Ceará vizinha de um dos grandes centros de fé e tradição religiosa do Estado, a cidade de Canindé, vim para Fortaleza com meus pais ainda muito pequeno. Aqui chegando, no início dos anos 70, meu pai, que era Mestre de Obras, e minha mãe que estava iniciando no aprendizado da profissão de costureira por meio de uma amiga, muito lutaram para dar a nós, seus filhos<sup>1</sup>, o melhor possível, apesar de nossa pobreza. Minha mãe, católica fervorosa, logo iniciou-me no processo de educação da fé católica, a chamada catequese.

Próximo a minha casa, no bairro do Parque São José, havia um centro de formação religiosa pertencente a uma congregação religiosa masculina chamada Irmãos Maristas. Foi lá que fiz a minha primeira eucaristia e continuei na catequese de

---

<sup>1</sup> Hoje somos em 5 filhos: 3 mulheres e dois homens, dos quais sou o primogênito.

perseverança. Posteriormente também participei de grupos de jovens e do grupo de vocacionados maristas.

Quando estava concluindo o 1º grau, no final de 1987, decidi ingressar na experiência de vida religiosa dos Irmãos Maristas. Assim no ano seguinte, mudei-me para o Centro de Formação Marista, que situava-se no meu bairro, enquanto iniciava os estudos de segundo grau. Porém, em junho deste mesmo ano, após uma decepção e desentendimento com colegas de comunidade, decidi abandonar essa experiência e retornar para a casa de meus pais.

Algum tempo depois, a convite de um colega do bairro, fiz contato com os grupos da capela da comunidade católica em que morava, no bairro da Vila Manoel Sátiro. Comecei ingressando na Equipe de Liturgia da comunidade. Participava da organização e animação das missas, onde utilizávamos instrumentos populares como violão e atabaque, e realizávamos dramatizações das leituras bíblicas ou de temas como desemprego e preconceito racial, por ocasião do Dia da Consciência Negra.

A partir de conversas informais, na praça da igreja, com colegas da equipe de liturgia, surgiu a idéia de fundarmos um grupo de jovens, o “Semente”, que marcou muito a comunidade pelo dinamismo de seus membros. Neste grupo, realizávamos debates sobre temas como drogas e sexualidade, promovíamos festas que envolviam os jovens da comunidade que não participavam do grupo, como baile dos namorados, e ajudávamos nas celebrações e festas da comunidade, como a festa da santa padroeira, o dia do Trabalhador e outras.

Participando da organização destas atividades com jovens, que eram divulgadas até para bairros vizinhos, fiz contatos com lideranças de grupos de jovens de outras comunidades da paróquia a que estávamos ligados. A partir desses contatos, ajudei na articulação dos grupos de jovens como Pastoral da Juventude (PJ), passando a promover atividades integradas. Promovíamos também encontros de formação de lideranças da PJ, que aconteciam em locais fora da paróquia (sítios, casas de encontro) e aprofundavam temas como Sexualidade, Fé e política, Espiritualidade, Tipos de Liderança Jovem, Metodologia da Pastoral da Juventude. Também nos envolvíamos em campanhas de partidos de esquerda, particularmente o PT, durante os períodos eleitorais.



Foi nessa época que comecei a ter contato com a Teologia da Libertação, através de textos do Frei Beto e de Leonardo Boff, e a desenvolver uma fé que considero ser militante e politicamente engajada. Buscava sempre participar de grupos nesta perspectiva.

Nesta busca, aos poucos, fui me aproximando de experiências do movimento popular. Comecei a participar dos encontros e Assembléias das CEB's - Comunidades Eclesiais de Base, na minha paróquia e a nível da arquidiocese de Fortaleza. Foi nesses encontros que conheci algumas pessoas que atuavam como lideranças comunitárias, em bairros como o Conjunto Palmeiras, Conjunto Esperança, Canindezinho, Bom Jardim e outros.

A convivência com essas pessoas foi me despertando, tanto para a importância de atuar dessa maneira nas comunidades, como para buscar entender como acontece esse processo, que relações o determinam, como as famílias desses bairros vêm suas lideranças e de que forma os princípios democráticos que tínhamos acabado de retomar no Brasil aconteciam nessas experiências.

Acredito que esses questionamentos, e a minha própria experiência nesses grupos populares, tornaram-se a base de meu posterior interesse científico pelo estudos dos movimentos sociais e as relações que os determinam e caracterizam. A própria definição do meu curso superior foi influenciada por essa minha vivência. Buscava um curso acadêmico que pudesse aproximar-me mais das questões sociais. Na hora de definição, no vestibular, optei pelo curso de Ciências Sociais, mesmo sem saber muito do que se tratava.

Com a minha chegada à Universidade, inicia-se um novo período de minha experiência pessoal com grupos e movimentos populares. E as minhas motivações e questionamentos quanto ao trabalho e relações que marcam os movimentos sociais e populares agora buscam aprofundar-se através da pesquisa científica.

## *1.2. Aproximações Acadêmico-epistemológicas.*

Sendo aprovado no vestibular, ingressei no curso de Ciências Sociais da UECE, no segundo semestre de 1991. Para mim era tudo novo: desde as pessoas com que passei a me relacionar, até as discussões nas quais comecei a participar. E o mais importante é que fui, aos poucos, me apaixonando pelo curso e me envolvendo mais, até em suas problemáticas administrativas e políticas. Foi aí que me envolvi no movimento estudantil de Ciências Sociais, através do “Centro Acadêmico Coisa em Si” – CACS.

Na verdade, eu achava que atuar no movimento estudantil (ME) era uma outra forma de viver a dimensão política da minha fé, lutando por melhores condições de educação na universidade e na sociedade como um todo. Mais tarde descobri que o movimento estudantil é um espaço político bastante ideológico e disputado, principalmente por partidos e grupos de esquerda, o que muitas vezes transforma o ME em “guetos políticos de esquerda”.

Entretanto, considero esse período muito rico para a minha formação acadêmica e política. Viajei muito, conheci outras universidades, pessoas novas, cujas experiências com o movimento estudantil ajudaram-me a desenvolver outros questionamentos e a ser mais crítico dentro do meu cotidiano acadêmico. A experiência do movimento estudantil motivou-me a voltar a participar de grupos da Igreja, pois encontrava-me afastado, por conta da prioridade aos estudos e ao próprio ME.

Desta vez, procurei uma pastoral social cujo trabalho se identificasse um pouco com a minha visão política adquirida na experiência acadêmica. Ingressei, então, na Pastoral do Solo Urbano (PSU), que trabalha junto às favelas e ocupações de terra da periferia de Fortaleza, principalmente as que se localizam nos bairros da Paróquia de Mondubim, onde ainda hoje moro. Essa pastoral social atua fornecendo assessoria jurídica às questões fundiárias, formação política e jurídica às lideranças e ajudando na organização comunitária em torno da problemática da moradia, trabalho feito em parceria com as CEB's e o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza.

Iniciei como um simples membro, participando das reuniões e das visitas às comunidades faveladas. Aos poucos fui me destacando como liderança e contribuindo mais na formação política do grupo, nos cursos de organização comunitária que

promovíamos nas áreas de ocupação, até atuar mesmo como uma espécie de coordenador informal da pastoral, juntamente com uma outra companheira do grupo.

No movimento estudantil, em 1995, coordenei as equipes de organização do XIII ENECS que aconteceu em Fortaleza, no campus do Pici / UFC, e cujo tema foi : “(Des) Convite às Ciências Sociais”. No ano seguinte, percebi que precisava aprofundar os estudos e saí do movimento estudantil, priorizando a conclusão do meu curso de graduação em Ciências Sociais.

Para escolher o objeto de estudo do meu projeto de Monografia foi importante a minha atuação na Pastoral do Solo Urbano. As atividades nesta pastoral puseram-me em contato com o trabalho das associações de bairro e esse contato despertou em mim a curiosidade para investigar essa forma de organização comunitária e a prática política de suas lideranças.

O título do meu trabalho foi: “A representação Política de Associações de bairro da periferia de Fortaleza”. A pesquisa foi realizada entre os anos de 1996 e 1997, sendo que as entidades pesquisadas foram a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e a Associação Comunitária e Recreativa do Conjunto Esperança (ACRE) e o período do estudo foi 1986 a 1991. Escolhi esse período por ele ser marcado pelo primeiro mandato de Tasso Jereissate como Governador do Estado do Ceará, cuja prática política com relação aos movimentos populares comunitários representa substancial mudança, comparado ao período político anterior. Mudam as formas de interlocução e as estratégias políticas do Estado, que não somente se abre para o diálogo com os movimentos, como adota, em suas políticas públicas, a linguagem e algumas idéias dos movimentos. Quanto às entidades, eu as escolhi porque já as conhecia e acompanhava o seu trabalho, indiretamente, através da Pastoral do Solo Urbano e da minha atuação nas CEB's.

Nesta pesquisa, adotei como referencial teórico-metodológico os conceitos de “Habitus”, “Campo” e “Representação Política”, do sociólogo francês Pierre Bourdieu. A experiência na disciplina de Sociologia Política II, durante a graduação, colocou-me em contato com o trabalho deste autor, cujos conceitos principais utilizei na pesquisa, por achar que davam conta muito bem da realidade que pretendia estudar.

A investigação foi realizada a partir de pesquisa documental nas duas associações, de uma revisão bibliográfica sobre os movimentos sociais e os conceitos de Bourdieu – já citados acima – e de entrevistas a lideranças das duas associações e a uma Assistente Social, ligada tanto ao Estado como a Prefeitura de Fortaleza, que atuou em Projetos Sociais nas duas comunidades. Em nenhum momento houve uma integração e uma presença minha acompanhando os momentos coletivos do cotidiano das entidades pesquisadas.

A avaliação que faço desta experiência é de que ela teria sido melhor aproveitada caso tivesse feito um trabalho de campo mais aprofundado, inclusive com o acompanhamento das atividades das duas entidades e registro em diário de campo. Também houve falha com relação à “restituição” do resultado da pesquisa. Apenas entreguei o trabalho e não fiquei para discuti-lo com aqueles que foram seus protagonistas.

Por outro lado, apesar dos erros cometidos, tenho bastante claro a minha preferência por temas ligados aos movimentos populares, tanto pelo fato de que a minha história pessoal está ligada a eles, através da minha experiência com as pastorais sociais e CEB's da Igreja Católica, como pelo interesse científico que esses temas me despertam, de maneira que decidi continuar estudando os movimentos populares na minha pós-graduação.

Com o meu ingresso no curso de Mestrado em Educação, começam a acontecer mudanças na minha forma de encarar e praticar a pesquisa científica. O contato com novas abordagens de pesquisa e com pessoas que têm experiência e estilos diferentes de pesquisar, foi fazendo com que eu questionasse a minha própria prática de pesquisador: Por que somente a visão do pesquisador é a importante no processo da pesquisa? Se o pesquisador está envolvido socialmente e até afetivamente com os sujeitos pesquisados, por que o resultado da pesquisa deve ser neutro? Por que a gênese da pesquisa somente pode ficar a cargo unicamente do pesquisador? O que as pessoas que contribuem com suas informações e experiências realmente ganham com uma pesquisa científica? Como o pesquisador influencia a pesquisa, com suas implicações pessoais? Isso não deve ser levado em conta no resultado?

A partir desses questionamentos, passei a perceber a importância que as pessoas das comunidades pesquisadas têm como sujeitos de relações sociais que são fruto de processos interativos, dos quais nós, os pesquisadores, também fazemos parte. Também passei a entender que a busca de uma neutralidade científica é na verdade uma ilusão, pois o sujeito que pesquisa também é fator determinante dos resultados produzidos, pois está profundamente implicado em relação aos sujeitos pesquisados.

Neste sentido, uma pesquisa científica não deve ser propriedade exclusiva do pesquisador, e sim da coletividade envolvida em seu trabalho, desde sua gênese, envolvendo de maneira participativa, aqueles cuja experiência é considerada como fonte de informações para análise científica. Foi pensando dessa maneira que comecei a desenvolver o meu projeto de pesquisa, estando sempre aberto e atento a abordagens teóricas que enriqueçam minha prática, buscando torná-la cada vez mais participativa e mais próxima da realidade pesquisada.

Uma vez esclarecido o processo epistemológico que vivi, passando de uma prática científica para outra, a partir de experiências de pesquisa e do embate com novas abordagens, é o momento de apresentar um pouco como se deu o processo de escolha do tema da presente pesquisa. O meu interesse em estudar a relação entre os processos educativos de determinados programas sociais e a Educação Popular surgiu a partir da minha experiência pessoal no trabalho de assessoria a projetos desenvolvidos por entidades do movimento popular. Foi através dessa experiência que conheci, e trabalhei, o Programa Capacitação Solidária .

Logo após a graduação em Ciências Sociais, já como sociólogo, passei a integrar a equipe de profissionais da HUMANITAS - Pesquisa e Assessoria <sup>2</sup>, que se propunha prestar assessoria na elaboração e execução de projetos e pesquisas sociais e de mercado. E, neste trabalho, fui convidado por minha mãe, que atua como líder comunitária do bairro Parque São José, presidindo uma associação comunitária beneficente, a colaborar na elaboração e execução de projetos de capacitação profissional para jovens, dentro do Programa Capacitação Solidária.

---

A HUMANITAS é uma empresa de pesquisa e assessoria, formada por sociólogos, de cujo processo de formação participei, no segundo semestre de 1997, concretizando uma idéia surgida nas discussões entre colegas de faculdade, sobre mercado de trabalho, nos corredores da universidade, durante a graduação.

Foram elaborados, com a minha contribuição, dois projetos de Capacitação profissional para jovens: um curso de Culinária e um curso de Marcenaria, que participaram de um Concurso de Projetos, concorrendo ao financiamento de uma Organização Não Governamental (ONG) chamada Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária (AAPCS). Uma vez aprovados, os projetos atingiram um público de 40 jovens, na faixa dos 16 aos 21 anos, do Parque São José, periferia de Fortaleza. Trabalhei em sua execução, no período de março a agosto de 1998.

O cotidiano de trabalho nesses projetos, destacando principalmente a relação com os jovens e com os representantes da AAPCS trouxe-me muitos questionamentos acerca da forma como o Programa foi criado e como foram definidos os seus objetivos e orientações educativas; o papel das chamadas organizações não governamentais na execução dos projetos; e, principalmente, em relação à visão dos jovens atendidos sobre esse programa, os processos educativos vividos nos projetos e sobre o trabalho dos educadores e das lideranças populares envolvidas nos projetos.

Esses questionamentos foram o mote inicial para a elaboração do meu projeto de pesquisa do mestrado. Mais tarde, a partir da experiência nas disciplinas do mestrado e da convivência e troca de experiência com outros pesquisadores, pude aperfeiçoá-los e aprofundá-los, esclarecendo melhor o que realmente desejava pesquisar dentro dessa temática.

Foi quando conheci a perspectiva teórico-metodológica da Análise Institucional. Estudando e discutindo os seus conceitos nas aulas, percebi que se identificava com a nova postura de pesquisa científica que estava começando a acreditar e buscava praticar. Não posso deixar de reconhecer que também as discussões com minha orientadora, a professora Sandra Petit, que defende a prática da Abordagem Institucionalista, foram decisivas na minha opção por essa corrente teórica e metodológica.

A escolha da comunidade do Canindezinho e do CPEC - Centro Popular de Educação e Cultura Pé no Chão, como sujeito da pesquisa, está diretamente ligada ao meu envolvimento pessoal com movimentos populares, pois já conhecia o grupo Pé no Chão, a partir das suas apresentações culturais nos encontros das CEB's. Quando verifiquei a lista das mais de duzentas entidades que estavam realizando projetos do Capacitação Solidária em Fortaleza, durante o ano de 1999, percebi que o CPEC estava

incluso e resolvi então aproximar-me para conhecê-lo melhor, pois não sabia que investia em projetos de capacitação profissional para adolescentes<sup>3</sup>. Também acreditava que o meu conhecimento prévio do trabalho e de algumas pessoas do CPEC facilitaria a minha aproximação nesta comunidade.

Como esta é a minha primeira experiência de pesquisa em que busco utilizar os novos conhecimentos e formas de abordagem científicas que aprendi, a partir dos estudos no mestrado, para mim foi um desafio. Inicialmente, a perspectiva de estudo da pesquisa era bem mais ampla. A intenção primordial era estudar os padrões de relações sociais e de poder que se estabelecem entre movimento popular, instituições governamentais e outros agentes políticos, como ONG's, Igreja, Partidos Políticos e empresas, durante a realização dos processos educativos desenvolvidos nos projetos engendrados e orientados na perspectiva do Programa Capacitação Solidária.

Entretanto, as reflexões sobre a problemática da pesquisa, proporcionadas pelos estudos desenvolvidos no contexto do Mestrado, somadas aos contatos diretos com a experiência do Projeto Profissionalizando para o Futuro, desenvolvido pelo CPEC/Pé no Chão, ajudaram-me a perceber a necessidade de uma maior delimitação da pesquisa, proporcionando sua mudança de perspectiva. E, neste processo, foi fundamental a convivência direta estabelecida com os jovens participantes do projeto, através dos encontros de Educação e Cidadania, que tive a oportunidade de contribuir como facilitador.

Neste sentido, estão definidos com eixos da problemática desta pesquisa: a) a relação entre conteúdo/prática educadora desenvolvidas nesses projetos e a prática da Educação Popular; b) a maneira como se dão os processos participativos na definição dos cursos e elaboração dos projetos, a partir da prática das lideranças da entidade popular pesquisada; c) a possível relação existente entre o conteúdo e a prática educacional desenvolvidos nos projetos e a educação formal; d) a prática educativa dos projetos pode ou consegue subverter os interesses ideológicos que permeiam as relações sociais que norteiam o Programa Capacitação Solidária?

Este trabalho, portanto, busca ser o mais fiel a tudo que observei e discuti com as pessoas que contribuíram com a pesquisa na comunidade do Canidezinho. É

---

O meu diário apresenta de maneira mais detalhada como aconteceu esse contato, que se transformou em

resultado de um processo de interação com os jovens do projeto Profissionalizando para o Futuro e com a lideranças do CPEC Pé no Chão. Realizar um trabalho participativo foi o que busquei nesta pesquisa, apesar de minhas limitações pessoais enquanto educador e pesquisador do social.

### ***1.3. Aproximações com a comunidade: Primeiros fragmentos do Diário de Campo.***

#### **Quarta-feira, dia 11 de novembro de 1999.**

Hoje estabeleci o primeiro contato com o Centro Popular de Educação e Cultura – CPEC. Através da ajuda de um amigo, o Narcizo<sup>4</sup>, fui até a sede do CPEC. Fica num bairro da Periferia da cidade, chamado Canindezinho, caracterizado por ser uma comunidade muito pobre.

Ao chegarmos lá, entramos e Narcizo, já conhecido pelas pessoas do local (percebi isso pela maneira como fomos acolhidos), procurou logo a Bernadete, que faz parte da equipe de diretoria do centro. O rapaz que nos atendeu estava vestindo uma camiseta que continha a seguinte inscrição: “Programa Capacitação Solidária – SEST/SENAT”.

Enquanto ela não vinha, pude observar um pouco o local, onde havia várias crianças preparando-se para aulas de capoeira e de artes. Logo na entrada há um salão grande, com um pequeno palco, onde certamente devem ser realizados eventos e outras atividades do centro. Havia instrumentos musicais deixados ao lado e uma cantina bem próxima da entrada do CPEC.

Bernadete nos recebeu muito bem, levando-nos até sua sala. Lá, sentamo-nos e passamos rapidamente às apresentações. Narcizo abriu espaço para que eu me colocasse. Eu então me apresentei, falando sobre meu envolvimento pastoral e com o movimento popular, destacando a minha experiência com projetos do Programa Capacitação Solidária. Em seguida me identifiquei como profissional sociólogo,

---

paixão pelo trabalho do grupo.

Narcizo Chagas é um amigo meu que participa da Pastoral da Juventude e mora no bairro Canindezinho. Ele é amigo antigo do grupo Pé no chão e se comprometeu em me ajudar na aproximação com o CPEC, que conhecia apenas vagamente, pelas apresentações culturais que eles faziam.



mestrando em educação e falei do meu projeto de pesquisa, colocando a maneira como escolhi o CPEC para contato e possível definição do meu Sujeito de Pesquisa.

Bernadete falou um pouco das primeiras experiências com projetos do Programa Capacitação Solidária, destacando as dificuldades de encontrar parcerias e colocando também as dificuldades e limites da parceria que eles estabeleceram com o SEST/SENAT durante o projeto atual, que é de capacitação de mecânicos e eletricitas de automóveis.

Eu falei um pouco dos parceiros dos projetos que atuei e dei algumas sugestões, como as universidades. Em seguida sugeri que o meu projeto fosse apresentado à diretoria do centro. Assim, combinamos que dia 21 de novembro, às 8 horas, eu deverei estar presente na reunião de diretoria, apresentar-me e falar rapidamente do meu projeto, sugerindo que ele seja pauta da próxima reunião da entidade. Ficou acertado que eu deverei elaborar um pequeno resumo (máximo de duas páginas) para entregar à diretoria na reunião do dia 21.

Enquanto falávamos, fomos interrompidos por um jovem que pedia ajuda financeira para ir a um hospital, pois estava com pneumonia e não tinha condições de se deslocar. Ele apresentava-se bastante debilitado, com aspecto trêmulo e fraco. Bernadete, depois de tê-lo ouvido e mandado que esperasse um pouco, enquanto conversávamos, chamou o jovem que havia nos recebido na chegada e pediu que fornecesse vales transportes e um lanche reforçado ao jovem que pedia ajuda.

Após termos marcado a reunião, saímos e nos despedimos. Na despedida perguntei a ela que atividades de educação popular eles desenvolviam. Um pouco em dúvida sobre o que seria Educação Popular, Bernadete falou do grupo de dança e do coral, da capoeira, do projeto do Comunidade Solidária e das atividades com arte que desenvolvem com as crianças. Narcizo reforçou dizendo que essas são sim atividades de Educação Popular, que na sua concepção não se restringe à educação de adultos ou a um método diferente de trabalhar a educação formal. Despedimo-nos, eu e Narciso fomos embora.

### **Sábado - dia 15 de janeiro de 2.000**

Hoje fiz a minha segunda visita ao CPEC. Pretendia apresentar o meu projeto para a equipe de diretoria da entidade. A reunião estava marcada para as 15 horas, mas somente teve início às 15 horas e 45 minutos. Fiquei surpreso ao perceber que a maioria dos membros da diretoria é composta de jovens, inclusive de adolescentes ( com idade a partir de 16 anos).

A reunião teve início sob a coordenação de Bernadete, coordenadora geral da entidade, que me apresentou rapidamente e passou-me a palavra. Introduzindo minha fala ao grupo, sugeri que fizéssemos uma breve apresentação. Assim, cada pessoa foi se apresentando, dizendo o nome e a função que desempenha no CPEC. Ao final eu novamente me apresentei. Falei um pouco de minha formação acadêmica e de minha experiência pastoral e com o movimento popular, elementos que, em conjunto, levaram-me até o CEPC para a execução de minha pesquisa de Mestrado.

Em seguida comecei a falar do meu projeto. Primeiro justifiquei a escolha do tema da pesquisa e do CPEC como unidade de coleta de dados empíricos. Falei que a opção pelo Programa Capacitação Solidária e a relação com a prática dos movimentos populares em projetos desse programa tem a ver com a minha experiência com esse Programa, coordenando projetos numa associação do meu bairro. Acrescentei o título e os objetivos específicos do projeto, destacando a relação que tentarei identificar entre a prática do Programa e a Educação Popular, prática inclusive característica do CPEC.

Logo depois, falei da forma como estava buscando desenvolver a pesquisa. Primeiro, pretendia fazer um resgate da história e origem do CPEC. Depois, fazer um resgate do projeto de capacitação desenvolvido em 1999, através de entrevistas a líderes da entidade que trabalharam no projeto, educadores, alunos e suas famílias (pai e mãe) e representantes do Capacitação Solidária (coordenadora da equipe de monitoria e monitora que acompanhou o projeto do CPEC).

Em terceiro lugar, pretendia acompanhar o projeto que deverá ser realizado durante este ano, desenvolvendo atividades com uma das turmas de jovens e acompanhando algumas reuniões e atividades com as famílias e com os educadores do projeto.

Quando acabei de falar, as pessoas começaram a fazer perguntas. Levantaram questões sobre os objetivos, pedindo esclarecimentos sobre o que eu realmente pretendia com esse trabalho. Depois também perguntaram sobre qual seria o ganho que o CPEC teria com esse trabalho.

Respondendo à primeira pergunta, falei que defendo a tese de que o Programa Capacitação Solidária se enquadra dentro do contexto das novas estratégias políticas de ação do Estado (governos e elites) junto aos movimentos populares e ONG's com relação ao desenvolvimento das políticas sociais. Lembrei do risco que os movimentos correm com relação à sua autonomia, pois o próprio Programa Capacitação Solidária nasceu de maneira autoritária (vertical) e isso já demonstra um pouco o que ele pode representar. Falei da importância que tem para os movimentos populares o debate sobre esse Programa, no sentido de torná-lo mais democrático.

Por outro lado, também demonstrei a necessidade de saber qual a visão da comunidade sobre o Programa e sobre a própria prática da entidade e suas lideranças, lembrando que considero a comunidade como a razão da existência da entidade. Dessa forma respondi também a segunda pergunta, acrescentando que pretendo fazer o CPEC participar de todo o processo da pesquisa, discutindo inclusive com eles sobre o tema. Ao final, pretendo, juntamente com eles, criar uma forma de retornar todo o trabalho realizado para a comunidade.

Por fim, algumas pessoas se pronunciaram aprovando a pesquisa e solicitando que, fora da pesquisa, eu as ajude em algumas outras atividades do CPEC, que desenvolve vários outros projetos na linha da educação popular. Encerrando minha participação na reunião, agradei a oportunidade e me coloquei a disposição para ajudar no que for possível, dentro das minhas disponibilidades de tempo.

Em seguida eles passaram para os próximos assunto da reunião e eu permaneci por mais alguns instantes, como ouvinte convidado. Em seguida me retirei.

### **Sexta-feira, dia 21 de janeiro de 2.000 - VISITA AO CPEC**

Cheguei ao CPEC por volta das 8,30 horas. As crianças atendidas pelo Projeto Semear estavam fazendo seus deveres de casa, sob a orientação das educadoras. Encontrei Bernadete dirigindo-se até a sala da diretoria. Ela me cumprimentou com a

cordialidade e carinho de sempre. Seguimos juntos até a referida sala, onde havia livros espalhados por todo o lugar, pois ela estava organizando a estante e separando alguns livros didáticos. Perguntei então o que eles faziam com os livros que não eram mais usados. Ela respondeu que “como, no momento, está acontecendo uma gincana na comunidade, nós doamos os livros para as equipes dessa gincana”.

Procurando espaço entre os livros, sentei-me e disse a ela que estava na hora de iniciar o meu trabalho. Então, Bernadete me entregou três pastas que continham documentos sobre a história do CPEC e seu processo de legalização, bem como material do Programa Capacitação Solidária.

Comecei a fazer anotações dos documentos que me davam pistas sobre a trajetória do CPEC. Enquanto isso, Bernadete arrumava os livros e atendia uma ou outra pessoa que a procurava pedindo vagas para colocarem seus filhos no Projeto Semear. De vez em quando algumas crianças entravam na sala: olhavam admiradas para mim, pegavam ou deixavam cadernos e lápis. Senti que elas buscavam um pouco a minha atenção. Então procurava comunicar-me com elas fazendo algumas perguntas: “Como vai? Tudo bom? Qual o seu nome?” Algumas me diziam. Outras sorriam e saíam envergonhadas.

Depois de concluir as minhas anotações, fui convidado por Bernadete a participar da reunião de planejamento com os educadores do Projeto Semear. Passo a maior parte do tempo observando o trabalho deles. A equipe de educadores que trabalha pela manhã é pequena: na reunião estavam 5 pessoas, incluindo Bernadete, Toinho (filho de Bernadete e coordenador do CPEC) e Geruza, que é membro da diretoria da entidade, pelo departamento de pesquisa folclórica.

No meio da discussão sobre as atividades do Semear tocava-se, de vez em quando, em assunto “extra”, embora ligado ao cotidiano do trabalho com as crianças: afetividade, sexualidade, dificuldades de luta das crianças, importância da “educação caseira” - com envolvimento dos pais - e a dificuldade das crianças em criarem ou produzirem algo sozinhas. Nestes assuntos eu participei, dando minha opinião e expondo um pouquinho da minha visão de educação. Percebo que eles gostam desse tipo de contribuição, debatendo comigo.

Às 11 horas peço permissão para sair. Antes perguntei a Bernadete se ela já havia feito contatos com alguns jovens do projeto anterior, para que eu pudesse fazer algumas entrevistas. Ela respondeu que sim e ficamos de marcar, posteriormente, o dia dessas entrevistas. Despedi-me do pessoal e me dirigi até o ponto do ônibus “Parque São Vicente” .

### **Quarta-feira, dia 02 de fevereiro de 2.000 - Visita ao CPEC**

Consegui chegar ao CPEC às 8,30 horas, apesar de ter pego três ônibus e passado por dois terminais, pois o local onde moro atualmente é perto, mas é contramão. Nos terminais era grande a movimentação de pessoas indo para o trabalho.

Chegando no CPEC, percebi que as crianças do Semear estavam sendo organizadas pelos educadores. Sentado num parapeito, pude observar as dificuldades dos educadores em prenderem a atenção das crianças. Elas ficam facilmente dispersas. Bernadete me cumprimenta e diz que “é assim que a gente sabe quando algumas crianças não estão na escola. Os pais, na matrícula, dizem que elas estão estudando, mas isso não é verdade”. Em seguida vamos juntos até a sala da diretoria, que ainda não está organizada. Ainda há alguns livros em cima do birô. Antes de retomar minhas anotações, a partir dos documentos do Capacitação Solidária, Bernadete me dá um material, uma publicação do Comitê de Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil, que conta um pouco da história do CPEC e descreve a atuação desse comitê no bairro no Canindezinho. Foi com a ajuda desse comitê e do próprio Banco do Brasil que eles puderam concluir a construção da sede do CPEC.

Pegando o documento, observo que é denso e não dá para ler naquele momento. Então, peço a Bernadete que me empreste para que eu tire cópia e possa ler com mais calma em minha casa. Ela concordou e logo saiu da sala, voltando às suas atividades junto ao Projeto Semear.

Enquanto eu retomo minhas anotações, Bernadete retorna à sala e pede que ajude a preparar o “Bingo de Letras”, atividade que seria desenvolvida com as crianças naquele momento. De imediato aceito e me debruço sobre uma folha de cartolina, a desenhar quadrinhos com as letras do alfabeto, para depois recortá-los. Enquanto isso Bernadete fazia as cartelas do bingo.

Terminado esse serviço, Berna retorna para o Semear para realizar o bingo de letras com as crianças. Eu retomo o meu trabalho, lendo alguns documentos sobre o Programa Capacitação Solidária e fazendo minhas anotações.

Enquanto pesquisava, recebia a visita de várias crianças do Semear, que vinham buscar material escolar ou mesmo observar o que eu fazia. Entre elas está Arline, uma garotinha de aproximadamente 6 ou 7 anos que parece ter gostado de mim, abraçando-me e ficando comigo na sala, alguns instantes. Ela me lembrou as sobrinhas de minha namorada, crianças ativas e inteligentes de quem gosto muito. Até concluir o meu trabalho de pesquisa documento nesse dia, várias crianças do Semear me visitaram, sendo que 4 delas permaneceram na sala até a minha saída, desenhando e pintando seus desenhos.

Concluído o trabalho desse dia, arrumei minha pasta para sair da sala. Um dos garotos trancou a porta da sala, impedindo-me de sair. Depois de alguma insistência, ele abriu a porta e eu pude sair. Enquanto saía, encontrei Bernadete e nos despedimos, combinando o dia para a próxima visita, quando tentaremos fazer nossa entrevista.

### **Segunda-feira, dia 21 de fevereiro de 2.000 - Visita ao CPEC.**

Início de tarde meio nebuloso e preguiçoso. Cheguei ao terminal do Siqueira às 13,50 horas. Esse terminal, que considero o mais organizado do sistema de transporte de Fortaleza, está bem limpo, com pouco movimento de pessoas. No ponto do ônibus do Parque São Vicente havia pouca gente. Ocupo um lugar na fila e fico a observar um pouco o movimento do terminal. Um deficiente físico arrasta-se pelo chão pedindo esmola. Enfrenta a indiferença da maioria das pessoas. Também eu sou abordado por ele. “Uma esmola pelo amor de Deus!”. Por alguns segundos fico lhe observando. Ele tem um aspecto debilitado e cansado, feições tristes e olhos avermelhados, possivelmente por causa de bebida alcoólica ou mesmo de algum tipo de droga. É a expressão da sociedade excludente em que vivemos.

Abri minha pasta, peguei minha carteira, tirei uma moeda e dei para o rapaz. Uma senhora que estava perto de mim também fez o mesmo. Continuei esperando o ônibus. Vejo um grupo de 4 jovens cegos. De mãos dadas, procuram um ponto de ônibus. As pessoas parecem estarem também indiferentes a eles. Apenas quando trombam com um banco em que há pessoas sentadas é que alguém lhes indica o local do

ponto que procuram. Estas cenas me lembram o quanto nossa sociedade é individualista e excludente.

A espera pelo ônibus durou mais de 20 minutos. Quando chegou embarquei junto com uns poucos passageiros. A viagem foi tranqüila e rápida. A maioria das pessoas descem durante o percurso. Apenas eu desci no final da rota do ônibus, que fica exatamente em frente à casa de Bernadete e próximo ao CPEC.

Entrando no CPEC, surpreendo-me com o vazio do salão, pois hoje é dia normal de atividades do Projeto Semear. Dirijo-me até as educadoras e pergunto a elas por Bernadete e pelos meninos do projeto. Margarete responde que os meninos foram liberados para a realização do planejamento com os educadores. Bernadete deve estar em casa, dormindo a “sesta”. Se propõe a abrir a diretoria para mim, mas digo que não precisa, “posso aguardá-la aqui mesmo”.

Pego uma cadeira e me sento junto das garotas. Margarete e Rosenir conversam assuntos diversos do seu cotidiano familiar. Falam sobre algumas pessoas, comentam sobre momentos de sua caminhada pastoral na comunidade. Enquanto isso faço anotações neste diário.

Logo chega Toinho, coordenador do CPEC. Espreguiça-se, cumprimenta-me e senta conosco. Fica conversando com as jovens educadoras. Fala de uma reunião com a Fundação Cultural de Fortaleza, juntamente com representantes de outras entidades que desenvolvem projetos culturais. Eu escuto e continuo anotando no diário.

O objetivo da minha visita de hoje é fazer a entrevista com Bernadete. Enquanto esperamos por ela, chegam 4 senhoras. As educadoras me informam que elas são técnicas do Banco do Brasil que fazem um trabalho voluntário de acompanhamento de jovens adolescentes em situação de risco, a maioria saiu do Semear devido à idade. Elas chegam e nos cumprimentam. Uma delas observa as pinturas e desenhos das crianças, que estavam colados na parede. Bernadete, que havia chegado quase que igual a elas, senta-se conosco. Explica sua metodologia de trabalho com as crianças do Semear, através do uso de temas geradores. Fala das dificuldades nesse trabalho com as crianças do Projeto.

Fizemos uma rápida apresentação. Eu me coloco como um estudante do mestrado em educação que está fazendo sua pesquisa de campo no CPEC. Elas acham interessante e então começamos uma conversa sobre o Programa Capacitação Solidária. Falo um pouco do funcionamento do Programa e de alguns questionamentos que levanto. Elas dão sua opinião, fazem suas críticas (lamentei muito não ter podido gravar essa conversa).

O “bate-papo” foi interrompido pela notícia de que os jovens adolescentes já estavam esperando pelas voluntárias. Bernadete as acompanha até a sala onde estão os jovens. Quando retorna, começamos a conversar. Explica que aqueles jovens já haviam sido atendidos pelo Semear até completarem 12 anos. A partir daí voltaram a ficar “soltos” perambulando pelas ruas e sujeitos à marginalidade e às drogas. Foi então que ela resolveu reuni-los diariamente para atividades lúdicas e artísticas com pessoas voluntárias.

Mudando o assunto, pergunto quando será nossa entrevista, uma vez que hoje não será possível. Bernadete partilha comigo alguns problemas pessoais com destaque para a ação judicial que está movendo contra a empresa funerária que se negou a realizar o enterro de seu pai, mesmo com o plano funerário regularizado. Discutimos um pouco o assunto. Eu mais escuto do que falo. Em seguida marcamos a entrevista para o dia 02 de março. São 16 horas e eu tenho que sair. Nos despedimos. Saio do CPEC e corro para não perder o ônibus que está saindo do ponto.

#### **Quinta-feira, dia 02 de março de 2.000 - Visita ao CPEC.**

Terminal do Siqueira, 8,45 horas. Movimento normal de passageiros. Espero apenas 5 minutos pelo ônibus do Parque São Vicente.

Chegada ao CPEC. Logo ao descer do ônibus encontro Toinho. Cumprimento-o rapidamente e me dirijo ao CPEC. No portão há uma garotinha do Semear. Pergunto se não assistirá aula hoje. Ela responde que não. Entro e sou recebido por outras crianças do Projeto que me respondem prontamente: “Bom dia!”.

As crianças estão reunidas numa grande fileira de mesas, pintando suas máscaras de carnaval. É uma boa forma de ajudá-los a criar. Observo um pouco os seus trabalhos



e cumprimento algumas crianças com o meu Bom dia. Poucas respondem devido a sua timidez.

Bernadete me encontra e me leva até a sala da diretoria. Peço que espere enquanto concluo as anotações deste diário. Um garoto chega por trás de mim e me assusta. Ele pergunta o que faço. Respondo que estou fazendo o meu dever de casa. “Que série você faz?” pergunta-me o garoto. Respondo que faço faculdade. E ele continua: “Faculdade não tem série?” Digo que não. Ele me observa por mais alguns instantes e, num pulo, vai embora.

Bernadete, que havia saído, chega juntamente com uma senhora que quer matricular seus filhos no Projeto Semear. Ela atende à senhora e depois nós passamos a conversar. Afirma estar cansada da luta cotidiana no CPEC, com tantas dificuldades. Conta que “um dia recebi uma ligação do dono da empresa São Francisco, que pedia o espaço do salão do CPEC para a realização de uma reunião da empresa. Como ele é nosso conhecido, acostumado a fazer viagens para nós, além de outros serviços, aceitei logo, sem nem mesmo consultar a diretoria. No dia da reunião, veja só o que era: chegaram o senhor Jurandir Magalhães (primo do Prefeito), o Sr. Marcelo Teixeira (secretário do Prefeito) e outros representantes do governo municipal, juntamente com lideranças de comunidades vizinhas. O objetivo era solicitar apoio para a candidatura de Jurandir como vereador. Após ouvi-los falar, levantei a mão e pedi a palavra (...)”. (Neste momento não pude anotar tudo que ela falou devido à sua rapidez de expressão e à atenção que lhe dediquei).

Ela falou que além de estar chateada por ter sido enganada sobre o assunto da reunião, questionava a presença daquelas pessoas ali, pois só estavam aparecendo agora porque é ano eleitoral e nunca tiveram qualquer compromisso com a comunidade. Lembra o descaso da prefeitura com o Projeto Semear, que perdeu o convênio municipal que o mantinha financeiramente. Fez ainda outras críticas interessantes que não anotei no momento e nem lembrei depois.

Perguntei se além deles já houve contato com outros candidatos políticos. Ela responde que “desde o ano de 1998 que recebemos apoio financeiro e apoio nas lutas da comunidade de um vereador do Partido dos trabalhadores, o Nelson Martins, e já nos comprometemos com a sua candidatura esse ano”.

Encerrado esse assunto, Bernadete parece estar mais relaxada. Durante a conversa elogiei sua postura crítica frente ao oportunismo eleitoreiro das pessoas daquela reunião.

Em seguida encaminhamos o início da entrevista. Prepararei o gravador – tive problemas com o tipo de fita K 7 que escolhi, pois era de péssima qualidade. Começamos a entrevista. Logo no início, um garoto do Projeto Semear entrou na sala. Tinha entre 7 e 9 anos de idade. Está curioso com o meu mini-gravador. Pergunta “o que isso?” Respondo que serve para gravar a voz das pessoas. “Ele pode gravar a sua voz e eu deixo, se você quiser”. Assim, ele falou ao gravador, contando o quanto gosta do projeto semear e da sua gratidão à tia Bernadete por ele estar ali. Depois mostro a ele a sua voz gravada. Bernadete então pede que ele saia para que nós possamos continuar a entrevista.

Durante toda a entrevista fizemos várias pausas provocadas pela vinda de crianças à sala. Depois de cerca de 40 minutos de conversa, percebi a inquietação de Bernadete e sugeri que parássemos e continuássemos num outro dia, no que ela concordou prontamente.

Assim paramos a conversa e eu guardei o gravador e arrumei a minha pasta. Despedi-me de Berna desejando-lhe um ótimo carnaval. No retorno refaço o percurso de vinda: ônibus do Parque São Vicente, Terminal do Siqueira, ônibus do C. Esperança e casa dos meus pais.

#### **Quarta-feira, dia 15 de março de 2.000 - Visita ao CPEC.**

Chegada ao CPEC às 8 horas e 30 minutos. Um garoto do Semear que estava saindo abriu o portão para mim, dizendo “Bom dia!”. Entrei. Vou dando um bom dia às crianças e educadores que encontro pela frente. Uma das educadoras me informou que Bernadete estava na sala das costureiras.

Fui até lá. Pus minha cabeça na porta aberta e disse: “Bom dia!”. Bernadete, que estava conversando com uma das costureiras, imediatamente me cumprimentou dando-me um abraço. Logo disse que não poderia me atender hoje porque estava esperando

uma equipe de técnicos da SER V – Secretaria Executiva Regional V<sup>5</sup> – da prefeitura de Fortaleza, para examinar uma área da comunidade que está alagada e com fossas estouradas. “As pessoas estão atoladas na lama”, disse.

Fomos juntos até a secretaria. Lá estão uma costureira, cortando tecidos, e uma educadora, que reclama de Bernadete por ter encontrado vários trabalhos das crianças amaçados. Bernadete explica que não sabe quem fez isso, dizendo ser costume seu guardar tudo que é produzido pelos meninos e meninas do projeto.

Depois de dar uma dica sobre corte de roupa a costureira, sugere que as duas voltem para a sala de costura. As duas saem. Bernadete e eu seguimos conversando.

Ela procura para mim uma cópia do Projeto que eles mandaram para o Programa Capacitação Solidária esse ano, que inclusive já está aprovado. Deseja que eu os ajude a se prepararem para a entrevista de ajuste, com pessoas da AAPCS. Pergunto se o orçamento ultrapassou o valor médio. Ela responde que sim. Acaba não encontrando o projeto. Fala que já fizeram as inscrições dos jovens. Comentou sobre o problema de um dos candidatos: “Ele é ex-presidiário, vive de lavar carros na rua, só tem a primeira série e quer se profissionalizar. Disse pra mim que não quer voltar para a prisão, mas também não quer ver sua família morrer de fome”.

Sugiro que esse é um caso que merece especial atenção e atendimento. Pois se fizerem uma seleção a partir do nível escolar da maioria, certamente ele não passará nas provas. É um caso para ser discutido com a diretoria do CPEC. Enquanto falávamos desse assunto, educadores e crianças entravam e saíam da sala.

Continuamos a conversar e Bernadete volta a falar da vinda dos técnicos da SER V. Lembra que, ao chegar naquela secretaria no último dia 13/03 foi mal recebida. Mas só saíram depois de conversar com alguém da gerência regional. Lembro que já está na hora da chegada dos técnicos e ela sai correndo para encontrá-los. Eu permaneço na sala pesquisando alguns documentos sobre o Capacitação Solidária e escrevendo este diário. Enquanto estive na sala pude conversar um pouco com várias crianças do Semear que estavam por ali desenhando. Após terminar temporariamente minhas anotações, arrumo minha pasta e saio.

---

<sup>5</sup> A administração municipal de Fortaleza sofreu um processo de descentralização, a partir de 1997.

Fui andando até o local onde estava Bernadete e os técnicos da prefeitura, mas não foi possível o meu acesso devido à situação de alagamento da rua. Assim voltei até o ponto de ônibus e fui embora.

### **Domingo, dia 19 de março de 2. 000 - reunião com a diretoria do CPEC.**

Domingo, dia de São José, padroeiro do Ceará, festa muito popular em nosso estado. Confirmando as profecias populares, o dia amanhece chuvoso, apesar de o sol reaparecer nos restante do dia.

Chegada ao CPEC às 8 horas e 45 minutos. Desta vez fui de carro. Lá já estavam algumas pessoas, juntamente com Bernadete. Cumprimentei a todos dando um “bom dia!”. Peguei uma cadeira e juntei-me a eles. Depois de alguns momentos de bate-papo e distração coletiva, resolvemos iniciar a reunião, às 9,10 horas.

Ana Silvia iniciou apresentando-me ao grupo. Falei um pouco da razão da minha presença ali, referindo-me à pesquisa do mestrado, e à minha caminhada nas CEB's e nos movimentos populares. Pedi permissão ao grupo para gravar a reunião, pois havia esquecido o meu caderno de anotações. Eles aceitaram alegremente e a reunião prosseguiu – ver transcrição da fita da reunião.

Após a reunião Bernadete e Adilson me convidaram para ajudá-los nos ajustes do projeto, exigências da AAPCS. Despedimo-nos e saí cumprimentando todos. Procurei manter sempre uma postura de abertura para ajudá-los, naquilo que eles necessitassem, tendo o cuidado de não me oferecer ou querer impor nenhuma idéia.

## **CAPÍTULO II**

**Entrando no assunto:**

**O Cotidiano da Pesquisa a partir do Diário de Campo e dos “bate-papos” das entrevistadas.**

Gostaria de iniciar, conversando um pouco sobre o processo, que considero dinâmico e interativo, pelo qual a pesquisa que ora apresento passou desde sua gestação. No capítulo anterior, tive oportunidade de falar um pouco sobre como a trajetória da minha vida, de alguma forma, acabou levando-me a escolher o tema da pesquisa. Como já foi citado acima, eu tive uma formação acadêmica, nas Ciências Sociais, marcada por uma visão de pesquisa ainda caracterizada pela dicotomia e distância entre sujeito e objeto, o que fez com que eu ainda tivesse algumas posturas até meio autoritárias na relação com as pessoas envolvidas na pesquisa. A maneira como me aproximei da comunidade, conforme parte citada do meu diário de campo ilustra bem isso.

Mas, não pretendo aqui fazer uma análise das minhas “implicações”, apenas busco elementos para ilustrar o processo de mudanças que a relação com a comunidade<sup>6</sup>, e particularmente com os jovens do projeto Profissionalizando para o Futuro/CPEC, na comunidade do Canindezinho, proporcionou no meu trabalho, ajudando-me a mudar, ou melhor, dizendo, definir com mais clareza o enfoque da pesquisa. Também mostro como essa experiência contribuiu para modificar minha própria maneira de pesquisar. Como já foi citado acima, a minha idéia inicial era partir de uma análise mais geral, situando o CPEC enquanto agente de educação popular envolvido em relações de parceria com organizações governamentais e não governamentais na execução de projetos de capacitação profissional, fomentados pelo Programa Capacitação Solidária.

Pretendia, então, ter como problemática principal a relação entre a prática educativa do CPEC e a proposta desenvolvida pelo referido programa. Tinha em mente a análise das tensões que poderiam se configurar entre as concepções aparentemente diferentes de educação e os diversos atores envolvidos nas relações de parceria, bem como os impactos dessas relações na comunidade e nos educandos envolvidos nos projetos.

Entretanto, a minha convivência, enquanto pesquisador e educador popular, durante o projeto, revelou dimensões do processo educativo, no contexto do Programa

---

<sup>6</sup> Gostaria de salientar aqui que a relação com a comunidade não foi a única implicação que tive no processo de mudança da minha própria visão de pesquisa. As atividades acadêmicas do mestrado em educação, a relação com professores e alunos desse curso, novas leituras sobre o assunto foram também fatores implicantes de grande importância. No entanto, neste trecho, interessa-me ressaltar a importância que a minha relação com os outros sujeitos da pesquisa teve na redefinição do meu enfoque de trabalho.

Capacitação Solidária, que chamaram a minha atenção para o redimensionamento do enfoque de trabalho. Os encontros sobre Educação e Cidadania – que no início eu chamava e tratava como aula, as visitas aos outros momentos de formação dos jovens, as conversas com as lideranças, as entrevistas com os jovens. Todos esses momentos mostraram-me que talvez mais interessante fosse focar a visão direta dos jovens sobre tudo aquilo que eles vivenciaram no projeto e os impactos dessa experiência em suas vidas.

Assim, o eixo de análise desloca-se, não tendo mais como referência a relação conflituosa entre as organizações governamentais e os movimentos populares que trabalham com EP. O centro de minha pesquisa passa agora a ser uma análise mais dos elementos subjetivos que caracterizam o impacto do trabalho educativo do projeto nos jovens. E a partir daí fazer uma reflexão sobre outras ou novas perspectivas de práticas de educação popular que se configuram.

Neste sentido, a melhor forma que encontro para iniciar essa discussão é expondo trechos do meu diário de campo da pesquisa, onde registro a minha experiência cotidiana de observação e participação no processo de desenvolvimento da experiência do grupo pesquisado.

### *2.1. Diário de Campo: registros do cotidiano de pesquisador.*

#### **Quinta-feira, dia 06 de abril de 2.000 - Visita ao CPEC: Reunião preliminar com os jovens que participarão do projeto Profissionalizando para o Futuro.**

Chegada as 8 hora e 30 minutos. Comigo estava minha companheira, Luciana, que será educadora do projeto, na parte de relações humanas. Os jovens já aguardavam no lado de fora do CPEC. Adilson chega junto conosco e entramos juntamente com os jovens. Enquanto limpavam a sala, esperamos, observando os meninos e meninas do Projeto Semear Criança. Logo terminaram a limpeza e nos chamaram até a sala.

Depois de todos estarmos sentados em forma de um grande círculo, Bernadete e Ana Silvia iniciaram uma dinâmica de apresentação do grupo. Após a apresentação, Bernadete coordenou outra dinâmica, motivando os jovens a falarem sobre o significado desse curso para cada um. De cara observei que poucos falaram e alguns já se destacaram como mais participativos. Em seguida Bernadete fez uma exposição.

Em sua fala, ela chamou a atenção para o caráter educativo do curso, citando os módulos básico e específico e suas características. Em seguida falou sobre questões práticas do projeto, como período de duração, horários, alimentação, bolsa auxílio e outros elementos. Em seguida abriu espaço para as perguntas e tirada de dúvidas dos jovens. A participação foi tímida, mas as poucas perguntas que fizeram foram boas, relativas à bolsa auxílio e à vivência prática, do final do curso.

Luciana e eu passamos o tempo todo calados, apenas observando. Quando entramos, a sala já estava arrumada, com as cadeiras em círculo e um papelógrafo. O ambiente é escuro e com pouca ventilação, pois não há janelas.

A reunião foi concluída com os avisos sobre o início das atividades do projeto. Luciana e eu conversamos com Bernadete sobre alguns detalhes do projeto, como o início de nossa contribuição como educadores. Em seguida nos despedimos e saímos.

#### **Sexta-feira, dia 14 de abril de 2.000 - Visita ao CPEC.**

Chegada às 8 horas. No CPEC está tudo silencioso. Parece que não haverá projeto Semear hoje. Entrei e encontrei alguns educadores do Semear. Perguntei a eles o porquê da ausência das crianças. Elas me explicaram que era porque haveria reunião de planejamento dos educadores. Olhando para a cozinha, vi a cozinheira e fui cumprimentá-la. Gosto muito de fazer amizade com as pessoas mais simples que também contribuem, do seu jeito, para a luta ou para a educação, principalmente nesses projetos.

Procurei por Bernadete, mas ela não estava. Então resolvi subir e acompanhar um pouco às atividades dos meninos e meninas do projeto. Era aula de Português e Redação. Pedi licença para a educadora, entrei, sentei e comecei a observar. Os jovens estavam fazendo um trabalho com colagem, a partir de temas “geradores”, para motivar a reflexão e a produção de textos, disse a educadora. Grande é a empolgação e envolvimento dos jovens nesse trabalho. Isso me lembrou o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, que proporciona uma maior participação e desenvolvimento da capacidade criativa do aluno, e a meu ver, caracteriza uma prática de educação popular.



As aulas de Português, como também as de Matemática, são uma exigência do Programa Capacitação Solidária, embora muitas vezes os jovens, os educadores e os coordenadores dos projetos não as considerem como as matérias mais importantes no módulo básico. Parece-me que isso indica que o Capacitação Solidária encara o módulo básico mais como complementação educacional do que como formação humana e crítica desses jovens. Mas, isso é apenas a minha impressão inicial. Vejamos posteriormente.

Após um bom tempo de observação pude constatar, através das colagens, que esse jovens tem muito potencial criativo e crítico. Aguardo ansioso a oportunidade de trabalhar diretamente com eles. Em seguida, me retirei, dando um “até logo” a todos, que me responderam quase que em sintonia. Como não encontrei Bernadete, fui embora.

### **Terça-feira, dia 2 de maio de 2.000 – Visita ao CPEC.**

Primeiro dia de minha contribuição direta como educador/facilitador, no Projeto do CPEC/ Capacitação Solidária.

Nas conversas anteriores que tive com Bernadete, Adilson e outras pessoas do CPEC, pediram-me que contribuísse, de alguma forma, diretamente com o projeto atual. Como, durante a apresentação da minha proposta de pesquisa do mestrado, havia me comprometido em ajudar no que fosse necessário, aceitei assumir o desenvolvimento de uma temática de estudo no curso.

Assim, acertamos que eu deveria trabalhar com a temática Terceiro Setor. No início tive um pouco de dificuldade em definir como trabalhar essa temática para um público adolescente. Precisava desenvolver uma linguagem, uma didática bem acessível a eles. Foi então que pensei em iniciar mudando um pouco o nome da temática, que eu passei a chamar de Educação e Cidadania: o Terceiro Setor. Assim, poderia começar discutindo com eles a questão da cidadania e todas suas dimensões, até chegar ao chamado Terceiro Setor.

Este foi o meu primeiro dia de trabalho direto com os jovens desse projeto no CPEC. Havia programado um vídeo curtinho, de uma coletânea de vídeos sobre juventude e cidadania, produzidos pelo UNICEF, que pertencia à minha companheira

Luciana. Tratava-se de uma pequena estória em torno da vida social do jovem, onde uma garota recém-chegada numa escola é discriminada e tem dificuldades de se integrar com os colegas do colégio.

Após o vídeo, trabalharíamos a partir de uma dinâmica em que os jovens deveriam refletir, individualmente, sobre palavras-chave ligadas ao conceito de cidadania. Eu escolhi as palavras a partir de uma observação prévia do vídeo. As palavras utilizadas foram: participação, direitos, deveres, democracia, política, justiça social, igualdade, solidariedade.

Como houve um pequeno atraso no vídeo, fizemos à dinâmica primeiro. Após a dinâmica, vimos o vídeo e em seguida saímos para trabalhar em grupos. Essa primeira participação deles na dinâmica, foi tímida, como eu já esperava. Poucos falaram, mas foi possível já haver alguma discussão sobre o tema. Parece que os encontros de relações humanas podem estar lhes ajudando a se soltarem mais, aos poucos, e também a desenvolver certo senso crítico. Observei que o trabalho em grupo foi mais participativo. Dos grupos, fomos direto para o intervalo e para o lanche.

Após o intervalo houve a apresentação do resultado do trabalho em grupos. Eles tinham sido orientados para apresentarem de forma criativa, sendo que um grupo seria de teatro, o segundo de poesia, o terceiro de música e, o último, exposição oral. Minha intenção era perceber a capacidade criativa deles em formas diferentes de expressão. Apesar de as formas de apresentação terem sido “impostas” por mim – o que analiso como um erro, pois posso ter inibido o potencial criador deles – todos os grupos foram muito animados e também criativos.

Após a apresentação dos grupos, fiz uma reflexão, fomentando um debate. Um número maior de jovens emitiu opinião sobre o que seria mesmo essa coisa de “Ser Cidadão”, e lembrei um pouco a origem da palavra cidadania, a partir da tradição cultural grega. Alguns parecem ainda um pouco desligados, mas o grupo todo tem muito potencial criativo e crítico, fácil de observar quando eles desenvolvem atividades mais movimentadas, como dramatizações, trabalho de pintura e colagem, etc.

Depois de certo tempo de debate, quando percebi que diminuía a participação deles, ouvimos a música “Na frente da TV”, do grupo Cidade Negra, cuja letra lembra a importância de se ter uma visão crítica das coisas, principalmente com relação à mídia e

a televisão. Fizemos nova discussão, ligando a música ao tema política e cidadania. Praticamente falaram as mesmas pessoas de antes. Em seguida finalizei o nosso encontro e saímos para o almoço.

A impressão geral que tive é que os jovens parecem ainda mais preocupados com o módulo específico, ou seja, com as aulas prática de confeitaria. Ainda não despertaram para a importância dos temas, sensações e comportamentos que desenvolvemos e refletimos durante o encontro sobre cidadania, para a sua própria formação profissional.

Quanto a mim, enquanto educador, ainda fui muito formal e um pouco “autoritário”, apesar de ter dinamizado o encontro. Preciso ser mais flexível e ser mais amigo da turma, construindo a minha autoridade junto com eles.

### **Terça-feira, dias 9, 16 e 23 de maio de 2.000 – Visita ao CPEC.**

Nestes três encontros, cheguei sempre cedo ao CPEC. O encontro com os jovens começava sempre às 7,30 horas. Era sempre bem recebido pelas pessoas que trabalhavam na cozinha e pelos educadores do projeto Semear. Entre os jovens, havia sempre um bom acolhimento mútuo. Sempre antes de começarmos a discutir o tema de cada encontro, gostava de bater um papo com os jovens: Como estavam? Como tinha sido o seu final de semana? Quais as novidades? Como estavam nas aulas práticas, etc. Isso ajudou a me aproximar mais deles.

Nos nossos encontros, procuramos manter um clima de amizade e descontração. Durante esses três dias discutimos sobre direitos do Cidadão. Falamos sobre o conceito e o problema da Igualdade; os direitos da criança e do adolescente, utilizando o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); debatemos sobre a Educação e sua importância para o exercício e realização da condição de cidadania; direitos do Consumidor, com dicas e exemplos práticos de como se deve lutar por esses direitos; e direitos do trabalhador, que eles gostaram e participaram muito por estar ligado diretamente à sua profissionalização.

Em geral, a turma tem participado cada vez melhor das discussões. Existe um garoto que sempre se destaca, com posições muito críticas sobre cada tema que discutimos. A maioria do grupo composto de 30 jovens é de mulheres. Elas somam

cerca de 70% do grupo. Delas, 4 já são mães, sendo duas solteiras. A gravidez precoce tem sido muito presente nessa comunidade. Ouvi isso dos depoimentos de Bernadete e Adilson e pude sentir o termômetro na turma. Depois comecei a refletir: Que motivos às levam a isso? Seria somente a falta de educação sexual? O estado de ociosidade que vivem? Ou será que o próprio estado de desemprego e de poucas perspectivas de prosperidade na periferia as levaria a buscar na gravidez uma forma de sobreviver, até de depender do homem? Questionamentos que ficaram no meu pensamento, ainda sem respostas.

Para discutir os temas, trazia sempre um texto de duas ou três laudas, elaborados por mim mesmo a partir de algumas cartilhas de educação e cidadania. Os textos eram trabalhados em grupos ou através de algum tipo de dinâmica. Também utilizava muito o vídeo e letras de músicas de bandas ou cantores que eles conheciam como a Banda Cidade Negra, o cantor Gonzaguinha, e outros, que tinham a ver com o tema dos encontros, como por exemplo: “Guerreiro Menino” (Gonzaguinha) e “Pensamento” (Cidade Negra). Tinha também o cuidado de deixar-lhes à vontade para falar e realizava pelo menos uma brincadeira para movimentar e animar mais a turma.

Nas discussões, as mulheres sempre contribuíram mais do que os homens. Pareciam ser mais interessadas e empolgadas com os temas. Perguntavam mais. Em geral demonstram-se críticos com relação aos coordenadores e educadores do projeto, apontando as falhas e posturas que eles reprovam. Valorizam muito o aprendizado que estão recebendo, principalmente no módulo básico.

Para mim esse fato é interessante e reforça a minha idéia de que essa dimensão parece ser a que traz mais impacto na vida dos jovens, pois contribui para mudanças de comportamento no meio social e familiar, conforme eles próprios afirmam em seus depoimentos individuais e durante os encontros que tivemos juntos. O módulo básico é, portanto, o elemento que considero como mais importante na experiência de educação popular que esses jovens vivem nesse projeto.

#### **Quinta-feira, dia 25 de maio de 2.000 – Visita ao CPEC.**

Chegada ao Canindezinho às 7, 30 horas. Estava acompanhando Luciana, minha companheira. Entramos juntos no CPEC e cumprimentamos as colegas da cozinha e alguns jovens do curso que estavam esperando o início do encontro.

Fomos imediatamente procurar o material necessário para que ela pudesse começar a aula. Depois de ajudá-la, despedi-me dela e da turma e saí. Fui até a mercearia da Bernadete para fazer um lanche. Nesse dia havia programado uma entrevista com uma jovem que participou de projetos passados do Capacitação Solidária no CPEC.

Enquanto lanchava, conversei assuntos diversos com o Sr. Antônio, esposo da Bernadete. Quando chegou Salete, fomos ao CPEC para a entrevista.

Ela falou pouco. É filha de Bernadete e parece ser muito fechada e tímida. Também não fez críticas ao CPEC. Falou que é membro do grupo Pé no Chão. Talvez essa condição a impedisse de falar um pouco mais sobre o trabalho das lideranças na comunidade. Respeitando suas dificuldades ou desejo de falar pouco, não insisti muito. Após a entrevista, nos despedimos e saímos juntos.

Vou até a sala de costura e fico observando um pouco a preparação das roupas de quadrilha junina do grupo Pé no Chão. As pessoas que fazem esse trabalho voluntário, todas as mulheres, entre elas duas jovens, parecem fazê-lo com muito gosto e satisfação. É interessante perceber o amor e a dedicação dessas pessoas por um trabalho que, se por um lado beneficia um grupo em que elas próprias se inserem, por outro lado deve trazer-lhes alguns sacrifícios e possivelmente alguns conflitos com seus maridos ou outras pessoas da família. Fico pensando: o que essas pessoas não passam para sentir esse prazer de ajudar a um grupo da comunidade?

Em seguida, volto à secretaria e começo a escrever esse diário, enquanto aguardo a Geruza, uma jovem que participou do projeto Curso de Mecânica de Motores de ônibus, aqui no CPEC, em 1999, a quem deveria entrevistar para o trabalho da pesquisa. Logo que Geruza chegou começamos a conversar.

É a segunda vez que tive um bate-papo com Geruza acerca da problemática da pesquisa. Dessa vez, a conversa foi mais proveitosa. Ela me pareceu mais aberta para falar e expressar seus sentimentos com relação à experiência do projeto. Falou de coisas interessantes, como o fato dela ser uma mulher fazendo um curso profissionalizante onde predomina a presença de homens.

Após a entrevista, agradei a sua contribuição e saímos. Eu fui me despedir de Luciana e da turma para poder ir embora.

### **Quarta-feira, dia 31 de maio de 2.000 – Visita ao CPEC.**

Chego cedo ao Canindezinho, como sempre. Hoje é o meu penúltimo dia de encontro com os meninos e meninas do projeto para discutirmos sobre Educação e Cidadania. O tema do encontro é: Terceiro Setor e Participação Social e Política dos jovens. O objetivo é definir um pouco o que seja Terceiro Setor e discutir a importância da dimensão da participação comunitária e política na sociedade, principalmente dos jovens, para a realização plena da cidadania no país em que vivemos.

Início de maneira descontraída, procurando conversar com elas e eles sobre como estão. Continuando o papo, vou introduzindo o tema e tentando definir o que seria Primeiro e Segundo Setores. Falo sobre a ação governamental (Estado) e a ação da iniciativa privada, comentando as deficiências e limitações de cada um. Em seguida é a vez de falar do Terceiro Setor, destacando as organizações da sociedade civil: Movimento Popular e Ongs, em particular.

Após esse momento introdutório, exibio dois vídeos sobre Política e o Papel do Jovem como Cidadão Ativo, retirados de uma coletânea de vídeos para jovens produzidos pelo UNICEF. Os filmes têm boa repercussão entre os meninos e meninas. Percebi isso a partir dos cochichos e da participação deles na discussão do assunto. Durante o debate, levanto críticas sobre sua aparente acomodação frente aos problemas sociais da comunidade e da sociedade em geral, citando como exemplo a greve dos professores das escolas públicas, que ocorria na cidade naquele período. Foi uma forma de provocá-los e ver qual a sua reação.

E o resultado foi como eu queria. Minhas críticas foram rebatidas. Rute, uma das jovens que costumava contribuir bem nos encontros, falou das limitações que eles, adolescentes, menores de idade e dependentes dos pais, tinham para assumir alguns compromissos sociais maiores. Eu falei que compreendia isso, mas que era necessário se aproveitar algumas oportunidades que o nosso próprio cotidiano oferece e agir, mesmo que timidamente.

Chegamos à conclusão de que o Terceiro Setor é caracterizado pela busca da parceria entre os diversos setores da sociedade, com vistas a transformá-la. Engloba associações comunitárias, Ongs, movimento popular, movimentos sociais mais amplos e específicos, grupos e práticas sociais não necessariamente “institucionalizadas”. É um espaço privilegiado para a luta em defesa da cidadania e da construção de uma sociedade mais justa e solidária.

É claro que minhas posições pessoais e minha tendência a pensar de maneira esquerdista implicou muito na minha fala durante o debate e isso foi percebido pelos jovens. Fazendo críticas a uma concepção de Terceiro Setor que se baseia na simples parceria entre Estado e Sociedade para amenizar os problemas sociais, enfatizei a importância da organização popular para pressionar o Estado a cumprir o seu papel político, tendo cuidado com as situações de manipulação que podem ocorrer nas relações de parceria que se estabelecem.

### **Terça-feira, dia 06 de junho de 2.000- Visita ao CPEC**

Chego no horário, como sempre. Trago comigo um aparelho de som com CD. Pretendo usar algumas músicas durante o encontro. Como é o último, preparei também uma dinâmica de avaliação.

Ao entrar na sala, cumprimentei a todos, dando Bom dia. Percebo que alguns estão com aparência de sono e cansaço. Quando pergunto o motivo de tal debilitação, responderam que na noite anterior tinha havido festival de quadrilhas, onde o grupo Pé no Chão se apresentou e eles dançaram até a madrugada. Durante esse mês de junho é uma constante para eles. Pelo menos um terço das pessoas do projeto participam das quadrilhas. Então me solidarizei com eles e disse pra ficarem à vontade no encontro, mesmo que para isso tenham que cochilar um pouco.

Constatado isso, apresentei minha proposta de trabalho naquele dia: Revisão geral e finalização da temática Educação e Cidadania. Faríamos uma avaliação do curso. Na programação estão dinâmicas de reflexão com música e brincadeiras para a descontração do grupo. Percebi que fui muito diretivo, pois praticamente impus a dinâmica de avaliação, não dando oportunidade para eles definirem junto comigo.

Apesar disso, a turma concordou, principalmente com as dinâmicas e brincadeiras, pois realmente precisavam de movimento e animação naquele dia. Distribuí uma folha de papel para cada participante. Em seguida escrevi os pontos para avaliação no quadro branco:

1. Atuação do educador: domínio do conteúdo/ relações com o grupo.
2. Metodologia: Dinâmicas e recursos utilizados no curso.
3. Conteúdos: temas discutidos e sua relação com a vida dos jovens.
4. Críticas e sugestões ao educador.

A dinâmica era a seguinte: cada pessoa deveria escrever na folha a sua opinião sobre cada ponto colocado no quadro. Lembrei que o trabalho era individual e silencioso e que não era preciso se identificar na folha. Alguns pediram esclarecimento sobre os pontos, ao que imediatamente atendi. Após a minha explicação, iniciaram o trabalho.

Enquanto escrevem, coloco música e fico disponível para tirar mais dúvidas de quem quisesse. À medida que foram terminando, fui recolhendo as folhas. Tendo recebido todas, joguei no chão, espalhando-as com o verso para cima. Depois pedi a cada uma pelo nome, que escolhesse uma folha, lesse e comentasse o conteúdo que estava ali escrito. Achei interessante que todos leram sem problemas, apesar de que nem todos comentaram o que leram.

Quando todas as avaliações foram lidas, comentamos juntos sobre a dinâmica. Todos afirmaram ter gostado muito. Lembrei a importância do anonimato, para que eles ficassem à vontade em expressar suas opiniões, principalmente as mais críticas ao meu trabalho.

Na avaliação, todos concordaram em dizer que eu, no primeiro momento de aula com eles, apresentei-me como alguém chato e autoritário, deixando má impressão no grupo. Porém, disseram, durante os outros encontros, consegui demonstrar que na realidade não sou daquele jeito. Soube demonstrar muito dinamismo e proporcionei muita participação de todos. Nesse momento, percebemos que já era hora do lanche e então saímos juntos para comer um pouco.



Quando retornamos, anunciei que iria fazer uma dinâmica para discutir algumas questões relativas à minha pesquisa. Antes, expliquei um pouco o meu trabalho, colocando os objetivos e enfatizando a importância da participação deles.

Iniciando a dinâmica, uma caixa com várias perguntas sobre a visão delas e deles sobre as lideranças do CPEC, à própria comunidade, ao Programa Capacitação Solidária, aos educadores do projeto, ao impacto dessa experiência em suas vidas, entre outras, começou a circular pela sala, enquanto tocava uma música. Quando a música pára, uma pessoa retira o papel e responde a uma das perguntas da caixa, ou pergunta para alguém do grupo.

Durante a dinâmica, pouca gente falou, para a minha frustração. Parece-me que o fato de estarem num grupo grande os constrangeu. Ou as perguntas eram diretas demais? Talvez a dinâmica não tenha proporcionado aos jovens condições para falarem daquilo a que se referiam as perguntas. O fato é que percebi que deveria criar outras formas de trabalhar em grupo com eles, depois de fazer mais entrevistas individuais.

Em seguida começamos as atividades de descontração. Depois de nos movimentarmos e divertirmos bastante, paramos para finalizar. Falei um pouco da importância dessa experiência com o grupo, enquanto educador e pesquisador. Foi aí que o grupo decidiu que era a sua vez de fazerem uma dinâmica de avaliação comigo. Fizemos um grande círculo e eu fui colocado no meio, juntamente com uma jovem que estava sendo ameaçada de ter de deixar o grupo. Em seguida as pessoas foram falando, numa palavra, o que achavam de mim, como pessoa e como educador.

Foi um momento muito emocionante e eu pude perceber o quanto nós educadores havíamos conseguido despertar esses jovens para a sua sensibilidade e expressão de sentimentos. Muitos choraram de emoção. Eu tive muita vontade, mas infelizmente não consegui chorar.

Houve muitas críticas e elogios a mim e isso foi muito importante para o meu amadurecimento como pessoa. Disseram que eu sou um pouco sério demais nos encontros. Num primeiro momento, pareci ser chato e autoritário. Mas, depois, mostrei-me aberto, dinâmico e amigo deles e delas.

Encerramos a dinâmica ouvindo a música “Pensamento”, do grupo Cidade Negra, e com um grande abraço coletivo.

### **Terça-feira, dia 27 de junho de 2.000 – Visita ao CPEC**

Chego ao Terminal do Siqueira às 8 horas e 45 minutos. O movimento de pessoas é tranqüilo. Chegando ao ponto de ônibus, percebo um que está saindo, mas não consigo subir nele. Chego e fico aguardando o próximo. Observo o ambiente. Há ali um grupo de cinco crianças, “menores de rua”, brincando por ali. Pedem esmola numa pequena loja, sendo expulsos pela vendedora. Todos possuem pele escura: parda ou negra. Realmente a exclusão, no Brasil, possui cor/raça definida.

Chega o ônibus. Entro e iniciamos a viagem. Percebo que o motorista é bastante imprudente: freadas bruscas e alta velocidade. Há poucas pessoas no ônibus.

Quando chego ao CPEC está mesmo na hora do lanche do grupo. Como sempre sou bem recebido pelas meninas e meninos. Parece que consegui estabelecer uma boa amizade com eles. Encontro com Silvia e Bernadete, que também me acolhem muito bem. Conversamos rapidamente enquanto lanchamos. Bernadete pede licença e sai um pouco.

Conversando com Silvia, ela me falava um pouco de alguns problemas da comunidade. Às vezes, diz ela, alguns companheiros tornam mais difícil o trabalho. Isso a deixa chateada. Falei que trabalhar em grupo, principalmente em trabalho comunitário, sempre é difícil.

Quando Bernadete retornou, saímos juntos para a sala de aula, onde os jovens do projeto a esperavam para continuar o seu encontro.

O tema do encontro é sobre juventude e sexualidade. No primeiro tempo, os jovens haviam feito trabalho de grupo sobre a seguinte pergunta: por que gosto de ser homem ou de ser mulher? Bernadete motivou um debate sobre o resultado dos grupos.

As opiniões dos jovens apresentam um bom nível de consciência crítica frente a questões como preconceito sexual e violência, embora estejam ainda muito ligados à sexualidade genital. Bernadete me pediu para fazer algumas reflexões sobre o tema.

Fiz uma breve exposição sobre o papel da mulher na sociedade ocidental machista, o preconceito, o avanço da mulher na sociedade, o movimento feminista (anos 50 e 60), a relação entre homens e mulheres como seres humanos que se complementam e que possuem, cada um, uma parcela de elementos masculinos e femininos. Falei da sexualidade como algo muito mais amplo do que a simples genitalidade e da sensualidade como elemento presente tanto em mulheres como em homens.

Em seguida foram formadas duas filas, com 8 homens e 8 mulheres e eles escreviam no quadro suas opiniões, numa palavra, respondendo:

Os homens: se eu fosse mulher, eu...

As mulheres: se eu fosse homem, eu...

A partir daí abriu-se novo debate. Os homens aparentavam mais preconceito e machismo. Apenas dois dos meninos mostravam-se, pelo menos no discurso, mais sensíveis e reconheciam a importância, qualidades e direitos das mulheres enquanto seres humanos iguais aos homens. Já as mulheres estavam mais abertas e bem críticas quanto às posturas machistas dos colegas de turma. Depois dessa dinâmica, pedi licença ao grupo, pois tinha que sair.

Nesse dia, eu pude perceber, através da participação na discussão do tema do encontro, que depois de dois meses de convivência no projeto os jovens parecem mais descontraídos, integrados, entrosados e críticos, pois mostram-se capazes de identificar as posturas e comportamentos que, dentro do grupo, atrapalham suas relações. E isso se refere também às posturas dos próprios educadores e coordenadores do projeto, como já citei anteriormente com relação ao meu próprio trabalho direto com eles e elas.

Foram esses elementos que fui percebendo no cotidiano, e a própria relação de amizade que estabelecemos, que me levaram a definir a percepção desses jovens do seu próprio processo educativo como enfoque de análise na pesquisa. E foi através dos “bate-papos” das entrevistas individuais com alguns desses jovens que pude perceber/sentir/descobrir outros impactos importantes que o processo educativo do projeto proporcionou em suas vidas.

## **2.2. “Um Bate-papo” com os educandos: o diálogo das entrevistas.**

Se a redefinição do enfoque da pesquisa foi também consequência da minha convivência com as “meninas” e os “meninos” do projeto, nada mais justo do que explicitar as suas visões acerca do projeto, do CPEC, do Programa Capacitação Solidária, da própria comunidade e deles mesmos. Para isso, utilizando as suas próprias palavras, registradas nos momentos individuais de bate-papo que mantive com nove deles, através de entrevistas<sup>7</sup>.

Assim, apresento agora, na íntegra, todos esses momentos, que são o ponto de partida para minha análise do processo de Educação Popular, que considero ter sido vivido por eles durante suas participações no projeto profissionalizando para o Futuro. O conteúdo desses “bate-papos” apontam para as principais categorias de análise da pesquisa, revelando os elementos “Instituintes” e o processo de “Institucionalização” que a experiência do projeto pode desencadear nas suas vidas e na prática educativa do CPEC – Pé no Chão.

### **“Bate-papo” 1- Conversando com Gerusa.**

Identificando: Gerusa Nascimento da Silva, 19 anos. É também membro do grupo folclórico Pé no Chão e contribui no CPEC como educadora do projeto Semear Criança. É muito descontraída e se sente à vontade em falar de si e do que sentiu durante a experiência do projeto de Capacitação Solidária que participou. Tem uma boa visão crítica do mundo e daquilo que vive em seu cotidiano.

Francisco: Há quanto tempo você mora aqui na comunidade do Canindezinho ?

Gerusa : Desde quando eu fui concebida, aqui.

Francisco: Você participou de qual curso ou projeto do Programa Capacitação Solidária?

---

<sup>7</sup> A seleção destes jovens foi feita por mim mesmo durante os encontros de Educação e Cidadania. Procurei escolher aqueles que tinham uma participação maior nos encontros, seja contribuindo nos debates, seja destacando-se na relação com o grupo. Além dos jovens desse projeto, também conversei com duas jovens de um projeto anterior, indicadas por Bernadete. Todas as entrevistas aconteceram na sede do CPEC.

Gerusa: Eu participei do curso de manutenção de veículos, a parte de eletricidade, e do curso de danças, em 98 e 99.

Francisco: Como é que você soube que existiam esses projetos, esses cursos ?

Gerusa: Com o grupo Pé no chão que procura, né (?), associações, essas coisas... E como eu faço parte do grupo. Foi através mesmo do grupo que eu fiquei sabendo.

Francisco: Então você é membro do grupo Pé no Chão. E aí você acompanha... Já tem acompanhado o trabalho das lideranças do CPEC aqui na comunidade?

Gerusa: Com certeza. Tudo que o grupo se engaja.... Qualquer evento que tem que fazer alguma coisa na parte social... Eu estou por dentro.

Francisco: Certo. Como é que você, então consegue perceber ou qualificar a ação ou a prática das lideranças do CPEC na Comunidade, falando não como membro do Pé no Chão, mas como pessoa que mora na comunidade ?

Gerusa: Eu vejo que é, assim, um trabalho muito importante. Eu desde criança que tinha vontade de participar do grupo...Porque geralmente, quando você não é do grupo, você pensa que o Pé no Chão é uma coisa, assim, só pra dançar... Todo mundo tem essa idéia. Mas quando você entra, que você vê o que o grupo realmente faz. Como a questão de ir buscar um irmão no núcleo do Iprede, aqui pra dentro... Do CPEC, que atende as crianças da comunidade... A questão dos cursos do Comunidade Solidária...pra buscar os jovens que não têm uma profissão ainda e se qualificar para esse mercado de trabalho. Pra mim isso é muito importante... É uma questão de trabalhar com a sociedade, com os jovens, com uma comunidade mais carente né (?)... Como a gente sabe o nosso Canindezinho é uma comunidade carente ainda.

Francisco: E como é que você percebe essas lideranças, como a Bernadete, o Adilson, a Silvia, durante a execução dos projetos ?

Gerusa: Eu vejo que eles ficam assim muito ... Gostam... Eles gostam do trabalho... Se preocupam muito . Tanto a Silvia, como a Bernadete e o Adilson, eles gostam desse trabalho... E agora, nesse projeto atual, eles estão acompanhando em tudo... Eu vejo o prazer que eles estão tendo. Porque é muito melhor você ter um projeto que você acompanha, sabe o que entra, sabe o que sai , como funciona... É muito melhor do que

você ficar por fora e receber tudo pronto. Acho que o mais gostoso do trabalho é você estar totalmente por dentro .

Francisco: E aí, é... Então, que dificuldades você enfrentou durante o projeto ?

Gerusa: Praticamente nenhuma. Eu sempre me senti muito à vontade , né (?) ... E capaz também de me relacionar com tudo e com todo o grupo.

Francisco : Você teve conhecimento da AAPCS e da Comunidade Solidária ?

Gerusa: Tive. Porque todos os projetos tem uma pessoa do Comunidade Solidária que acompanha diretamente...como se fosse assim um fiscal, que acompanha e fala também como é o trabalho da AAPCS.

Francisco: E como é que você então avalia ou percebe a ação deles durante o projeto, aqui na comunidade?

Gerusa: É... O acompanhamento deles é muito bom, né (?). Eles acompanham mais assim... Porque geralmente eles deixam à gente, assim, dizendo de uma maneira mais... A se virar... Vamos deixar como eles caminham... Eles acompanham, jogam algumas idéias... Pra facilitar o trabalho da comunidade, da coordenação do projeto .... Que também é um trabalho a nível nacional e eu acho muito importante.

Francisco: Você participou de alguma oficina pedagógica com jovens de outros projetos ?

Gerusa: Não entendi.

Francisco: O Comunidade Solidária, aqui em Fortaleza e nos outros estados, eles fazem oficinas pedagógicas e tem uma das oficinas que reúnem os jovens dos projetos. Você chegou a participar ?

Gerusa: Participei. O ano passado era com o pessoal do Jangurussu, e... Por exemplo, no SEST/SENAT, onde a gente fazia o curso ano passado, era o Canindezinho e Jangurussu no mesmo horário. Isso era legal. Surgiu um círculo de amizade com outros jovens e a gente conheceu também a situação das outras comunidades. Havia também os encontros de avaliação, que era juntado todos os jovens de Fortaleza, que pra mim também é uma coisa muito interessante, muito dinâmico... Interessante mesmo.

Francisco: Você tem alguma observação sobre essa experiência com todos os jovens de Fortaleza ?

Gerusa: Pra mim, a importância maior de todos esses projetos está em fazer com que o jovem se profissionalize. Porque, através do estágio, que temos também, muitos deles conseguem um emprego. E com certeza eles vão agradecer por toda a vida essa oportunidade que o Comunidade Solidária dá pra eles.

Francisco: Qual foi o impacto que o projeto teve na sua vida familiar ?

Gerusa: Muito bom. Porque, no curso eu pude ajudar um pouco minha família e me ajudar também. Porque tem a bolsa auxílio e além do mais no primeiro curso eu consegui um emprego. Eu trabalhava na São Benedito, era eletricitista, e pra fazer o outro curso , que na época a gente não sabia que não podia fazer outro curso, e aí eu desisti do trabalho pra fazer o outro curso que era de dança, e daí fiquei desempregada. Mas, não posso me maldizer porque foi uma coisa que eu escolhi. Mas foi muito importante porque eu tinha o meu trabalho e eu ajudava muito em casa... Tinha cesta básica mensal e... Assim... Era ótimo.

Francisco: E em termos de relações familiares ?

Gerusa: Também. Porque eu acho assim... Hoje em dia o jovem, quando completa 18 anos, o que os pais querem é se livrar deles... Tem que arranjar um emprego, né (?), tem que trabalhar. E quando a gente não trabalha eles tratam à gente de uma maneira... Às vezes não gosta muito da presença da gente em casa, diariamente... E depois do trabalho , “Ave Maria” (!) , era como se eu fosse tudo, né (?). De deixar comida pra mim, ou seja, era um tratamento diferente, era um tratamento mais gostoso... Agora ela está servindo dentro de casa, então vamos tratá-la melhor. Agora, é tipo assim, quando eu saí da empresa tinha dia que o meu pai estava ruim pró meu lado que eu não agüentava. Eu tinha que sair de casa mesmo. Passar o dia aqui, no próprio CPEC, pra não estar chateando ele e nem me chateando. Mas é muito bom, quando a gente tá trabalhando o tratamento é outra coisa.

Francisco: E... Qual foi o impacto que o projeto teve na sua vida escolar ?

Gerusa: Bom. Quando eu estava fazendo o curso eu também estava estudando...eu estava fazendo... Em 98 estava terminando o segundo grau e em 99 praticamente eu não

estudei, não fiz vestibular, não fiz nada. Aí esse ano foi que eu voltei a estudar, estou fazendo outro segundo grau. E quando começa o curso eles exigem que a pessoa esteja estudando. Eu nunca tive muita dificuldade pra estudo não, sempre gostei muito. Então, não teve assim aquela grande importância não, mas é uma coisa já minha, de estudar.

Francisco: E na sua vida pessoal ?

Gerusa: Ajudou também, na questão de relacionamentos. Quando você conhece a personalidade de outras pessoas e tem oportunidade de demonstrar a sua, né (?) isso é legal também. Na vida pessoal... É assim, faz com que você se torne uma pessoa mais humana, conhecer também às situações dos outros, de cada pessoa que tá ali com você todo dia, tanto dos educadores do projeto como se seus colegas... Então é muito importante você conhecer o outro, pois a partir do momento que você conhece o outro você também se conhece... É o auto conhecimento . E as dinâmicas que tinha lá eram muito legais, que ajudavam você a se desinibir, se soltar mais.

Francisco: E na comunidade?

Gerusa: Na comunidade... Eu já acompanho, né (?)... Já acompanho sempre tudo e tô por dentro. Agora nesse projeto atual, como eu nem tô ajudando na parte de coordenação e nem como aluna, digamos assim, a gente só vê assim, só olhando e tudo... Mas na comunidade, nos outros meios da comunidade estou sempre por dentro. Como agora o curso é de confeitaria ainda como um bolinho (risos), coisa assim.

Francisco: Então você continua participando do grupo Pé no Chão e dando contribuição em algum outro projeto aqui no CPEC?

Gerusa: Com certeza. Atualmente, como estou sem um trabalho, sem um emprego, né (?), eu estou trabalhando aqui no Projeto Semear Criança, diariamente, de segunda a Sexta, de 8 da manhã e vai até o meio dia, mais ou menos, até o almoço das crianças .

Francisco: Em geral, teria algum outro benefício ou malefício que o projeto lhe proporcionou ?

Gerusa: Não. Acredito que de certa forma foi tudo muito bom. Certo que sempre tem algumas desavenças, né (?) entre até algum professor, que eu tive uma, não era um professor meu, era outro professor... Mas é coisa que acontece. E também, como eu



disse outra vez, é muito bom você estar por dentro do projeto. Quando você não está, você desconfia de alguma coisa. No último projeto que eu participei, nós não estávamos muito por dentro e a gente sempre desconfiava... Há, então tá tendo isso, não tão fazendo aquilo, aquilo não tão fazendo direito... Então era isso, tinha algumas dificuldades nessa parte. Mas, de certa forma, o projeto em si foi muito bom.

Francisco: Você faria alguma crítica à prática das lideranças do CPEC na comunidade ?

Gerusa: Não, eu não faria. Eu acho que o jeito que as lideranças trabalham é muito bom. Porque também eles não procuram trabalhar totalmente sozinhos, né (?), e chamam os jovens pra ajudar e passam... Tudo que acontece passam pra gente. Eu acho muito importante isso. Você é liderança, mas tem aquelas pessoas que trabalham junto com você e estão sabendo tudo o que você tá fazendo. Isso que eu acho importante.

Francisco: E... Durante os projeto sempre é assim?

Gerusa: É, com certeza.

Francisco: Você faria alguma crítica à Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária ?

Gerusa: Não, também não faria. Quer dizer, eu só acho assim, que o acompanhamento deveria ser melhor. Porque tem pessoas que acompanham, mas, de certa forma, criticam o trabalho de quem tá ali... Os coordenadores... Criticam de certa forma. Então eu acharia que deveria ser um acompanhamento melhor... Não só uma pessoa também , deveria ser mais pessoas. Essa é a minha crítica.

### ***Retomando o “papo” com Gerusa***

Francisco: Por que você escolheu, naquela época, fazer esse curso de Eletricista de ônibus?

Gerusa: Porque eu acho a eletricidade uma coisa muito interessante e nessa área, mecânica, é muito difícil você ver mulher trabalhando... E de uns anos pra cá o mercado vem abrindo. Então eu vejo assim como uma oportunidade de aprender, mostrar que a mulher tá aí , né (?) pró que der e vier.

Francisco: Neste sentido, como é que foi a sua experiência durante esse curso? Você era a única mulher que tinha no curso? Como é que você se sentia durante as aulas específicas?

Gerusa: Bom, eu não era a única mulher. A eletricidade tinha mais três meninas e tinha outras que faziam funilaria, uma, apenas uma fez mecânica de motores. E pra mim foi uma experiência muito boa, bem aceita pelos professores, bem aceita pelos instrutores de forma em geral...pelos próprios colegas...os meninos... Até tinha aula que as meninas se saiam melhor que os meninos. Então acho que foi muito bem aceito. Os professores davam atenção como davam aos meninos, tinha respeito, era muito gostoso trabalhar.

Francisco: Interessante. E como é que foi, então, em casa isso, essa experiência? Porque também pra sua família, sobretudo, vamos dizer assim, até o seu pai, era uma novidade, né?

Gerusa: Com certeza. Meus pais aceitaram numa boa. Todo mundo estranha, né, Eletricidade, uma mulher na eletricidade... Mas é tudo assim: quando a sociedade aceita, não tem porque os pais, a família e os amigos não aceitem.

Francisco: Entre os seus amigos, também houve uma boa aceitação? Como é que eles reagiam?

Gerusa: Como eu já vinha falando, é de forma surpreendente: “o que, fazendo eletricidade? Isso é coisa de homem”, não sei o que... Surge aquele negócio de preconceito. Mas a gente vai mostrando que é diferente. Não tem mais essa de preconceito. A gente faz o que quer, o que gosta, o que acha interessante.

Francisco: Não saiam assim piadinhas, brincadeiras, até em relação a sua feminilidade?

Gerusa: Não, de jeito nenhum. De maneira alguma. Nunca. Lá na empresa, uma vez, quando eu fiz estágio...eu não lembro se eu já estava de carteira assinada, mas uma vez os meninos... Era aquela coisa, só uma mulher no meio de um monte de homens, né, na mecânica, de cara assim todo mundo me respeitava. Eu não sei por fora, né? Quando eu não estava no meio, o que falavam de mim? Mas uma vez alguém escreveu alguma coisa no banheiro, faltando respeito para comigo, né? Eu não soube quem era. Até hoje eu não sei quem escreveu, mas que teve até problema na empresa por causa disso. Reuniram todos os mecânicos e mandaram todos escreverem na lousa, pra descobrirem

a letra. Fez aquele ...conjunto. Passaram na própria empresa, os que estavam mais a frente, esse negócio de mostrar pros outros que eu estava ali era pra ser respeitada e trabalhar que nem eles. Então houve essa preocupação da empresa também. Eles se sentiam assim: será que os mecânicos não vão desrespeitá-la ? Vão soltar alguma piadinha e tudo...? Teve, mas não que eu pudesse ver, né? Foi no banheiro deles, no banheiro dos homens, que tinha esse negócio lá escrito, mas eu não sei o que é até hoje. Saí de lá e volto lá quando eu quero. O pessoal me chama: vai lá visitar a empresa e tudo...e sem problema nenhum, o pessoal me quer o maior bem. Até me sinto ótima lá.

Francisco: E durante a vivência, então, esse foi o único problema? E no cotidiano, por exemplo, eles aceitavam o fato de você ter algum conhecimento, às vezes, até podia ser mais do que eles?

Gerusa: De certa forma, partia dos outros eletricitas, assim, de achar que tava querendo ser metida, por ser mulher tava querendo ser metida. Mas eu... Assim, os outros tinham mais experiência .

Eu tava ali fazendo um curso e eles tinham anos de trabalho, eu queria mostrar que eu queria aprender com eles. E pra eles era uma coisa nova. Tinha deles que tinha gosto de me ensinar: olhe Gerusa, é assim, assim, assim. Tinha outros que já dizia assim: há, se vira. Aí eu já me sentia assim, meu Deus, será que aqui é meu lugar mesmo? E até o próprio chefe da oficina dizia: olha, você tem de se desenrolar. Desenrola, enfrenta, dá um jeitinho. Já era a cara dele, porque eu ... Ele sempre dizia... Ele falava grosso, mas no mesmo instante pra eu aprender, pra eu procurar desenvolver, entendeu? Ele dizia assim: olha você é uma eletricista. Você não tá aqui só pra trocar lâmpada e soquete não. Tem que mexer em alternador, em bateria, motor de partida. Você num tá aqui só pra trocar lâmpada não. Bora, desenrola...Aí eu ficava assim, meu Deus... E lá vai eu...E nisso eu fui desenrolando mais. Mas, daí eu saí da empresa.

Francisco: Você foi contratada pela mesma empresa que você fez a vivência prática?

Gerusa: Sim, pela mesma empresa. Eu estagiei na filial e lá eu não tinha uma boa aceitação do chefe da oficina. Ele não me tratava bem, não me respeitava. Era um homem grosseiro, se dirigia a mim de maneira brutal , sabe, assim: tá vendo aquilo ali? Vá fazer aquilo ali. Tá vendo aquele outro? Limpe isso aí. Sabe o que é pra fazer não? E eu, tinha dias que vinha pra casa com os meus olhos cheios de água. Quando eu ia pra lá,

eu ia com vontade de passar direto. Mas eu disse assim: eu tenho que superar. Eu vim aqui pra aprender, eu vou aprender. Eu tenho que superar. Não é por causa de um ou de outro que eu vou desistir não. E daí o pessoal resolveu me botar pra matriz. Ai foi à glória, né, porque eu cheguei lá, o chefe me deu outro apoio, outro tratamento. Ele pegou a folha de serviço e disse: olhe, isso aqui é assim, isso é assim e isso é assim. Qualquer dúvida pode me perguntar, pergunte os meninos. Foi outra maneira. Então, se eu tivesse desistido? Eu nem tinha trabalhado lá.

Aí é isso, a gente nunca deve desistir, deve insistir sempre que um dia a gente chega.

Francisco: E o salário que você recebia lá? Era o mesmo dos outros eletricitas?

Gerusa: Não, nunca foi. Eu , desde o começo, quando eu entrei que assinei a carteira, um salário mínimo, e por aí ficou. Os outros eletricitas recebia, na época era R\$136,00 o salário, bem mais. Mesmo como auxiliar, eu não recebia como auxiliar. Recebia bem menos.

Francisco: Os auxiliares homens recebiam bem mais.

Gerusa: Lá, a única auxiliar que tinha era eu. O resto era tudo eletricitas. E recebiam nessa faixa de R\$400,00 acima. E eu recebia cento e pouco.

Francisco: Mas, o salário do auxiliar não é só isso, né?

Gerusa: Não, com certeza. E nem o do próprio eletricitas não é só R\$ 400,00. Acho que é porque a empresa não pagava bem mesmo. Nenhum dos outros empregados, mecânicos...

Francisco: E, diga-me uma coisa: você acha que foi contratada por quê?

Gerusa: Eu acredito porque, na época do estágio, não era só eu que estagiava, eram quatro na filial e uns seis ou oito na matriz. Aí quando eu fui pra matriz, era eu e outro menino pela tarde e os outros dois pela manhã. E nisso, o outro menino era muito preguiçoso, se escorava mesmo. E eu sou, tipo assim, meu Deus do céu, não posso ficar aqui sentada. Eu ia lá ao apontador e perguntava: tem alguma coisa? Porque a gente tem que fazer o nosso serviço. Não estamos ali pra trabalhar? Aí eu acho que foram

percebendo o meu gosto pela coisa. Eu procurava trabalho. E o outro menino era muito preguiçoso.

Acho que foi por isso. Pelo meu desempenho, amizade com os outros ...não ficava pelos cantos, eu me entrosava. Acho que foi mais por isso. Pelo meu jeito de ser com o pessoal e no trabalho também.

Francisco: Falamos um pouco da influência disso na família e com os seus amigos. E na escola? Na época você estudava ainda, qual foi a reação dos colegas quando sabiam... Como é que te tratavam na escola? E a própria repercussão no seu desempenho na escola?.

Gerusa: Bom. As meninas achavam super interessante. Elas queriam ver como era... Tinha dias que eu chegava ao colégio, estudava a noite, aí estirava as pernas, tinha escada e subia a escada e esticava as pernas noutra cadeira e lá ficava, as pernas doendo. E encostava a cabeça e cochilava na sala de aula. Ai as meninas: deixa, ela tá cansada. Quer dizer, elas reconheciam o meu trabalho. Aí tinha o crachá, passe livre, e as meninas botavam no bolso e saíam andando e dizendo: aí, sou, sou. De certa forma existia a té certo orgulho de ter uma colega que tinha um trabalho que geralmente nenhuma mulher , pra não sujar as mãos, não estragar as unhas, não tinha coragem de fazer. Às vezes eu ia ao ônibus e ia de mão fechada, com vergonha das unhas todas sujas, aquela coisa horrível. Mas, é isso aí, trabalho é trabalho.

Os meninos achavam interessante. Eles tinham vontade de conhecer mais de perto o trabalho e era muito legal.

Francisco: E o teu desempenho? Melhorou, piorou?

Gerusa: Não, a mesma coisa. Porque era o último ano, o primeiro ano e as dificuldades que eu já tinha antes de trabalhar, eu já tinha. E eu fazia contabilidade e o que atrapalhou foi porque a professora do segundo ano, que era à tarde, ela atrasou a matéria. E quando eu cheguei à noite, o professor tava muito adiantado, então tinha que mudar de nível. Mas, que o trabalho não veio a atrapalhar, de maneira alguma. Porque, graças a Deus, as meninas me ajudavam muito. Elas também trabalhavam em outras coisas. Aquela coisa de trabalhar em grupo, de escola, de comunidade, ajudava muito. E todo mundo teve um bom desempenho na escola.

Francisco: Agora, falando mesmo em trabalho de grupo, durante toda a tua vida que você atua em grupos, quais são as motivações que você tem para esse tipo de trabalho?

Geruza: Eu acho ... Acho não, eu tenho a mania de achar, né? Pra mim o trabalho em grupo é uma coisa muito interessante, que a gente está aprendendo a dividir, a compartilhar, a conversar, conhecer melhor um ao outro. Lá na empresa, eu achava interessante porque os trabalhos eram divididos em grupos. Tinha a equipe de lubrificação, tinha a equipe de revisão, tinha a equipe de correção. Então eu trabalhava na equipe de lubrificação e tinha que ser um trabalho rápido, pra revisar doze carros por dia. Era um trabalho de 35 minutos. Então, era um borracheiro, um eletricitista, um mecânico e um funileiro, que tinham que olhar o ônibus em 35 minutos. E tinha aquela amizade: vamos pessoal, acabou o tempo. Tinha aquela coisa legal. E nas oficinas durante o curso também tinham a questão de trabalhar em grupo. Sempre tem. E vem aquela coisa gostosa de sempre, aprender a dividir... Essas coisa né?

Hoje, no meu trabalho com as crianças eu sinto essa falta nelas. Porque elas tem essa dificuldade. Se a gente dá as canetinhas, querem pegar logo todas; se tem a borracha, ela pega logo a borracha, dizendo: essa minha, essa a minha... Então eu acho bom de se trabalhar desde criança essa questão de grupo.

O mundo hoje em dia é uma sociedade e todo mundo num pode trabalhar individual. Todo mundo precisa um do outro. Não existe esse negócio de independência. Por mais que eu diga, há eu sou independente, tenho o meu trabalho, o meu dinheiro, tenho a minha casa, o meu carro, não tem nada a ver. Por mais que você pense em ser independente, você não é. Pra viver em sociedade, você depende do outro. O trabalho de grupo é isso. Conviver e respeitar e... É isso aí.

Francisco: Finalizando, o que você acha que foi ou que é o mérito fundamental, o mais importante, em atividades como esse curso de capacitação profissional do Capacitação Solidária? O que você acha que pesou mais pra você, enquanto pessoa?

Gerusa: Eu acho que pra mim, o que fica de mais importante é os ciclos de amizade. Desde o curso, com os instrutores e os próprios colegas, na própria empresa que hoje eu posso chegar lá e dizer que eu tenho amigos, né? E na própria entidade que fez o curso, questão do CPEC. É isso. Pra mim a coisa mais importante é a amizade, do que fica realmente.

***“Bate-papo” 3 – conversando com Reginaldo.***

Identificando: Reginaldo Batista do Nascimento, 18 anos. É um jovem inteligente e crítico. Por várias vezes me questionava durante os encontros sobre Educação e Cidadania. Não tem problemas em dizer o que pensa das coisas e das pessoas. É aparentemente sério, mas gosta de brincar, subtilmente, com aqueles que elege como os mais próximos do grupo do projeto. Tem a antipatia de algumas das meninas do projeto, que o consideram muito “machista”.

Francisco: Há quanto tempo você mora na comunidade, Reginaldo?

Reginaldo: Eu morei há algum tempo atrás, aí fui pra casa de minha mãe. Aí eu voltei pra cá de novo. Já vai fazer dois anos que eu voltei pra cá.

Francisco: Como você soube do projeto?

Reginaldo: Através de amigos.

Francisco: E o que foi que motivou você a fazer esse curso ?

Reginaldo: Primeiro, foi aumentar o meu conhecimento. Segundo, acho que os problemas maiores de todos os jovens aqui nesse país e a busca de um emprego.

Francisco: Pessoalmente foram só esses dois motivos?

Reginaldo: Sim.

Francisco: Você sabia da bolsa auxílio antes do curso?

Reginaldo: Não. Não sabia, vim saber logo após.

Francisco: Então você faria o curso se não houvesse a bolsa?

Reginaldo: Talvez.

Francisco: Talvez por quê?

Reginaldo: A bolsa auxílio é um incentivo. Esse dinheiro, eu acho que veio dos cofres públicos. É um incentivo pra gente poder aprender alguma coisa e se especializar em alguma coisa. Porque se você passa seis meses aprendendo alguma coisa aqui, isso é um

incentivo porque nós somos da periferia, não temos condições, e é um incentivo. É um direito nosso.

Francisco: Vocês não tem informações, da coordenação, sobre a origem desse dinheiro, a origem desses projetos?

Reginaldo: O monitor, ele nos passou que é dos cofres públicos, de entidades também que ajudam, as empresas. A informação que ele nos deu foi essa.

Francisco: Você está satisfeito com essas informações?

Reginaldo: É... Eu acho que é o suficiente.

Francisco: Qual é o significado do curso na sua vida?

Reginaldo: Olhe, o significado do curso na minha vida é... Acho que uma das melhores coisas que a gente aprende aqui é viver em grupo. Isso vai nos influenciar bastante. E outra que é a nossa meta, é acho assim de todos nós, que é o emprego.

Francisco: Isso tem ajudado você na sua vida pessoal?

Reginaldo: Tem. Bastante. Eu tenho aprendido como me relacionar melhor com as outras pessoas, através das dinâmicas e dos orientadores que nos repassam lições de relações humanas, cidadania. Isso é bom. E vem influenciando bastante na minha vida.

Francisco: Você tem dificuldades aqui no projeto, com as pessoas, com o trabalho que é feito?

Reginaldo: Olha, dificuldade com relação ao trabalho do... Como eu posso chamar?... O módulo prático, é eu tenho certa dificuldade e tenho dificuldade em me relacionar com algumas pessoas. Eu acho que todos nós temos aqui. Mas isso a gente supera.

Francisco: E qual tem sido o impacto do projeto com a sua família? Tem influenciado a sua forma de se relacionar? Qual impacto que tem o fato de você ter uma bolsa de R\$ 50,00?

Reginaldo: Olha, o impacto em relação a minha família foi bom. Eles gostaram. Porque eles sabem que isso vai ser bom pra mim. E em relação a outras pessoas também foi



bom. Porque, como eu já disse, eu venho aprendendo a me relacionar melhor e isso é devido ao curso.

Francisco: E na sua vida escolar? Teve também alguma influência ?

Reginaldo: Sim. Alguma coisa que eu aprendo aqui eu tento por em prática na minha escola. Mas não só a escola como no social, como um todo.

Francisco: Por exemplo ?

Reginaldo: Como me relacionar melhor em termos de cidadania. Eu tenho mais informação, desde quando eu vim pra cá . Está sendo muito gratificante e aproveitativo .

Francisco: Como é que você então percebe o trabalho da lideranças aqui do CPEC e do projeto?

Reginaldo: Qualifico o trabalho das lideranças, Bernadete e outros, como uma coisa muito boa. Acho que são pessoas como eles que nos fazem acreditar que nós podemos mudar a situação de nossas vidas e de todo esse país. Porque são incentivos como esse que nos afastam das ruas, das drogas, até mesmo da ignorância. Porque aqui nós aprendemos muitas coisas. E, além dos líderes da Capacitação Solidária, como eu posso dizer? Eles são como um guia pra gente. Porque a motivação, a dedicação que eles têm pra poder fazer o projeto, mudar as nossas vidas, isso é bastante gratificante. E seria bom se houvesse mais pessoas assim, na nossa comunidade e em todo o país.

Francisco: A maneira como eles trabalham, você está satisfeito ou tem alguma crítica? Acha que pode melhorar em alguma coisa?

Reginaldo: Eles trabalham bem. Mas em relação a pontos pequenos poderiam melhorar. Mas são coisas que podem passar, com pouco significado.

Francisco: Como por exemplo?

Reginaldo: Atraso das apostilas, nos proporcionando mais diversão, mais lazer.

Francisco: Eles tem contato com as famílias de vocês?

Reginaldo: Não. Particularmente com a minha não .

Francisco: Você acha que seria necessário?

Reginaldo: Olha, eu acho que não. Talvez, se houvesse alguém com problema aí seria bom eles conversarem para fazerem um acordo e talvez mudar a pessoa. Mas, particularmente comigo não.

Francisco: E sobre o programa Capacitação Solidária e também o Programa Comunidade Solidária? Quais são as informações que você tem?

Reginaldo: A única informação que eu tenho é que, através dessa verba que é nossa, eles tentam educar as pessoas através desses cursos. E também eles procuram mudar a situação do nosso país. Eu vejo isso. O meu ponto de vista é esse. Através de cursos, capacitação, profissionalização. Acho que isso é bom.

Agora seria interessante que eles nos deixassem mais por dentro do assunto. Porque seria bom à gente ficar sabendo passo a passo o que eles fazem ou como eles empregam o nosso dinheiro, que vem dos cofres públicos. Seria melhor.

Francisco: Existe algum momento do curso pra vocês avaliarem ou levantarem questões?

Reginaldo: Existe sim. Quem mais abre espaço sobre isso é o nosso monitor, que vem lá do Capacitação Solidária.

Francisco: É somente o monitor que abre esse espaço de discussão pra vocês?

Reginaldo: Exatamente. Ele é o que mais estimula e mais comenta sobre isso.

Francisco: O que você gostaria de saber sobre o trabalho desses programas, além do que você já sabe e já falou?

Reginaldo: Seria bom saber como se consegue esse dinheiro; como é o procedimento, como é que vão ser as aulas; a respeito do curso, como é que eles escolhem os cursos; se vai haver uma seleção de cursos; por exemplo, aqui tinha eletricitista predial, por que é que não foi escolhido eletricitista predial e sim confeitaria? Em detalhes. Eu queria saber tudo em detalhes.

Francisco: Antes de você participar desse curso, tinha alguma participação na comunidade?

Reginaldo: Não. Nunca participei de projetos como esse.

Francisco: A partir da experiência que você está tendo aqui, você poderia dizer o que você acha que é participar na comunidade?

Reginaldo: Olha, veja bem. No meu ponto de vista, eu acho o seguinte. Comunidade são várias pessoas em busca de um objetivo. Eu acho que a participação seria estar lá dentro junto com aquelas pessoas, em busca de um objetivo. Ou seja, em busca de uma melhor qualidade de vida, de um melhor respeito, de um melhor relacionamento com os outros. Tudo isso faz parte do trabalho em comunidade. Se eu fizer a minha parte, eu acho que eu vou servir de exemplo para outras pessoas. E assim, todos nós faríamos uma boa comunidade. E nos daríamos muito bem. Porque a comunidade não é só várias pessoas morando próximas. A comunidade é a união de várias pessoas, também.

Francisco: Você acha que o projeto está lhe aproximando mais da comunidade ou não?

Reginaldo: Com certeza ele está me influenciando e pra melhor. Com as lições de cidadania, eu aprendendo o que é ser cidadão eu sei como respeitar a minha comunidade ou melhorá-la.

Francisco: Se houvesse alguma forma de continuidade do trabalho do projeto, você participaria?

Reginaldo: Com certeza. Quer dizer, dependendo... Porque nas nossas vidas existem alguns problemas, coisas que podem atrapalhar, como o estudo ou pode aparecer outro curso não sei. Mas eu estando disponível, sem nenhum compromisso, eu viria sim.

#### ***“Bate-papo” 4: conversando com Adriana.***

Identificando: Adriana da Silva Santiago, 17 anos. Mora bem próximo à sede do CPEC. Não é integrante do Grupo Pé no Chão, mas participa da Quadrilha Junina. Não é muito falante, mas gosta de dar sua opinião quando acha necessário. Discreta no jeito de se comportar, tem visão crítica das coisas e das pessoas. Tinha boa participação nos nossos encontros de Educação e Cidadania. Era amiga de todos e todas no projeto. Também

aqui eu falhei em não aprofundar mais algumas questões com elas. Infelizmente, devido ao tempo meu e dela e às atividades do projeto, não me foi possível retomar o papo.

Francisco: Há quanto tempo você mora aqui no Canindezinho?

Adriana: Desde quando eu nasci.

Francisco: E como é que você soube que existia esse projeto?

Adriana: Por uma vizinha minha.

Francisco: Como foi que ela deu informação?

Adriana: Ela disse que estava havendo inscrição aqui do projeto, pra fazer curso de confeitaria. Aí eu vim.

Francisco: E quando você soube do projeto o que foi que motivou você a fazer esse curso ? O que foi que lhe deu vontade de fazer?

Adriana: Porque eu também gostaria de conhecer pessoas novas, saber um pouco mais da vida, entrar no mercado de trabalho.

Francisco: Quando você soube do curso você sabia que existia uma bolsa auxílio de R\$ 50,00?

Adriana: Sabia.

Francisco: E... Você faria o curso se não tivesse essa bolsa auxílio?

Adriana: Faria.

Francisco: Por que você faria ?

Adriana: Porque o que voga é minha profissionalização, né? Eu tenho que me profissionalizar por que... O meu irmão também fez esse curso e não conseguiu passar e hoje ele tá lá em casa ... Não adiantou de nada essa bolsa auxílio dele, né? Serviu só enquanto ele tava no curso.

Francisco: Qual foi o significado ou a importância que esse curso passou a ter na sua vida?

Adriana: Acho que fez eu me valorizar mais. Eu aprendi muitas coisas. Conheci pessoas que não conhecia. Acho que fez eu me aproximar mais da comunidade .

Francisco: O que é que você consideraria mais importante no curso?

Adriana: A vivência que eu desenvolvi.

Francisco: E dentro dessa experiência, dessa vivência, quais foram às dificuldades que você enfrentou?

Adriana: Eu não senti nenhuma dificuldade não.

Francisco: Nem dificuldade de relacionamento, nem com os educadores, nem com a coordenação?

Adriana: Não, com ninguém. Graças a Deus eu sempre tive um bom relacionamento com as pessoas aqui.

Francisco: E na sua família, como foi à repercussão do curso? Mudou alguma coisa na sua relação familiar a partir da vivência aqui no curso?

Adriana: Mudou assim, né? Porque antes eu não ligava muito, não achava eles... Eles eram importante pra mim, mas eu num via isso, né? E hoje eu vejo eles mais importantes. Diminuí mais os meus atritos com eles. Acho que mudou muito. Acho que estou me dando muito bem com a minha avó, com o meu pai, que eram pessoas que eu não me dava muito bem.

Francisco: E eles, o que é que você acha que eles pensam dessas experiência?

Adriana: Eu acho que eles acham bom, né? Porque quando eu venho pro curso, aí todo dia a minha avó me lembra e... Ela me influencia muito, sabe ? Ela e o meu pai. Acham que é o certo, que é o que eu quero, né?

Francisco: E isso lhe motiva?

Adriana: Motiva.

Francisco: E nas outras relações ? Nas suas relações com os amigos, houve mudança ?

Adriana: Houve também. A mesma coisa, né? Eu também hoje posso passar um pouco do meu conhecimento pro meus amigos, né? Eles acham até que eu tô mais diferente, mas é pra melhor, sabe? Eu passo alguma coisa pra eles .

Francisco: E na escola? Houve alguma influência da experiência que você viveu no curso na motivação da sua vida escolar?

Adriana: Houve. Eu tenho até um conhecimento melhor dessas coisas... Mercado de trabalho... Acho que isso mudou muito. Hoje quando eu vou pro colégio eu presto muito atenção nas aulas porque eu vejo que está muito difícil as coisas hoje e se a gente não estudar, num batalhar pelo que a gente quer a gente vai ficar pra trás, né? Por isso que mudou muito.

Francisco: Antes de entrar no curso, você tinha alguma experiência ou participava de algum grupo da comunidade?

Adriana: Não. Num participava de nenhum grupo não.

Francisco: Como era que você percebia a comunidade? Qual era a visão que você tinha da comunidade, mesmo sem participar dos grupos?

Adriana: Eu achava que eles trabalhavam legal. Eu até tinha vontade de entrar, assim, num sabe? Mas eu num me interessava muito, num andava muito ligada nas coisas. Mas eu sempre achei... Até o Pé no Chão... Eu era doída pra entrar no Pé no Chão. Mas eu nunca me interessei. E hoje eu vejo assim o que eu perdi, né? , ficando pra trás. Acho que eu perdi muita coisa não me envolvendo, ficando pra trás.

Francisco: E que tipo de coisa você acha que perdeu?

Adriana: Conhecimento. Acho que as pessoas adquirem muito conhecimento, conhecem muitas pessoas. Eu vejo as pessoas que participam da comunidade, elas mudam tanto, são mais alegres, sei lá... Ajudam bastante. Acho que é isso.

Francisco: E agora, depois do Projeto? Depois que você viu como é a experiência de comunidade do CPEC , como é que você percebe isso?

Adriana: Eu acho que as lideranças aqui do CPEC, eles se preocupam muito com as pessoas, eles trabalham bastante, tem esse projeto aqui das crianças, tem o almoço das

crianças...eu acho que...eu vejo assim, né? , parece que eles se preocupam muito com os jovens, com as crianças, com todas as pessoas e eu entrei nessa e eu não quero mais sair. Quando terminar o curso eu quero continuar participando das coisas aqui do CPEC.

Francisco: Que tipo de atividade você acha que poderia existir pra dar continuidade a experiência de grupo de vocês que participaram do curso?

Francisco: Talvez se a gente formasse uma cooperativa, né? Aí, nós todos juntos fizesse uma cooperativa aqui no CPEC. Aí a gente poderia continuar o trabalho que a gente começou. Porque muitas pessoas terminam e aí, sozinho, num tem coragem de encarar as coisas. Mas aí quando você se junta com algumas pessoas é muito mais fácil você conseguir.

Francisco: Você sabe que esses projetos são mantidos pelo Programa Comunidade Solidária, dentro de um outro Programa que é o Capacitação Solidária. O que é que você sabe desses programas?

Adriana: Eu até liguei pra saber umas coisas lá, aí eles diz que é pra desenvolver o jovem de hoje, tirar o jovem do mundo da droga, dar conhecimento aos jovens. E ajuda bastante ao jovem. Tira o jovem da rua, dá uma chance pra cada jovem se desenvolver e entrar no mercado de trabalho .

Francisco: Você está satisfeita com essas informações ou acha que teriam outras informações que você gostaria de saber?

Adriana: Eu acho que talvez pudesse ter outras, né? Porque é sempre bom a gente saber mais.

Francisco: E que outros tipos de informações você acha que poder ia ter?

Adriana: Eu tenho curiosidade de saber da onde é que vem essas coisas. O porquê disso, né? Pro jovem saber que as coisas hoje em dia não é fácil. Tudo é conseguido com sacrifício. Acho que cada um, sabendo de como é difícil às coisas, acho que ele se motivaria mais e conseguiria mais o objetivo da Comunidade Solidária .

Francisco: O seu curso já está terminando. Se o curso terminasse hoje, pra você, o que é de mais importante que ficou ?

Adriana: O mais importante pra mim foi o módulo básico. Eu aprendi muitas coisas e foi no módulo básico que eu me envolvi mais com as pessoas. Acho que ficaria o módulo básico. Todos os dois módulos tem uma grande importância pra mim. Mas eu acho que ele me motivou mais. E quando eu participei do módulo básico aí ele me deu a chance...como se ele me seguisse para o módulo específico. Mais coragem. Me deu coragem pra seguir . Acho que ficaria ele.

***“Bate-papo” 5: conversando com Juvenilda.***

Identificando: Juvenilda, 18 anos. Casou cedo, pois engravidou aos 16 anos. É mãe de um garotinho lindo e sapeca, que de vez em quando a acompanhava no projeto. Era a mais falante do grupo. É quem mais participava, perguntando e fazendo reflexões, durante os nossos encontros. É amiga de todos e todas do projeto. É muito crítica e curiosa. Não parece ter dificuldades de falar o que sente.

Francisco: Há quanto tempo você mora aqui no Canindezinho?

Juvenilda: 10 anos.

Francisco: Sempre morou aqui?

Juvenilda: Sim.

Francisco: Como é que você soube da existência desse projeto?

Juvenilda: Através de uma amiga.

Francisco: Como é que ela falou pra você?

Juvenilda: Ela disse que haviam inscrições para curso. Não falou diretamente que era de confeitaria. E eu me interessei só em saber que era curso.

Francisco: Por quê?

Juvenilda: Porque é lições da vida. Aprendendo, caminhando... Tudo que eu aprendo hoje vai ter uso pra amanhã.

Francisco: Quando você soube do projeto, você sabia que existia uma bolsa auxílio?

Juvenilda: Não.



Francisco: Se não houvesse a bolsa você faria o curso assim mesmo?

Juvenilda: Faria. Porque, além de eu estar me profissionalizando, eu estaria aprendendo coisas novas pra minha vida .

Francisco: Neste sentido, qual é o significado que o curso tem tido na sua vida?

Juvenilda: Porque, como eu posso aprender pra ir pró mercado de trabalho, eu posso aprender pra montar o meu negócio também.

Francisco: E do ponto de vista pessoal?

Juvenilda: Sim. Eu acho que é importante porque o aprendizado é sempre bom. Ele sempre se renova cada vez mais.

Francisco: Então, nessa experiência, quais foram às dificuldades que você enfrentou?

Juvenilda: A convivência com o grupo. Porque às vezes a gente tem que engolir certas pessoas e estou passando...assim...tem pessoas que eu engulo, mas que estou sobrevivendo muito bem convivendo com eles.

Francisco: Como é que isso teve repercussão na sua vida, na sua relação com a família, na sua relação com os amigos?

Juvenilda: Foi bom. Porque eu estava sem fazer nada. Não tinha uma ocupação pela manhã toda e também na família, o que eu aprendo aqui sempre passo em casa, tanto no módulo básico como no específico.

Francisco: De que forma você passa?

Juvenilda: No módulo básico, o que eu aprendi de relações humanas sempre eu passa pras pessoas mais próximas de mim. Ou seja, minha família. E no módulo específico, sempre eu faço alguma coisa em casa pra eles aprovar o que eu aprendi.

Francisco: E como você acha que tem sido a repercussão neles, desse repasse que você passa pra eles?

Juvenilda: Pra mim é bom porque eu sei o que eu tô aprendendo está servindo pra ajudar a outras pessoas que não estão tendo a oportunidade que eu tenho.

Francisco: E eles? Não falam, não dizem o que eles pensam, o que eles acham, a opinião deles sobre essa sua experiência?

Juvenilida: A gente sempre tem assim um diálogo aberto, né? Sempre é do jeito: há, eu gostei disso...há, eu não gostei daquilo...Então eles sempre me comunicam. O que acham que estou fazendo certo ou errado. Sempre comunicam.

Francisco: E com os seus amigos? Como era a sua relação antes do projeto e como é agora após o projeto?

Juvenilida: As pessoas me procuram mais pra saber dessa oportunidade que eu tive e que eles não tiveram, né? Os amigos sempre perguntam se é bom, se ganha dinheiro... Porque além de fazer o curso a gente ainda ganha dinheiro e tudo, né? Porque todo o material a gente ganhou, né? E Tem mais a bolsa auxílio. É bom. Eu digo sempre que a gente deve ter um objetivo na vida. E eu tenho um objetivo na vida e esse curso vai me ajudar muito.

Francisco: Qual é o objetivo que você tem na vida?

Juvenilida: O meu objetivo de vida é sempre crescer. Eu quero sempre produzir, sempre ajudar. Sempre que eu puder, subir cada vez mais. Assim, tanto no modo profissional como no pessoal.

Francisco: E qual foi à influência desse curso na sua experiência escolar?

Juvenilida: A relação do módulo básico. Porque no Colégio, as relações Humanas que eles dão no colégio é bem diferente do que eu aprendi aqui no curso. Então isso me baseou muito em até mesmo ajudar a professora., no caso de relações humanas.

Francisco: Como é que você acha que seus colegas e sua professora percebem essa sua participação ou contribuição nas aulas?

Juvenilida: Admirados. Porque eu sou assim jovem e tem muitas pessoas de idade a mais que não se interessaram por uma oportunidade como a que eu tive e soube aproveitar.

Francisco: Você tinha alguma experiência de comunidade antes do curso? Qual era a visão que você tinha do trabalho em comunidade?

Juvenilda: Sim, eu já participei dos grupos de jovem, dos grupos da Igreja e do grupo Pé no Chão. E por ver que a comunidade é carente eu sempre procurei em me interessar em procurar alguma coisa que possa ajudar a comunidade, especialmente com os grupos.

Francisco: Por que, por exemplo, você observa que a comunidade é carente?

Juvenilda: Em tudo. Educação, saúde, lazer, as crianças no meio da rua. Tudo.

Francisco: E agora, depois que você está fazendo esse curso, qual é a visão que você tem da comunidade?

Juvenilda: Eu acho que a minha visão da comunidade hoje é mais assim pro lado experiente, que as pessoas que já fizeram eu admiro muito. E eu vejo que essas pessoas estão envelhecendo e quem sabe eu não possa ficar um dia no lugar dessas pessoas?

Francisco: E em relação ao trabalho que é realizado aqui, a partir do CPEC, qual é a visão que você tem do trabalho das pessoas que estão à frente, das lideranças?

Juvenilda: É muito bom assim, o trabalho do Pé no Chão, do CPEC, porque eles ajudam justamente aquelas pessoas mais carentes: jovens que estão necessitando de uma ocupação, num projeto como esse. Agora que poderia ter mais união. Se houvesse mais união entre o grupo e a comunidade.

Francisco: Mas, como? Em que sentido?

Juvenilda: No sentido de convivência . Conviver mais. Porque eles já convivem bastante com a comunidade, mas ainda não é suficiente. Poderia melhorar. Com alguns eventos que melhorassem...que tivessem muito a ver com a comunidade. Eventos que a comunidade pudesse participar.

Francisco: O que é que você sabe sobre o Programa Capacitação Solidária?

Juvenilda: Que eles estão fazendo esse projeto para profissionalizar os jovens, né? Que eles tenham uma capacitação de ir pro mercado de trabalho. Esse é o objetivo deles. Assim eu fiquei sabendo.

Francisco: Teria alguma outra informação que você gostaria de saber?

Juvenilda: Que fosse mais divulgado o trabalho deles. Em forma de palestras, eles explicassem melhor o que é o trabalho deles.

Francisco: Se o curso terminasse hoje, pra você o que é que ficou de mais importante?

Juvenilda: A amizade e o aprendizado com a convivência. Com as pessoas ficou muito a amizade. Tem pessoas que a gente tem mais amizade do que outras, mas nem por isso a gente deixa de amar aquela pessoa .

***“Bate-papo” 6: Conversando com Euclério.***

Identificando: Euclério Vieira de Castro, 21 anos. É dos mais velhos da turma e também um dos mais calados. Ele se auto define como tímido, mas foi capaz de dar boas contribuições no grupo, durante os encontros de Educação e Cidadania e de Relações Humanas. Relaciona-se bem com todos e todas do projeto. Possui uma visão crítica das coisas e das pessoas. É muito dedicado ao que faz e tem vontade de ser voluntário no CPEC.

Francisco: Há quanto tempo você mora aqui na comunidade ?

Euclério: 7 a 8 anos.

Francisco: Você sempre morou aqui ?

Euclério: Antes a gente morava no interior. Quando a gente veio pra Fortaleza, foi só aqui que moramos.

Francisco: O que foi que motivou você a fazer esse curso aqui no CEPEC?

Euclério: Foi à perspectiva de melhorar alguma coisa, de conseguir um emprego.

Francisco: Você sabia da existência da bolsa auxílio?

Euclério: No primeiro momento eu não sabia.

Francisco: Você faria o curso se não houvesse a bolsa – auxílio?

Euclério: Faria.

Francisco: Por que você faria?

Euclério: Porque, além desse curso ser muito grande, a quantidade horas, 600 horas, a gente também tem que procurar se expandir no mercado.

Francisco: Então, a motivação profissional é a principal pra você?

Euclério: É sim .

Francisco: Qual então é o significado do curso em sua vida?

Euclério: Significa que agora eu tenho alguma perspectiva do que eu vou fazer no futuro. Mesmo que eu não arranje um emprego de carteira assinada, mas eu posso fazer em casa .

Francisco: Além dessa dimensão profissional tem algum outro significado pra você?

Euclério: Tem. Porque como foi falado naquela aula lá em cima, o trabalho é que faz o cidadão .E só trabalhando mesmo que a pessoa pode ser um cidadão respeitado mesmo, ter o seu espaço.

Francisco: Você enfrentou alguma dificuldade durante o projeto?

Euclério: Em relação ao projeto não. A dificuldade que eu tenho é minha mesmo. Não sei se você já notou, mas eu tenho dificuldade de me expressar com muita gente.

Francisco: Isso tem atrapalhado? As atividades do curso tem ajudado você a superar um pouco isso?

Euclério: Tem. Já ajudou muito já. E... Atrapalha eu ser assim, pessoalmente.

Francisco: Qual é o impacto que o projeto teve na sua família, na sua vida?

Euclério: O impacto, vamos dizer que é positivo. Antes do projeto eu passava o dia em casa, naquela ânsia, sem fazer nada, a não ser ir pro colégio. Agora eu chego aqui no horário do projeto e à tarde eu procuro fazer outras coisas, procuro colocar em prática . E fez só melhorar.

Francisco: E na relação com as pessoas que moram com você? Elas mudaram a forma de te tratar? O que elas pensam dessa experiência?

Euclério: A gente passou a conversar mais, porque assim como tô aprendendo eles também se interessam pelo que o tô aprendendo. Inclusive a minha tia que mora aqui também, soube que eu tava fazendo o curso, ela me ligou e pediu receita e eu mandei.

Francisco: Pra você é gratificante isso?

Euclério: É. Porque se eu num tivesse fazendo esse projeto jamais eu ia poder chegar a casa dela e auxiliar ela na cozinha, né?

Francisco: E você tá achando importante essa experiência?

Euclério: Acho que é uma maneira nova de se relacionar. Antes eu chegava, conversava normalmente como visita. Hoje eu já chego já posso colocar o que eu sei .

Francisco: E em relação à sua experiência escolar, como o projeto influencia?

Euclério: Em relação à vida escolar é que hoje em dia tantas coisas que a gente vê falar é em emprego com segundo grau completo, né? E eu acho que eu conseguindo um emprego mesmo sem ter o segundo grau completo ainda, vai ser bom. Mas se eu não conseguir através do projeto, eu vou continuar estudando. O projeto vai auxiliar com certificado e eu com o certificado de segundo grau completo vai ser mais... Vou ter assim chances maiores de arranjar um emprego.

Francisco: Como os educadores do projeto ajudam vocês sobre os estudos?

Euclério: Eles fazem assim... Quando a gente procurou o curso, eles só aceitavam se a gente tivesse freqüentando mesmo as aulas. Então aí já foi mais um incentivo. E quando tem atividades quando chega a avançar o horário do curso que a gente faça, né?(...) e deva atrapalhar o colégio, eles liberam a gente pra ir pró colégio e não deixa a gente perder aula.

Francisco: Como é que você vê o trabalho das pessoas que estão à frente do projeto, do CEPC (coordenadores, educadores ...)?

Euclério: O trabalho deles, em geral é muito importante aqui pra comunidade. Eles são cheios de tarefas: cuidam de crianças, cuidam de...agora em junho tinha quadrilhas e eles se desdobraram, passaram até 3 horas da manhã dançando e 7 horas tava aqui.

Então eles tem se desdobrado pra dar o melhor de si, mesmo que, assim dessa maneira, não chega a ser o melhor, mas o possível eles fazem.

Francisco: E aí porque você acha que não chega a ser o melhor ? Que falhas você ainda identifica?

Euclério: Eu ia até comentar isso aí. Porque esse mês de junho o pessoal que dança quadrilha, até o pessoal do curso que dança quadrilha, faltava muito às aulas. E a dona Marlene passava a receita pra daí fazer a merenda da gente. E como eles não estava aqui cedo pra poder fazer isso aí atrasava a receita da gente. Além disso, dessa vez num teve, dessa vez que o Orion (monitor) veio. Mas das outras vezes que ele vinha, sempre quando ele ia embora fazia uma reunião porque, não sei... Parece que falavam coisas pra ele. Aí ele dizia pra gente que não ia reclamar e tudo, mas aí ele falava e parece que eles não gostaram do que a gente comentou com ele, a respeito da merenda, que tem muita gente falando que não gostava de bate-gut ...e eles falavam que como é que num projeto desse tinha gente que não tinha nem o que comer em casa e ficava botando banca pra comer bat-gut. Acho que num devia acontecer isso.

Francisco: Como é que você acha, por exemplo, que deviam ser determinadas essas coisas?

Euclério: A idéia no início foi correta. Foi , juntou todo mundo e colocou o cardápio, tal dia vai ser isso, tal dia vai ser aquilo. Mas só que a partir do momento que a gente, com a dona Marlene começou a produzir o lanche da gente. Aí não sei se foi cumulando as bolachas na cantina, né? , quando não tinha aula da dona Marlene todo dia era bolacha e bate gut. Eu mesmo num tenho nada contra não, mas o pessoal reclamava.

Francisco: Quer dizer que com o tempo mudou o que havia se decidido antes. E não houve espaço pra vocês questionarem isso?

Euclério: Teve espaço pra gente questionar, mas só que quando questionaram, ou passaram de outra maneira ou alguém aumentou as conversas. Num chegaram e ...talvez ele nem tenha vindo falar pra elas aqui, mas ela ouviu alguém comentando.

Francisco: Mas não houve espaço de conversa com eles e com a coordenação, que não somente com o monitor, mas também com a coordenação?

Euclério: Antes de falar com o Orion não houve. Depois que foi falado com ele, que houve esse princípio de... Aí foi conversado com eles.

Francisco: Você acha que seria importante que houvesse, além desse momento que vocês tem com o monitor, ter um outro momento também com o pessoal da coordenação, com os educadores pra se avaliar um pouco?

Euclério: Gostaria. Gostaria também que, já que existe outros projetos aqui próximos, né?, Também houvesse uma integração entre os projetos, algum tipo de atividade, até mesmo o esporte .

Francisco: Por que você acha que deveria ter isso?

Euclério: Porque no primeiro dia de aula a gente foi todos os projetos lá pró colégio, né? E foi passado que sempre isso ia ficar acontecendo e já tá terminando e não aconteceu mais. Eu acho que ficava melhor pra gente, conhecia os outros projetos, podia chegar e perguntar como estava acontecendo às coisas lá. Deveria também os monitores desse projeto tentar acompanhar também os outros projetos.

Francisco: O que você sabe sobre o Programa Capacitação Solidária ou sobre o Programa Comunidade Solidária ?

Euclério: Quando o Orion veio à primeira vez e deixou o número do telefone. Eu liguei, aí conversei com a moça lá e ela respondeu algumas perguntas pra mim. Aí já clareou mais sobre o projeto.

Francisco: E que tipo de informações ou de perguntas você fez pra ela? E o que ela respondeu pra você?

Euclério: Eu perguntei se ela tinha idéia de quantos projetos teria aqui em Fortaleza. Ela falou que não tinha exatamente o número, mas eram muitos e que se eu quisesse fazer visitas e conhecer, eu conversasse com os monitores que eles passavam. Mas eu nem cheguei a conversar com ele. Aí perguntei se para fazer um trabalho voluntário nesse projeto, como a gente fazia, né? Como poderia fazer. Aí ela conversou lá comigo, me deu informações e pediu pra eu ligar novamente. Aí não liguei mais.

Francisco: O que você gostaria de saber mais sobre esses programas?



Euclério: Eu acho que essas informações que eu falei sobre a quantidade de projetos aqui vizinhos, né? A gente sabe mas num sabe onde se localiza e tudo. E essa questão de alguém querer ajudar como trabalho voluntário, acho que ajuda muito. Num é pra toda vida, mas vai ter um encontro, digamos assim, a pessoa vai auxiliar, ajudar, dá uma contribuição. E isso seria bom porque a entidade procura ajudar a gente, a gente também deveria procurar se relacionar, contribuir, vestir a camisa do projeto. Então eu gostaria que fosse passado, se existe isso, se pode, que fosse passado pros alunos dos projetos.

Francisco: Como é feita essa parte de lazer com vocês?

Euclério: Pelo menos a gente pode dizer que fica a vontade, quando a gente sai pra essa parte de lazer. Porque eles vão mais pra cuidar da gente e num fica prendendo, dando restrições do que a gente pode fazer e do que não pode fazer. Deixa a gente solto, à vontade. Agora aconteceu um pra gente pra praia e sexta feira vai acontecer o outro e agente vai pra outra praia.

Francisco: E sobre a comunidade. Antes de você vir você participava da comunidade?

Euclério : Não.

Francisco: Então, pra você, a partir dessa experiência daqui, o que é participar da comunidade?

Euclério: É importante o trabalho na comunidade, com pessoas que realmente queiram ajudar. Tem pessoas que ajudam na Igreja, tem pessoas que auxiliam em escolas, com vontade como eu falei. Tem também os líderes comunitários como a Bernadete. Ela não é uma líder comunitária, faz o papel.

Francisco: Por que você acha que ela não é uma líder?

Euclério: Porque ela mesmo já falou pra gente que não é líder comunitária. Mas ela faz o papel de líder, só que não faz assim direta, mas ela falou que não é...Pra mim mesmo, onde eu moro tem uma senhora que se diz líder da comunidade. Só que as pessoas em vez de procurar ela lá procura a dona Bernadete. Porque é um pessoal que realmente mostra que quer ajudar, né? E a dona Bernadete nunca... Toda vida ela deixou claro que quer ajudar as pessoas. E já essa senhora lá, talvez ela num ajude tanto quanto a dona Bernadete.

Francisco: O projeto aproximou você mais da comunidade?

Euclério: Aproximou. Eu conhecia muita gente aqui da comunidade, mas num chegava a parar pra conversar. E agora tá acontecendo isso. Só ainda não me aproximei muito dos grupos que existem aqui.

Francisco: Você acha importante que existisse alguma atividade que continuasse o processo do Projeto?

Euclério: Acho que seria importante e eu participaria. Porque na realidade, nem todo mundo que tá aqui vai ter oportunidade de realmente trabalhar, né? E dando esse seguimento de ir conseguindo um a um se colocar num local. Talvez se alguém de nós você capacitado mesmo, pudesse passar pra outras pessoas. A gente mesmo. Certo que não ia ser que nem a dona Marlene fazia, mas aí a gente ia aprendendo e ensinava as pessoas. Ou então se formasse um grupo pra tentar entrar no mercado de trabalho, que fosse produzindo e vendendo, daqui de dentro mesmo. Seria bom, né?

***“Bate-papo”7: conversando com Magda.***

Identificando: Magda Bastos de França, 17 anos. Uma das mais populares do grupo. É membro do Pé no Chão. É muito alegre e brincalhona com todas e todos do projeto. Possui uma história de vida muito sofrida e considera o projeto como um espaço que a ajudou muito a refletir sobre sua vida. Dava boas contribuições nos nossos encontros, tendo visão crítica das coisas e pessoas. Não tem dificuldades em falar de si e do que sente. Nosso papo foi muito descontraído.

Francisco: Como você ficou sabendo do curso?

Magda: Através do grupo Pé no Chão, que eu já participo, aí disse numa reunião.

Francisco: E quando você soube disso, qual foi a sua motivação ou o que foi que te levou a se inscrever no curso?

Magda: Que ia aprender mais coisas, assim... Que eu já sabia fazer algo mais, mas eu queria aprender mais algo do que eu sabia. Salgados, tortas, pães...

Francisco: E quando você iniciou o curso, as suas expectativas foram atendidas?

Magda: Foram. Eu aprendi o que eu estava pretendendo e aprendi coisas mais, como assim... Deixe-me ver... Como fazer pão, que eu não sabia e outras coisas como as amizades. Eu não tinha amizades com algumas meninas do curso. Eu conhecia, mas eu não falava e fiz amizades com todas.

Francisco: O que foi que mudou na sua forma de amizade com os outros?

Magda: Há, mudou muita coisa. A gente hoje... Tem gente que conta segredos pra mim, e eu conto segredos pra elas. A gente tira dúvidas nas panificadoras é... A gente se dá muito bem, brincamos, fazemos coisas juntas, tudo isso.

Francisco: Você teve alguma dificuldade durante o curso?

Magda: Só no módulo específico, que foi com a Marlene, né? Porque eu ficava assim em dúvida sobre algumas coisas, só que eu não tinha coragem de chegar pra ela e perguntar. Eu ficava na minha, perguntava às meninas. E as meninas me explicavam bem. Eu ficava com vergonha de chegar assim pra ela e perguntar. Com medo assim de a gente perguntar alguma coisa e ela falar e a gente não conseguir entender e perguntar de novo. Ela podia achar ruim, né? Aí, eu ficava na minha mesmo. Mas as meninas me explicavam bem direitinho e eu peguei.

Francisco: Se fosse agora, você acha que agiria da mesma forma?

Magda: Não. Agora, eu perguntaria a ela.

Francisco: Como é que sua família aceitou o fato de você estar fazendo esse tipo de curso aqui?

Magda: Bom, a mãe aceitou porque ela sabia que eu ia aprender mais coisas e também ela ... Na possibilidade de eu me profissionalizar nas panificadoras. Só que... Vamos ver aí, né?, Pra frente. Ela disse que, qualquer coisa, eu fazia e botava na barraca dela pra vender, nas festas agora.

Francisco: E em relação aos seus amigos fora daqui, a maneira de você se relacionar com eles mudou alguma coisa a partir da experiência do curso?

Magda: Mudou, porque eu me separei de algumas amizades e estou mais com o relacionamento com os meninos do curso. Porque essas outras amizades de quem eu me

separei, foi após a minha entrada no Pé no Chão e no curso. Eu aprendi e reconheci o que é ter amigo e o que é ter amizade. E não a amizade que eu tinha anterior. Porque eu pensava que aquela amizade anterior prestava e essa agora que eu tenho não prestava. Mas não. Eu errei. A outra amizade não prestava e a que eu tenho agora presta muito. Porque sempre quando eu estou triste, estou assim com problemas, sempre tem um aliado do lado e diz se isso é certo ou se é errado.

Eu tiro assim pela Arlete. Porque a Arlete é uma menina assim muito alegre. Ela nunca fica triste. Está sempre sorrindo, sempre brincando. Um dia ela chegou pra mim e disse assim: “Magda, você tem que sorrir pra vida. Porque a vida a gente só tem uma”. Eu tiro por ela.

Porque é assim: sempre quando eu saía com eles e elas, com os amigos antigos, a mãe sempre achava ruim, a mãe sempre chorava, ela não gostava. Porque não faltou assim uma metade de dedo pra eu ir pras drogas e me prostituir. As meninas aqui, um dia desses, chegaram aqui pra mim e perguntaram, Magda você tem coragem? Eu disse, numa pitada de dedo eu tenho.

Se eu não botasse a mão na minha consciência, numa horas dessa eu não estaria aqui nem com você. Estaria lá com eles. É isso. Aquela amizade eu achava que era muito bom pra mim. Nem ligava pra mãe, nem ligava pra ninguém. Só pra eles. Mas assim num ponto... Eu tiro assim pelas aulas da Luciana, pelas aulas da Silvia, até as tuas, porque eu via assim nos vídeos e dizia: meu Deus, esse não é o meu caminho. O meu caminho tem que ser esse aqui. Eu vi que não era bom pra mim. Eu não pensava que a minha mãe estava sofrendo com isso. Depois de muito tempo é que eu vim ver que hoje ela está doente por isso.

Francisco: E na escola, houve alguma diferença sua de comportamento a partir da experiência do curso?

Magda: Não. O mesmo que eu era no curso eu sou no colégio e em todo canto. Só nas panificadoras que, quando eu cheguei lá já fiquei meio diferente. Mas eu consegui valorizar mais. Eu não falto mais aulas, não saio mais de sala, fico mais dentro da sala. Até as aulas que eu não gosto, tenho que agüentar. E... Melhorei mais um pouco o meu desempenho no colégio.

Francisco: Como é que você se sentiu durante a experiência da vivência prática, quais as dificuldades que você teve?

Magda: A vivência prática?... Em poder assim, as donas das panificadoras chegar pra gente e pedir pra gente fazer assim ...um rocambole. Eu não sou acostumada a fazer rocambole. Eu nunca fiz rocambole. Eu nunca nem testei fazer. Aí nesse dia a gente não fez porque a gente não sabia. Ela, não tudo bem. Pois façam outras coisas. Então a gente fez salgados. Salgados a gente fez num instante. A única dificuldade que eu tive mesmo foi só no dia que ela pediu pra gente fazer rocambole e a gente ficou meio perturbada. A gente ficou meio triste pensando que ela não ia gostar.

Francisco: E o seu relacionamento com o confeitiro, lá, como era?

Magda: Bem, com o confeitiro era legal. Ele é super legal. Ele brinca com a gente. Ele é super legal.

Francisco: Em termos profissionais, onde você acha que aprendeu mais: nas aulas específicas ou na vivência prática?

Magda: Na vivência prática. Na vivência prática a gente viu coisas que a gente nunca tinha visto aqui. Porque aqui a gente perdeu muito, né? E lá não. A gente vê que eles usam muitas coisas. Usa as coisas e num perde. Terminou aqui uma massa, já dá fazer outros tipos de salgados. Terminou esse tipo de salgado, já dá pra fazer outro. E assim vai por diante.

Francisco: Você disse que já participa do grupo Pé no Chão. Qual era a visão que você tinha sobre a comunidade antes do curso? Pra você, o que era a comunidade?

Magda: Pra mim, o que é a comunidade? Eu tiro pela experiência da comunidade onde eu moro, lá no Parque São Francisco. E aí o pessoal lá são meio assim... Meio desligado das coisas. Mas, eu, pra mim, eu não entraria em nada desse negócio de comunidade, nada. Pois já me chamaram pra ser presidente da comunidade. Eu disse que não. Que não aceitaria. Porque pra você ir pra uma reunião... O que é ser comunidade? Um dia eu perguntei pra dona Fátima: D. Fátima, o que é ser comunidade? Ela me explicou. Mas eu não quero.

Pra mim, comunidade é você estar bem com as pessoas. É você ver aquela pessoa certa. É você olhar pra frente e nunca olhar pra trás. O pessoal lá só olha pra trás. Jamais eles vão olhar pra frente porque, pra mim, comunidade, eu não significo nada. Comunidade só é a minha mesmo.

Francisco:: E depois que você passou pela experiência do curso, mudou alguma coisa nesta sua forma de ver a comunidade?

Magda: Depois do projeto a minha visão mudou. Eu tiro assim pelo jeito da Bernadete. Porque do jeito que ela quer a comunidade, eu espero que ela consiga. Porque lutar com crianças de rua ... Isso que é a comunidade, do jeito que ela faz. Pegar essas criança na rua e botar dentro de um projeto... E fazer alguma coisa com eles. Lá é só o que tem. Tem um sítio bem grande. Porque não pega todas essas crianças e num faz a mesma coisa.

Mudou, mas eu olho assim mais pelo lado de cá, pelo grupo Pé no Chão. Se for pra eu fazer alguma coisa pelam comunidade, eu faço enquanto eu estiver no grupo Pé no Chão

.Francisco: Você tinha ouvido falar do Programa Capacitação Solidária antes do curso?

Magda: Não.

Francisco: E durante o curso, que informações você teve sobre isso?

Magda: Bom. Eu não ouvi muitas coisas não, mas eu vi que é uma coisa muito boa. Que a Capacitação solidária não é como o SEST/SENAT. Porque o jeito que o SEST/SENAT ensinava a gente assim... Era muito bom e era muito ruim. Que ali eles conseguiram, né?

E da Capacitação Solidária também. Há coisas muito boas. A gente vê que eles lutam para ver aqueles alunos deles se profissionalizar, como tem muita gente que está aí, né?

Francisco: Você tem curiosidade de Ter alguma informação a mais sobre o Programa Capacitação Solidária?

Magda: Tenho. Eu gostaria de ouvir mais coisas. O que o Orion falou aqui eu ainda estou lembrada.

Francisco: a partir de sua experiência no Pé no Chão e no curso, como é que você avalia o trabalho das lideranças do CPEC?

Magda: Não tenho nada a criticar, não. Eu acho assim que a Bernadete é uma pessoa muito forte. Quando ela quer uma coisa ela consegue. Tem só dois anos que estou no Pé no Chão e... Ela nunca olhou pra trás, sempre pra frente.

Francisco: Você acha que deveriam continuar a experiência iniciada com o Programa Capacitação Solidária?

Magda: Seria. Porque tem muitas pessoas que tem capacidade de formar um grupo e montar já algo com outras pessoas. Pode ser um grupo de crianças como o grupo Semear, e outras idéias aí.

Francisco: Em geral, pra você, o que foi mais importante nessa experiência do curso?

Magda: Em relação à família. Porque a minha relação lá em casa não era muito boa. E agora está sendo assim... Mais ou menos, e está indo... Eu não me relacionava bem com a minha mãe. Eu tratava a minha mãe muito mal, porque eu saía, e nem ligava. Ela dizia: 'Magda isso não é bom, isso não é certo', e eu nem ligava ... Há mãe, eu não quero saber de nada. E saía. Sempre quando eu chegava de manhã, ela sempre estava ali, ela não dormia. Ficava a noite todinha acordada. Aí teve um dia que lá em casa teve um quebra pau doido mesmo, que até surra eu já levei e até o meu padrasto foi preso porque queria bater em mim.

É isso. Ela sempre me amostrava o caminho certo e eu sempre não ia pelo caminho que ela me amostrava. E eu ia pelo caminho que os outros me amostravam. E não o que ela me amostrava.

Pra ela agora, se eu tivesse já trabalhando, pra ela era tudo. Porque, quando eu disse pra ela que ia entrar no grupo Pé no Chão, ela ficou muito alegre. Ela deu o maior apoio. Depois de muito tempo, quando eu completei os meus 16 anos, eu vi que esse não era o caminho que eu queria. O que eu quero é muito mais. Ela sofreu muito por causa de mim.

***“Bate-papo” 8: “papeando” com Gerlene.***

Identificação: Gerlene Martins Cabral, 17 anos. Também uma das mais alegres e brincalhonas da turma do projeto, muito amiga de Magda. Dava boas contribuições nos nossos encontros, sendo muito crítica. É uma pessoa muito descontraída e não tem dificuldade em falar o que sente e o que pensa.

Francisco: Como você soube desse curso?

Gerlene: Através de uma amiga minha. Ela me informou que estava havendo inscrições aqui para um curso de capacitação no CPEC e eu resolvi me inscrever.

Francisco: O que foi que te motivou a resolver vir com ela?

Gerlene: Não, foi mais por que ele me pediu, né? Ela disse que também capacitava, dava certificado e tudo mais no final, aí eu achei legal.

Francisco: E depois, o que lhe motivou a continuar?

Gerlene: As pessoas. Eu vi que tinha muitas pessoas legais. E também porque hoje em dia, pra gente conseguir alguma coisa tem que ter vários certificados na mão. Então eu acho que quanto mais curso eu fizer, melhor pra mim.

Francisco: Qual foi a reação da sua família sobre isso?

Gerlene: Minha mãe achou bom. Porque minha mãe acha que é melhor eu me ocupar com alguma coisa que sirva pra mim do que ficar com amigas. Porque hoje em dia, como ela diz, “não existe amigas”. Porque no bairro, devido o bairro ser pobre, existe muita coisa ruim. Existe drogas, lá na rua onde eu moro mesmo existe. Então a maioria das meninas que vivem lá no bairro, que são minhas colegas, se envolvem com drogas. E a minha mãe, quanto mais ocupação pra mim, ela acha melhor. E ela achou ótimo no caso do curso.

Francisco: Você acha que existe droga no bairro porque ele é pobre?

Gerlene: Não, mas nos ricos também existe, principalmente nos ricos porque eles tem dinheiro pra poder permanecer com o vício. Mas acho que devido à falta de informações de alguns nos bairros pobres, que talvez não se interessem pelo estudo, alguma coisa



assim... Não queiram se informar...eles se envolvem com mais facilidade. Acho que é isso.

Francisco: Como é que ficou a sua relação com os amigos, a partir da experiência do curso, mudou alguma coisa?

Gerlene: Com certeza. Porque a gente teve bastante aulas de relações humanas, aqui, com a Luciana, a outras instrutoras daqui. E claro que melhorou o relacionamento com minhas amigas. Mudou um pouco. Porque a mãe que às vezes, não afastar, mas querer que eu não ande muito com as meninas por causa de vários problemas, né? Aí eu sei tratar elas. Sei também me afastar do que não é pra mim, que eu acho que não vai me fazer bem. Eu sei tratar elas melhor do que antes. Sei até conversar melhor. Sei ouvir elas melhor.

Francisco: E na escola, a tua experiência no curso influenciou alguma coisa no teu comportamento na escola?

Gerlene: A minha relação com os alunos lá no colégio melhorou. Porque eu consegui mais amigos. Porque no curso eu conheci outras pessoas que eram até próximas de mim, como a Magda, as meninas, a maioria das meninas que estavam aqui, eu convivia com ela e não falava. E hoje em dia eu falo. No colégio fica aquela panelinha junta já, só brincando, curtindo na hora do intervalo. Melhorou bastante o relacionamento. Consegui muito mais amigos.

Francisco: Antes de você entrar no curso, qual era a visão que você tinha da comunidade?

Gerlene: Eu mudei muito minha forma de ver a comunidade. Porque eu achava que aqui nesse bairro não havia nada, eu sabia da existência do grupo Pé no Chão e do CPEC, mas eu nunca tinha percebido o trabalho deles. Então, devido eu estar participando agora, eu vi que eles trabalham bastante. Cuidam... Eu acho que eles tentam resgatar os jovens. Fiquei também sabendo dos grupos de jovens que haviam. Eu acho que eu não participava da comunidade. E era por isso que eu achava que ela não existia. Achava que era cada um, por si. Mas realmente existe, era só eu participar. Era eu dar a minha força lá dentro.

Francisco: Como é que você avalia o trabalho das lideranças daqui do CPEC?

Gerlene: Eu acho que pode melhorar, tudo que a gente faz a gente tem que melhorar. Mas que eles são ótimos, umas pessoas excelentes. Porque eles cuidam das pessoas, da gente, das crianças do Semear, como se fosse da família. Eles tratam de igual para igual. Eles são excelentes. São... Acho que pra mim eles são nota 10.

Mas acho que eles mesmos vêm que tem que melhorar cada vez mais pra eles. Isso é o objetivo de cada pessoa. Melhorar , sempre, sempre estar melhorando.

Francisco: Você teve dificuldades durante o curso?

Gerlene: Com certeza. Tive dificuldades de me relacionar com algumas pessoas do curso. Mas eu acho que foi tão bom as aulas de relações humanas. Não sei se pra todos. Mas pra mim eu consegui assimilar, sabe, o que ela estava querendo me passar, as frases que ela dizia pra gente, as musicas que ela colocava para gente escutar. Eu consegui assimilar. Consegui fazer amizade com pessoas que eu nem gostava, até criticava. Acho que é como a Luciana repassou pra gente um textozinho que dizia sobre as três peneiras, né? Que a gente (...) pra falar, pra fazer alguma coisa das pessoas, a gente tem que saber se é para o bem, se é fazer o bem.

Acho que melhorou bastante. Consegui me relacionar. Foi só no começo a dificuldade. Mas, com as aulas eu consegui assimilar e melhorou as coisas, pra mim.

Francisco: E na experiência da vivência prática, você teve dificuldades?

Gerlene: Ai, como eu tive dificuldades. Porque eu fiquei juntamente com algumas meninas, Ana Neri, Arlete, Magda, Cícera, Juvenilda, Marina, a gente ficou lá na panificadora do português, lá na Granja Portugal. E ele, acho que ...não sei... Acho que é como a Bernadete falou mesmo, acho que ele é mal amado mesmo. Porque ele, não sei se era implicância dele ou era o jeito dele mesmo, a gente via assim como um regime militar. A gente, por mais que você se esforçasse dentro da Panificadora, você não era reconhecido. E aquilo batia bem assim na gente. Porque eu me tornei até mais sensível no curso. Porque a gente fazia de tudo pra agradar o cara e ele sempre chegava gritando a gente. Eu acho que isso foi mal pra gente mesmo. A gente teve que ter acompanhamento da Bernadete. Tinha dias que ele não cedia merenda pra gente, à gente passava lá o dia com fome, mesmo. Você dentro da Panificadora fazendo salgados, tortas, doces e você não poder comer aquilo, ter que ficar assim... E comer escondido,

era chato. Você ficava assim mal mesmo. Acho que isso foi a minha dificuldade. Ter que bater de frente assim com aquele cara, o português.

Francisco: Como você superou ?

Gerlene: Devido ser um grupo, a gente ficava assim, dando apoio pro outro. Teve também a Bernadete fazendo aquele acompanhamento coma gente. A Bernadete teve discussões com ele por causa da gente. Ela batia assim de frente com ele mesmo.

Aí teve um dia que não tinha jeito. Não era nem a gente, era ele. Aí ela tirou a gente de lá e a gente viu que nem tudo na vida é tão bom. Às vezes a gente tem que ter sangue nas veias pra poder reivindicar alguma coisa. Pra gente conseguir alguma coisa, a gente tem que superar obstáculos.

Francisco: E como foi a experiência na outra padaria?

Gerlene – A gente saiu do Português e fomos pra GG, lá no Conjunto Ceará. Lá, ave Maria, a gente se sente em casa. A dona Marlene conversava com a gente, brincava, ensinava a gente. A gente ia lá pra dentro da confeitaria, passava receitas. Pedia a ajuda da gente. Era totalmente diferente do português. Era como uma amiga. Chamava a gente pra almoçar com ela, com os filhos dela. Conversava com a gente, brincava, como a filha dela, a Poliana. Tinha concurso, aí ela chegava pra gente toda empolgada, como se a gente fosse amiga dela de vários anos. Aquilo foi muito bom. Porque ela reconhecia o trabalho da gente. Quando chegava o final do dia ela agradecia a gente. Quando foi no último dia que a gente foi, ela agradeceu. A gente até ficou comovida. Eu e a Arlete, a gente até começou a chorar. Porque foi muito bom, na frente do que a gente passava lá no português. A gente ter aquele reconhecimento. Foi ótimo lá.

Francisco: Você acha que aprendeu mais aonde: na vivência ou nas aulas práticas?

Gerlene: Com certeza no estágio. Porque foi lá que eu aprendi, não apenas a fazer mais salgados, que os salgados que a gente fazia aqui era mais pra gente mesmo, pra gente de casa... Lá não, é pra venda mesmo. Eu acho que eu aprendi mais do isso. Mais do que na panificação e na confeitaria. Aprendi a ser forte, como no caso do português. E aprendi também a me relacionar com as pessoas na Panificadora, com os padeiros, foi ótimo lá.

Francisco: Sobre o Programa Capacitação Solidária, antes do curso você tinha alguma informação sobre esse tipo de programa?

Gerlene: Pra falar a verdade não. Eu sabia que havia cursos por aqui. Mas não sabia de que era. Eu achava que era o governo ou alguma coisa assim. No entanto não tinha nada a ver. Eu não sabia o bastante sobre o Capacitação Solidária.

Agora eu sei que o programa Capacitação Solidária é uma entidade de muito respeito no Brasil todo. Ele não tem apenas aqui no Ceará. E que é um... Acho que é até um auxílio pras famílias. Porque tira a gente, jovens, da rua; ensina dá emprego, dá certificado, dá tudo que a gente precisa. A gente tem tudo na mão. Eu acho importante.

Francisco: Tem algo que você gostaria de saber sobre esse programa?

Gerlene: Eu ainda tenho pouco conhecimento. Porque eu acho que eu ainda sei pouco sobre o programa Capacitação Solidária. O que eu sei é que ele é mantido por doações; que ele não é nada assim do governo, não tem nada a ver. Eu não sei de onde ele surgiu, de que foi... Sei pouco. Com certeza gostaria de saber muito mais.

Francisco: Você sabia que tinha uma bolsa auxílio?

Gerlene: Sabia. Eu sabia que tinha uma bolsa auxílio. Não sabia a quantia da bolsa auxílio. Eu achava que não era tanto. Com certeza dava pra gente se manter, a gente que é jovem, pra gente manter os caprichos da gente.

Francisco: Você faria o curso sem a bolsa?

Gerlene: Com certeza. Porque eu já fiz outros cursos que não davam bolsa, e que até não recebia certificado nenhum e que era “um pouco de perda de tempo”, porque eu aprendi com esses cursos. Mas com certeza eu teria feito o curso.

Francisco: Em casa, na sua família, a existência dessa bolsa teve que repercussão?

Gerlene: Com certeza. Porque do jeito que as coisas andam hoje, tudo em crise, tudo difícil, com certeza uma graninha a mais é bem vinda, é bom. Graças a Deus, em casa o nosso relacionamento sempre foi bom. A gente sempre se trata muito bem. Eu converso muito com minha mãe, com meu pai. Não mudou nada não. Apenas eles me são apoio. Elogiam por causa de... Só em você saber fazer coisas a mais, você ter certificado na

mão. Você ter feito um estágio. Ser mais fácil você arranjar um emprego no futuro, né? Ou até agora mesmo no presente, é bom.

Francisco: Você acha que seria interessante continuar algum tipo de trabalho com essas pessoas aqui do projeto?

Gerlene: Com certeza. Porque pra continuar aquele vínculo. Porque quando acaba o curso, todo mundo era amigo, muito amigo. Tinha muita gente que se apegou bastante. Eu mesmo me apeguei muito às meninas. E se houvesse alguma outra atividade ia continuar aquele vínculo, não ia se separar. Porque de alguma forma a gente vai se separar um pouco. Cada vai um pouco pra o seu lado. E com alguma atividade aqui no CPEC, a gente ia continuar.

Francisco: Em geral, de tudo que você viveu e aprendeu aqui no curso, o que é que você considera de mais importante, pra sua vida?

Gerlene: O que marcou mais em mim foi à parte pessoal. Porque a gente tratar as pessoas melhor. A gente nas aulas, como eu já disse e torno a repetir, aulas de relações humanas que mostram a gente como é bom tratar as pessoas bem, como ser bem tratado, como é bom você dizer um bom dia. E o modo como à gente conviver com as pessoas. Foi isso que me marcou e que eu vou levar comigo, pra sempre.

### **Capítulo III**

## **Em Cena: o Programa Capacitação Solidária.**

Durante o primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), foi criado, por decreto presidencial, em fevereiro de 1995, o Programa Comunidade Solidária. Sua atuação se dá através da Secretaria Executiva e do Conselho da Comunidade Solidária, instâncias diretamente vinculadas à Casa Civil da Presidência da República. À frente da Presidência do Conselho da Comunidade Solidária está a Sra. Ruth Cardoso, Primeira Dama do país.

Trata-se de um programa social que engloba várias ações governamentais de combate à pobreza e exclusão. É o que afirma o seu documento original de criação:

O Programa Comunidade Solidária é um subconjunto específico de ações governamentais que podem traduzir-se em benefícios mais diretos para a população brasileira que não dispõe de meios necessários para prover o atendimento de suas necessidades básicas (Primeiro documento de criação do Programa Comunidade Solidária, 1993: p. 01).

Segundo o jornal Capacitação Solidária, o Programa Comunidade Solidária tem como objetivo: “(...) articular solidariamente a sociedade brasileira no combate à pobreza e a todas as formas de exclusão social” (no. 01 – nov./97: p. 32).

Com relação à atuação desse Programa do governo federal, afirma ainda o jornal:

O Conselho da Comunidade Solidária busca soluções para os temas prioritários da agenda social, através da interlocução política e atua ainda na promoção de programas inovadores, atendendo grupos até agora não beneficiados por ações sociais, e no fortalecimento da sociedade civil, trabalhando pelo engajamento das organizações sem fins lucrativos, o chamado Terceiro Setor, no combate à pobreza e à exclusão social. (Idem, p. 33).

Esta afirmação aponta, portanto, para uma forte aproximação política do Estado junto aos movimentos populares e Ongs através da execução das políticas sociais, que deixam de serem atribuições somente das organizações de governo. Esta é uma questão que tem sido muito discutida entre os analistas desta temática, durante a década de 90. Sobre isso, diz Cardoso:

“O Conselho da Comunidade Solidária pretende ser um espaço – e não o único - para essa comunicação entre grupos sociais que elaboram propostas de significado geral para a sociedade. Porque existem esses grupos e eles estão interessados em implementar suas idéias, podemos pensar uma relação mais colaborativa entre governo e sociedade” (1999: p.08).

Nos anos 70 e 80, as Organizações Não Governamentais - Ongs foram sujeitos políticos cuja ação e mobilização junto aos movimentos populares foram fundamentais no processo de pressão para a queda do regime militar e a retomada do sistema democrático no Brasil. Entretanto, no início dos anos 90, a conjuntura social, política e econômica, tanto no Brasil como em outros países da América Latina e do mundo, sofre profundas modificações, acabando por despertar outras formas de “comportamento” político e de organização dos movimentos sociais, o que requer dos estudiosos novas formas de “olhar” o objeto, provocando a produção de formulações teóricas capazes de compreender e acompanhar suas metamorfoses.

Esta prática social que, em nível de discurso, situa-se dentro de uma concepção democrática e popular, redimensiona a ação dos movimentos populares e Ongs, que não deixaram de ser reivindicativos e, quando necessário, ofensivos, mas que passam também a serem propositivos na busca de soluções, utilizando-se da prática da parceria, principalmente com o poder público. Esse fato abre espaços para questões relevantes do ponto de vista teórico e prático.

Para Vasconcelos, nesse período de transição democrática, ocorre uma alteração profunda nas práticas das lideranças dos movimentos sociais e populares, que passam – ou voltam – a valorizar mais os instrumentos legais de garantias dos direitos sociais da maioria da população, tornando as lutas sociais mais complexas e alargando os seus horizontes. Cita o processo constituinte de 1988 como exemplo marcante desse período.

“Os profissionais que atuam diretamente inseridos nos movimentos sociais, desvinculados das instituições estatais tiveram as características de suas práticas profundamente alteradas. Na nova conjuntura política se assiste a um significativo alargamento e complexificação das lutas dos movimentos sociais. De uma prática defensiva contra o desrespeito de direitos humanos básicos ou voltada para a reivindicação de benfeitorias específicas, os movimentos populares são agora colocados diante de novas exigências. Passam a agendar, em suas atividades cotidianas, reuniões, debates e seminários para discutir e elaborar subsídios para projetos de lei. A sociedade civil organizada passa a querer interferir diretamente na sociedade política, nas regras e mecanismos de funcionamento da sociedade e do estado, via poder legislativo, procurando inscrever em leis seus direitos e deveres. O processo constituinte de 1988 foi o auge desta tendência” (1998:74).

O período de transição democrática colocou para a militância dos movimentos sociais e populares, portanto, a necessidade do aprimoramento intelectual das



lideranças, a fim de capacitá-las para os novos debates que se travavam. Por outro lado, trouxe também novas perspectivas políticas, pois os governos começaram a desenvolver o jogo político de maneira a atender muitas de suas reivindicações, abrindo canais permanentes de negociação e de parceria. Por outro lado, esse fato proporcionou o surgimento de novas dificuldades e desafios para os militantes, favorecendo um repensar de sua própria relação com a base popular.

Segundo Vasconcelos, todo esse contexto de redimensionamento das práticas das lideranças favoreceu, contraditoriamente, um maior afastamento das bases populares, que têm cada vez maior dificuldade em relacionar seus problemas mais imediatos com as sofisticadas bandeiras de luta que caracterizam o processo de avanço democrático. O autor aponta também outra dificuldade importante, nesse período. Trata-se da relação política das lideranças com os organismos estatais e partidos políticos, que encontram na cooptação um estratégico instrumento de garantia dos seus interesses ideológicos e eleitoreiros junto aos movimentos sociais e populares. Diz ele:

“Paradoxalmente”, esse processo de especialização e aprimoramento intelectual das lideranças e de aparelhamento das diretorias amplia cada vez mais seu distanciamento das bases, as quais encontram uma crescente dificuldade em estabelecer os vínculos entre suas demandas mais imediatas e a sofisticação das bandeiras de luta que compõem um possível projeto de desenvolvimento democrático.(...)

“Outras importantes mudanças na relação com os movimentos sociais ocorreram com o processo de redemocratização do país. Governantes de direita percebem a impossibilidade de continuarem como políticos se não aprendessem a respeitar e a negociar com os movimentos populares. Mas não aprenderam apenas isto: descobrem a arte de cooptação desses movimentos.” (1998: p. 76).

Para Gonçalves (1996), historicamente, o Brasil consolidou a existência de dois modelos de Estado: O Jurídico-institucional e o Factual. O modelo jurídico – institucional é caracterizado por um Estado legalmente constituído como um conjunto de organismos responsáveis pela realização da justiça social, com uma Constituição Federal que lhe dá condições jurídicas para tal feito. A legitimação jurídica dá ao Estado a obrigação constitucional de gerir os problemas sociais de maneira a resolvê-los e garantir à distribuição social de tudo aquilo que é produzido e arrecadado como imposto, no país.

Seria portanto a possibilidade legal de realização, no Brasil, do Estado de Bem-estar, o que garantiria uma maior equidade social. Entretanto, a história mostra que isso não aconteceu de maneira plena, mas parcial e por um curto período, e não contribuiu para a diminuição da pobreza e miséria no país.

Por outro lado, refletindo a distância entre o legal instituído e o que é politicamente praticado, existe o modelo Factual que se refere à prática real do Estado em termos de condução de políticas sociais. Caracteriza-se pela grande inoperância ou incapacidade política do Estado na gestão das políticas sociais para o atendimento das grandes demandas do país. Isso gerou condições de insatisfação social que, aliadas ao contexto da Ditadura Militar, contribuíram para a grande ofensiva dos movimentos sociais e populares nos anos 80. (Gonçalves, 1996).

Neste sentido, partindo do exposto, é possível afirmar que durante os anos 90, assumindo suas dificuldades factuais de ação ineficiente, e levando-se em consideração a conjuntura do processo de globalização neoliberal que impõe o Estado mínimo como saída para a manutenção da economia de mercado, resguardando as liberdades econômicas individuais e a livre concorrência, acontece um redimensionamento das ações em termos de políticas públicas, em que se coloca em cheque a própria função do Estado enquanto provedor e gestor dos equipamentos sociais.

Ora, esse redimensionamento da ação política do Estado refere-se principalmente às relações com os movimentos populares e as Organizações Não Governamentais. Ou seja, o Estado busca a sociedade como saída para sua crise de inoperância, colocando nas relações de parceria o novo sustentáculo das políticas sociais. Essa é a época em que surgem grandes movimentos da sociedade civil que discutem e desenvolvem projetos concretos de combate a problemas sociais graves, como a fome, o desemprego, o analfabetismo, a pobreza e a miséria no país.

É o caso do Movimento de Ação da Cidadania de Combate à Miséria e à Fome, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza. Esse movimento tornou-se um elemento aglutinador de forças que promoveu ações e projetos sociais, capazes de mobilizar diversos setores da sociedade civil organizada. Primeiro, a mobilização aconteceu em

torno do combate à fome, quando órgãos como o DIEESE<sup>8</sup> davam conta da existência de 32 milhões de indigentes no país. Diversas campanhas de arrecadação de alimentos para doação em comunidades atingidas pela fome em estados da região Nordeste, foram realizadas pelos Comitês de Cidadania, envolvendo várias organizações de classe das camadas médias da sociedade. Em 1994, eram mais de 5.000 Comitês de Cidadania em todo o Brasil.<sup>9</sup>

Em segundo lugar, paralelamente a esse trabalho, veio a campanha pela Ética na Política, oriunda dos escândalos de corrupção que aconteceram no país, envolvendo o Congresso Nacional e o Poder Executivo Federal, culminando com a cassação do Presidente Fernando Collor de Melo, em 1992.

É nesse contexto de efervescência política e mobilização social, bem como de avanço da miséria, que começa a ganhar espaço no país a idéia de uma maior participação dos diversos setores da sociedade civil na implementação e gestão de projetos sociais, principalmente nas áreas de educação e capacitação profissional. E o Estado brasileiro passa a investir pesadamente nessa idéia, pois precisava dar uma resposta à massa de excluídos que se formava.

Para Maria da Glória Gohn, essa nova postura do Estado em voltar-se para as Ongs e movimentos sociais como instrumento de implementação de programas e projetos sociais paliativos resulta das mudanças na conjuntura globalizada, de acordo com as diretrizes políticas neoliberais impostas pelos pólos hegemônicos de poder internacional:

“Sabemos que as políticas neoliberais” têm preconizado a desativação da atuação direta do Estado em várias áreas sociais preconizando que a operacionalização desses serviços, sua gestão propriamente dita, seja transferida para organismos da iniciativa privada, especialmente via parcerias com entidades do chamado terceiro setor (organizações privadas sem fins lucrativos composto de Ongs, organizações sociais, entidades assistenciais e filantrópicas, alguns movimentos sociais, algumas empresas denominadas cidadãs, obras sociais etc.). (Gohn, 2000:05).

Do ponto de vista ideológico, portanto, este tipo de ação aponta para mais uma forma do Estado se aproximar dos movimentos sociais e Ongs, numa perspectiva de tê-

---

<sup>8</sup> Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socio-econômicos / USP – Universidade de São Paulo.

<sup>9</sup> Fonte: Ação da Cidadania On line, 2001: p.01

los sob controle, de maneira estrategicamente sutil, acalmando também os ânimos dos setores populares mais desfavorecidos. O Estado passa, então, a investir com mais força em programas e projetos sociais “paliativos” ou compensatórios, de caráter pontual, que não resolvem os problemas sociais em suas raízes, mas criam uma situação mais amena de convivência social em pequenas parcelas da população pobre.

O Programa Comunidade Solidária surge nesta perspectiva. Trata-se de um programa governamental que se utiliza de parceiros e atores não governamentais para a implementação de seus programas e projetos. Quando do seu surgimento, vários outros órgãos governamentais de ação social foram extintos, o que indica que se apostava neste programa como um instrumento fundamental de sustentação política. (Gonçalves, 1996).

Neste sentido, a tônica principal deste programa governamental é a realização da parceria entre Estado e sociedade, tarefa específica do Conselho da Comunidade Solidária. Originalmente, este conselho possui as seguintes atribuições:

- a) propor e opinar sobre ações voltadas para o combate à fome e à pobreza, no âmbito do setor governamental e não-governamental;
- b) realizar ações junto à sociedade voltadas para o desenvolvimento de organizações capazes de trabalhar em parceria com o governo no ataque aos problemas da fome e da pobreza;
- c) apoiar medidas capazes de incentivar a parceria e integração entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visando à complementaridade das ações;
- d) promover campanha de conscientização da opinião pública para o combate à fome e à pobreza, com vistas à conjugação de esforços do governo e da sociedade;
- e) estimular a criação de conselhos municipais e estaduais de combate à fome e à pobreza. (idem, p. 02).

Observando estas atribuições do Conselho Deliberativo do Programa Comunidade Solidária, fica claro o interesse do Estado brasileiro em encontrar estratégias mais concretas de intervir, de maneira sutil, nas organizações da sociedade civil, com o intuito de implementar seus programas sociais, apoiado na camuflagem da participação social. Aqui emergem algumas questões que dão à tônica de minha pesquisa: Em que níveis se dá essa colaboração entre organismos governamentais e Movimentos Populares? A Sociedade Civil tem acesso aos momentos de Planejamento

e definição das ações? Qual o grau de autonomia existente entre organismos governamentais e demais atores sociais nesta relação de parceria?

Segundo as próprias atribuições do Conselho da Comunidade Solidária, a forma como são definidas as prioridades de ação e os programas a serem executados deixa patente o que considero uma falácia de participação social. Pois, quem determina as definições é a presidência do Conselho, a Senhora Primeira Dama da República, e os demais membros do Conselho Deliberativo, a maioria membro do governo e representante da sociedade civil, nomeados diretamente pelo Presidente da República, fato que, para mim, os torna menos legítimos em termos de representação da sociedade. Aliás, o caráter da nomeação dos conselheiros é também outro elemento interessante:

Todos os Conselheiros serão nomeados pelo Presidente da República na condição de cidadãos comprometidos com a questão social e não como representantes das instituições às quais estejam vinculados. (idem, p. 3).

Ora, se os conselheiros não exercem seu caráter de representantes, ampliando as discussões nas instituições que integram, as decisões que tomam são portanto individuais, refletindo muito mais os interesses do governo. Nesse caso, acontece uma centralização e imposição de decisões, e não uma participação. Do seu texto original até a sua implementação, a idéia do Programa Comunidade Solidária passou por modificações, mantendo no entanto a sua estrutura organizativa original.

Entretanto, apesar do seu caráter impositivo e autoritário, o discurso do Programa reflete elementos que, uma vez potencializados, podem propiciar uma participação efetiva na execução de alguns projetos. Sobre isso, afirma SCHERER-WARREN:

O Programa Comunidade Solidária se espelha nas experiências de participação popular. “Contudo, como é uma proposta que foi implementada de cima para baixo, partindo do governo federal, ainda não se conseguiu potencializar as energias existentes.” (1999: 64).

O Programa Comunidade Solidária mantém vários programas sociais, dos quais os mais importantes são: o Capacitação Solidária, o Alfabetização Solidária, o Reforma Agrária Solidária e o Universidade Solidária. Para fins desta pesquisa interessa apenas os dados sobre o Programa Capacitação Solidária. Esse programa foi criado no final de 1995 e aplicado pela primeira vez em 1996 no Estado de São Paulo para atender a uma

população de jovens de ambos os sexos – na faixa etária de 16 a 21 anos – que estão ou não frequentando a escola e vivem em situação de pobreza nas periferias da grande cidade. Foi lançado como uma das ações prioritárias da Comunidade Solidária, pois sua implementação depende de recursos oriundos tanto do poder público como da iniciativa privada.

Em Fortaleza, o Programa Capacitação Solidária chegou em 1997, através do V concurso de Projetos de Capacitação Profissional para Jovens. Cerca de 250 entidades sem fins lucrativos enviaram projetos, dos quais 42 foram aprovados e desenvolvidos no ano de 1998. Em 1999, foi lançado o XII Concurso, atendendo a cerca de 140 projetos em toda a Fortaleza e região metropolitana. E, em 2.000, no último concurso realizado em Fortaleza, foram mais de 200 os projetos selecionados e executados.

O Programa Capacitação Solidária é executado por uma entidade não governamental chamada AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária, que se define como:

(...) uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem por objeto viabilizar o recebimento de auxílios e doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais, para aplicá-los diretamente no desenvolvimento, implantação e acompanhamento de projetos recomendados pelo Conselho da Comunidade Solidária, considerados prioritários” (Jornal Capacitação Solidária, nº 01, p. 34).

É, assim, uma entidade criada exclusivamente para captar recursos para a execução de programas da Comunidade Solidária, em particular do Capacitação Solidária. E por ter a sua criação motivada pelo próprio Estado é que questiono seu caráter não governamental.

A AAPCS, através do Capacitação Solidária, promove concursos de projetos para capacitação profissional de jovens, envolvendo organizações não governamentais sem fins lucrativos (Ongs, associações populares, universidades, fundações, centros comunitários, etc.). As reuniões e entrevistas de aprovação dos projetos, os seminários de preparação e prestação de contas, bem como as oficinas dos módulos básico e específico, tudo é muito bem apresentado e estruturado: com equipe de técnicos de nível superior vindos de São Paulo, material e recursos audiovisuais, alimentação e atendimento coletivo e personalizado aos representantes das entidades.

É portanto grande o investimento em recursos materiais e humanos para a realização desse Programa, bem como significativo o número de entidades populares e Ongs que desenvolvem projetos. Trata-se de uma ação bem planejada e com interesses claramente definidos. Nesta perspectiva, o Programa assume uma proposta de formação profissional que se apresenta como diferenciada, oferecendo um conteúdo marcado não somente pelo desenvolvimento de habilidades específicas, mas também pela formação educacional para a cidadania. O objetivo definido é: “(...) ampliar os horizontes culturais e sociais dos jovens e despertar o seu interesse pela busca de conhecimentos e pela valorização ou retorno à escola” . (idem, p. 3).

Ou seja, o Programa Capacitação Solidária é apresentado como uma idéia inovadora, democrática e ousada, no trato de problemas sociais que envolvem a juventude, com uma proposta educativa que defende princípios de participação, integração comunitária, valorização da auto-estima, desenvolvimento de habilidades e capacidades, consciência crítica, engajamento comunitário, idéias estas também defendidas pela Educação Popular.

Entretanto, a idéia do Programa Capacitação Solidária surgiu como decreto governamental, não favorecendo uma discussão mais ampla com os diversos setores da sociedade civil, sem levar em conta sua realidade e necessidades cotidianas. Esse é um dado importante que indica o quanto é limitado o tipo de participação preconizado pelo Programa.

Assim, o Capacitação Solidária vem como algo pronto, acabado, com metas e objetivos amarrados, restritivos e carregado de critérios, exigências e prazos que devem ser cumpridos à risca pelas entidades que elaboram os projetos, sob a ameaça de perda dos recursos financeiros. Na entidade em que atuei as informações sobre os concursos de projetos chegaram através do envio pela AAPCS, via correio, do edital do V Concurso de Projetos Jovens, em agosto de 1997, que já definia todas as regras de elaboração do projeto, incluindo o número máximo de páginas. A participação das entidades se limitava apenas à idealização do projeto em si e à definição do tipo de capacitação, pois sua estrutura já era predeterminada e sua execução sujeita às diretrizes da AAPCS. Também a própria forma de definição do projeto por parte da entidade executora não acontecia de forma participativa, ficando a elaboração a cargo da

diretoria da associação com o apoio de um assessoria, sem nenhum tipo de consulta à comunidade.

Neste sentido, alguns questionamentos vêm à tona: dada essa condição de imposição do Programa, o conteúdo e a prática educadora desenvolvidas nesses projetos podem ser caracterizados como uma prática de Educação Popular? De que maneira se dão os processos participativos na definição dos cursos e elaboração dos projetos, a partir da prática das lideranças da entidade popular? Existe relação entre o conteúdo e a prática educacional desenvolvidos nos projetos e a educação formal? A prática educativa de um projeto pode ou consegue subverter os interesses ideológicos que permeiam as relações sociais que norteiam esse Programa?

As respostas para essas questões são procuradas através da análise dos processos educativos vividos, partindo das falas e das experiências dos próprios educandos, que considero como os principais atores desses projetos. Mas, de antemão, acredito que os princípios que o Programa Capacitação Solidária prega na sua filosofia de educação podem abrir possibilidades de realização de práticas de Educação Popular, que contribuem para superar as contradições existentes nas relações estabelecidas no contexto do Programa, subvertendo a ideologia camuflada e assegurando um aprendizado político e crítico para os educandos.

Nesta perspectiva, para prosseguir a análise, cabe agora perguntar: **as práticas educativas desenvolvidas no projeto Profissionalizando para o Futuro/CPEC Pé no Chão, podem ser considerados como elementos instituintes ou contra-institucionais?** É o que o próximo capítulo se propõe a discutir.



## **Capítulo IV**

### **CPEC & Programa Capacitação Solidária: Reflexão à luz de algumas concepções de EP e da Análise Institucional.**

Refletir sobre a experiência educativa dos jovens que integraram o projeto Profissionalizando para o Futuro, no contexto do Programa Capacitação Solidária, é analisar suas próprias falas e experiências pessoais, na perspectiva de perceber como se fundamenta esse processo de Educação Popular, a partir de uma experiência pontual que tem um programa governamental como principal parceiro financiador para o seu desenvolvimento.

Minha reflexão divide-se em três partes. Em primeiro lugar, faço uma análise das próprias falas dos jovens que vivenciaram o projeto pesquisado, buscando identificar os elementos que caracterizam a experiência vivida e as transformações cotidianas sentidas pelos jovens em suas vidas.

Em um segundo momento, desenvolvo uma reflexão teórica sobre a experiência educativa vivida, na trilha da Educação Popular. Aqui faço uma discussão teórica com alguns autores que se dedicam a pesquisar a prática da Educação Popular nos anos 90, buscando identificar e compreender suas metamorfoses, a partir de duas tendências principais, a saber, as análises macro e micro da EP.

Por fim, concluo o capítulo com uma exposição sobre a Análise Institucional, na perspectiva de mostrar como esta corrente teórica está presente como um espécie de “fio condutor” em todas as etapas da pesquisa. Também faço uma breve caracterização dos conceitos de Instituição, Instituinte e Instituído, que são os referentes teóricos para a minha análise dos processos sociais e educacionais vividos pelos jovens.

#### ***4.1. Analisando as experiências dos educandos.***

O primeiro elemento da experiência dos educandos que considero importante para iniciar minha reflexão refere-se à própria maneira como a idéia de realização de um projeto de capacitação profissional e educação para a cidadania, na perspectiva do Programa Capacitação Solidária, surgiu na comunidade do Canindezinho. O depoimento de Bernadete, principal liderança do CPEC Pé no Chão, indica claramente que foi uma idéia oriunda de agentes externos, alheios à experiência da comunidade.

*“O nosso coreógrafo, o Clerton Martins que também desenvolveu durante três anos um trabalho voluntário aqui na nossa comunidade (...) nessa época ele era diretor do SEST/SENAT e tomou conhecimento do curso, o SEST/SENAT como fazia parte do sistema “S” não podia fazer seu próprio projeto, então queriam uma*

*comunidade pra fazer o projeto e o Clerton fez a proposta pra gente. Já veio com o projeto pronto, as capacitações também, que seriam na área de mecânica e eletricidade veicula. Pra nós foi uma novidade pois não tínhamos nem um conhecimento do Programa Capacitação Solidária. E foi assim: jogaram de cima para baixo, mas foi bom de mais. O nosso primeiro ano foi de entusiasmo total!” (Bernadete Ferreira, liderança do CPEC pé no Chão)*

Ora, esse fato refletiu-se diretamente na maneira como os jovens do Projeto Profissionalizando para o Futuro apreendem a idéia do projeto que eles vivenciaram. O baixo nível de informações dos jovens reforça o caráter vertical de seu surgimento. Isso implica para os jovens numa **falta de clareza de informações sobre tudo o que envolve o projeto** e o Programa Capacitação Solidária, desde sua origem até sua execução, o que já não o torna muito participativo logo na sua origem. É o que afirmam os depoimentos abaixo:

*“Eu ainda tenho pouco conhecimento. Porque eu acho que eu ainda sei pouco sobre o Programa Capacitação Solidária. O que eu sei é que ele é mantido por doações; que ele não é nada assim do governo, não tem nada a ver. Eu não sei de onde ele surgiu, de que foi... sei pouco. Com certeza gostaria de saber muito mais.” (Gerlene Martins Cabral, 18 anos)*

*“Queria que fosse mais divulgado o trabalho deles. Em forma de palestras, eles explicassem melhor o que é o trabalho deles.” (Juvenilda , 18 anos).*

*“Eu tenho curiosidade de saber da onde é que vem essas coisas. O porquê disso, né? Pro jovem saber que as coisas hoje em dia não é fácil. Tudo é conseguido com sacrifício. Acho que cada um, sabendo de como é difícil às coisas, acho que ele se motivaria mais e conseguiria mais o objetivo da Comunidade Solidária.” (Adriana da Silva Santiago, 17 anos).*

Os jovens sentem o desejo de saber mais, de conhecer mais sobre o trabalho em que estão envolvidos, participar da criação dos cursos. Querem saber claramente de onde vêm os recursos, como são gastos, participar das definições sobre o próprio funcionamento do projeto. **Desejam sentir-se mais sujeitos** daquilo que eles próprios são construtores no momento da execução.

*“Seria bom saber como se consegue esse dinheiro; como é o procedimento, como é que vão ser as aulas; a respeito do curso, como é que eles escolhem os cursos; se vai haver uma seleção de cursos; por exemplo, aqui tinha eletricista predial, por que é que não foi escolhido eletricista predial e sim confeitaria? Em detalhes. Eu queria saber tudo em detalhes.” (Reginaldo Batista do Nascimento, 18 anos).*

Entretanto, parece que a própria estrutura dos projetos do Programa Capacitação Solidária dificulta essa relação. Esse fato revela a **contradição entre o discurso e a prática da participação**, tanto em nível das lideranças do CPEC, como do Programa Capacitação Solidária. Nos depoimentos citados fica patente que essa contradição impede uma maior transparência do projeto.

Neste sentido, partindo do princípio de que a participação dos sujeitos no processo de construção e desenvolvimento de uma proposta educativa é um dos elementos fundantes da Educação Popular, poderia afirmar, numa análise “precipitada”, que a experiência educativa proporcionada pelo projeto não seria um trabalho de Educação Popular. Entretanto, existem outros elementos presentes na experiência dos jovens, durante o projeto Profissionalizando para o Futuro, que precisam ser analisados.

Os jovens que participaram do projeto afirmam que essa experiência lhes trouxe significativas mudanças em suas vidas pessoais. Todos consideram-se com possibilidades limitadas, por morarem num bairro pobre, sem muitas opções de trabalho e de lazer. Mas, cada pessoa tem sua forma singular que lhe aproximou da proposta do curso. Os depoimentos abaixo apontam para a **problemática do desemprego** e da **necessidade dos jovens se capacitarem** para conseguir um lugar ao sol no mercado de trabalho:

*“Primeiro, foi aumentar o meu conhecimento. Segundo, acho que os problemas maiores de todos os jovens aqui nesse país e a busca de um emprego.” (Reginaldo B. do Nascimento)*

*“Uma amiga me informou que estava havendo inscrições aqui para um curso de capacitação no CPEC e eu resolvi vir com ela me inscrever (...) Ela disse que também capacitava, dava certificado e tudo mais no final, aí eu achei legal. Eu vi que tinham muitas pessoas legais. E também porque hoje em dia, pra gente conseguir alguma coisa tem que ter vários certificados na mão. Então eu acho que quanto mais curso eu fizer, melhor pra mim.” (Gerlene Martins Cabral, 17 anos)*

*“Queria aprender mais coisas, assim... que eu já sabia fazer algo mais, mas eu queria aprender mais algo do que eu sabia. Salgados, tortas, pães...” (Magda bastos de França, 17 anos)*

*“Foi à perspectiva de melhorar alguma coisa, de conseguir um emprego.” (Euclério Vieira de Castro, 21 anos)*

Entretanto, não é somente a necessidade de emprego e capacitação profissional que motiva os jovens para atividades de educação como essa. O desejo de integrar-se e

relacionar-se com outras pessoas, para alguns, é também um elemento motivador. É a **busca da socialização**, num mundo cada vez mais individualizante. É o que mostra o depoimento seguinte: “Porque também eu gostaria de conhecer pessoas novas, saber um pouco mais da vida (...).” (**Adriana da Silva Santiago, 17 anos**).

Portanto, o projeto é visto por alguns jovens como um espaço que proporciona a oportunidade para a formação de novos laços de amizade, o que parece ser importante para a valorização de sua auto-estima e o acúmulo de novas experiências pessoais, inclusive afetivas. Trata-se, assim, de uma experiência que é buscada como uma **fonte de crescimento humano e afetivo para cada educando**.

Em geral, os depoimentos acima indicam que o projeto propiciou para os jovens outras possibilidades e perspectivas, novos conhecimentos e informações que outros espaços, como a escola, por exemplo, não lhes proporcionam. Também trouxe outras possibilidades de relações. Mas, para cada uma dessas pessoas, há um significado que é singular.

Um outro elemento que pode ser percebido como consequência da experiência do projeto, é o fato de que a própria dimensão da educação escolar parece tomar outro significado na vida deles e delas. **Mudam suas relações no ambiente escolar** e seus comportamentos chamam a atenção dos colegas e educadores do colégio. Mas existem também aqui impactos diferentes, segundo a experiência de cada um. No depoimento abaixo, por exemplo, a experiência vivida por Geruza representa **algo singular em termos de relações de gênero**, que é muito valorizado por suas colegas de colégio:

*“As meninas achavam super interessante”. Elas queriam ver como era... tinha dias que eu chegava ao colégio, estudava a noite, aí estirava as pernas, tinha escada e subia a escada e esticava as pernas em noutra cadeira e lá ficava, as pernas doendo. E encostava a cabeça e cochilava na sala de aula. Ai as meninas: deixa, ela tá cansada. Quer dizer, elas reconhecia o meu trabalho.*

*Aí tinha o crachá, passe livre, e as meninas botavam no bolso e saíam andando e dizendo: aí, sou eu. De certa forma existia a té certo orgulho de ter uma colega que tinha um trabalho que geralmente nenhuma mulher, pra não sujar as mãos, não estragar as unhas, não tinha coragem de fazer. Às vezes eu ia ao ônibus e ia de mão fechada, com vergonha das unhas todas sujas, aquela coisa horrível. Mas, é isso aí, trabalho é trabalho.*

*Os meninos achavam interessante. Eles tinham vontade de conhecer mais de perto o trabalho e era muito legal. “(Geruza Nascimento da Silva, 19 anos)”.*

Ora, numa sociedade ainda predominantemente machista como a nossa, o fato de uma adolescente ter tido a oportunidade e a coragem de ingressar numa atividade profissional que era tradicionalmente exercida por homens, tornou-se motivo de orgulho das colegas mulheres de sala de aula e admiração dos colegas homens. Isso trouxe para Geruza uma valorização muito grande para a sua auto-estima. Por outro lado, esse reconhecimento dos colegas manteve também nela a motivação para continuar os estudos e buscar outras perspectivas de vida.

Para alguns jovens, a experiência do projeto trouxe mesmo foi à **motivação para os estudos**, visto a importância que a educação formal tem no processo de qualificação profissional das pessoas que desejam ingressar no mercado de trabalho. Os jovens têm consciência das dificuldades de emprego e apontam à educação escolar como importante e necessária:

*“Acho que isso mudou muito. Hoje quando eu vou pro colégio eu presto muito atenção nas aulas porque eu vejo que está muito difícil as coisas hoje e se a gente não estudar, num batalhar pelo que a gente quer, a gente vai ficar pra trás, né? Por isso que mudou muito.” (Adriana da Silva Santiago, 17 anos).*

*“Em relação à vida escolar é que hoje em dia tantas coisas que a gente vê falar é em emprego com segundo grau completo, né? E eu acho que eu conseguindo um emprego mesmo sem ter o segundo grau completo ainda, vai ser bom. Mas se eu não conseguir através do projeto, eu vou continuar estudando. O projeto vai auxiliar com certificado e eu com o certificado de segundo grau completo vai ser mais... vou ter assim chances maiores de arranjar um emprego.” (Euclério V. de Castro, 21 anos)*

*“Estou mais motivada, porque além de eu ter a minha aula, eu tenho esse curso, que é profissionalizante, e eu pretendo terminar os meus estudos e me dedicar mais pra melhorar o meu currículo”. (Cristiane Rodrigues, 16 anos).*

*“Eu consegui valorizar mais”. Eu não falto mais aulas, não saio mais de sala, fico mais dentro da sala. Até as aulas que eu não gosto, tenho que agüentar. E... melhorei mais um pouco o meu desempenho no colégio. (Magda B. de França, 17 anos)*

Para outros jovens, a experiência do projeto desenvolveu elementos que os ajudaram a **melhorar suas relações com colegas e educadores** no colégio, o que é algo

considerado importante para eles e elas. É a experiência do projeto contribuindo para a mudança na suas relações sociais, conforme, inclusive, era a expectativa de alguns:

*“Ajudou a me relacionar melhor com os meus amigos, com os professores, prestar a atenção na aula”.* **(Cristiane Rodrigues, 16 anos)**

*“A minha relação com os alunos lá no colégio melhorou. Porque eu consegui mais amigos. Porque no curso eu conheci outras pessoas que eram até próximas de mim, como a Magda, as meninas, a maioria das meninas que estavam aqui, eu convivia com ela e não falava. E hoje em dia eu falo. No colégio fica aquela panelinha junta já, só brincando, curtindo na hora do intervalo. Melhorou bastante o relacionamento. Consegui muito mais amigos.”* **(Gerlene Martins, 17 anos)**

Outros ainda cresceram tanto com a experiência do projeto, que **conquistaram mais espaço em sala de aula**, contribuindo inclusive com a realização de atividades que auxiliam os seus professores. É o caso da experiência de Juvenilda:

*“Porque no Colégio, as Relações Humanas que eles dão no colégio é bem diferente do que eu aprendi aqui no curso. Então isso me baseou muito em até mesmo ajudar a professora, no caso de relações humanas, fazendo algumas dinâmicas que eu aprendi no curso. Meus colegas e a professora ficaram admirados. Porque eu sou assim jovem e tem muitas pessoas de idade a mais que não se interessaram por uma oportunidade como a que eu tive e soube aproveitar.”* **(Juvenilda, 17 anos).**

Pode-se observar, portanto, que o processo educativo vivido pelos jovens no projeto ajudou-os a dar mais valor à experiência educativa da escola. Abriu espaços e caminhos novos e, em alguns casos, gerou novas relações sociais, melhorando as que já existiam. Nas conversas, pude perceber que esse fato é para eles algo gratificante, que os ajuda a se sentirem mais gente, sendo também mais valorizados nos ambientes sociais em que vivem. Essa, para mim, é uma forma concreta de contribuição desta experiência educativa para os processos de educação, considerados formais, da escola pública.

Ora, acredito que manter uma constante interação com os processos escolares de educação, numa perspectiva até de transformá-los, parece-me ser uma tarefa importante da Educação Popular. Muitas vezes as práticas de EP acabam caindo num mero paralelismo à educação formal, ficando apenas na crítica dos processos de educação oficial, tanto da escola pública como da privada, sem no entanto atentar para o fato de que deve ser também função da EP contribuir para que se construam novas práticas

educacionais capazes de transformar o próprio sistema escolar oficial, de maneira a torná-lo mais democrático, participativo e integrado com a vida dos educandos. Sobre isso, afirmam GADOTTI & TORRES:

*“El proyecto que la educación popular propone a la escuela pública afianza su ideal democratizador partiendo del reconocimiento y valoración de la diversidad y heterogeneidad cultural. La escuela, través de una nueva relación com. la comunidad y con los servicios públicos puede ser un agente eficaz y competente para que los grupos populares desarrollen su identidad y aumenten su poder em la sociedad”* (1994, pág. 332-333).

Um outro elemento marcante na experiência educativa desses jovens durante o projeto é o impacto em suas relações familiares. Quase todos afirmam que as atividades do projeto os ajudaram a **abrir-se mais para a sua afetividade e valorização dos seus familiares**. Em alguns casos, até favoreceu o desenvolvimento de relações que antes pareciam bloqueadas:

*“(...)Antes eu não ligava muito, não achava eles... eles eram importante pra mim, mas eu num via isso, né? E hoje eu vejo eles mais importantes. Diminuí mais os meus atritos com eles. Acho que mudou muito. Acho que estou me dando muito bem com a minha avó, com o meu pai, que eram pessoas que eu não me dava muito bem.”*  
**(Adriana da Silva Santiago, 17 anos).**

*“O impacto, vamos dizer que é positivo. Antes do projeto eu passava o dia em casa, naquela ânsia, sem fazer nada, a não ser ir pró colégio. Agora eu chego aqui no horário do projeto e à tarde eu procuro fazer outras coisas, procuro colocar em prática . E fez só melhorar. A gente passou a conversar mais, porque assim como tô aprendendo eles também se interessam pelo que eu tô aprendendo. Inclusive a minha tia que mora aqui também, soube que eu tava fazendo o curso, ela me ligou e pediu receita e eu mandei.”*  
**(Euclério, 21 anos).**

Um caso específico aponta para a dimensão do conflito familiar gerado tendo em vista o tipo de relações vividas pela jovem com amigos, entendidos pela mãe como inadequados e perigosos. O depoimento da jovem mostra que sua experiência no projeto a ajudou a estabelecer um diálogo com sua mãe, buscando perceber o que havia de certezas e incertezas em suas recomendações com relação às suas amizades.

*“Em relação à família”... Mudou... Porque a minha relação lá em casa não era muito boa. E agora está sendo assim... mais ou menos, e está indo... eu não me relacionava bem com a minha mãe. Eu tratava a minha mãe muito mal, porque eu saía, e nem ligava (...) Ela sempre me amostrava o caminho certo e eu sempre não ia pelo caminho que*



*ela me amostrava. E u ia pelo caminho que os outros me amostravam. E não o que ela me amostrava.*

*Com o projeto, eu me separei de algumas amizades e estou mais com o relacionamento com os meninos do curso. Porque essas outras amizades de quem eu me separei, foi após a minha entrada no Pé no Chão e no curso. Eu aprendi e reconheci o que é ter amigo e o que é ter amizade. E não a amizade que eu tinha anterior. Porque eu pensava que aquela amizade anterior prestava e essa agora que eu tenho não prestava. Mas não. Eu errei. A outra amizade não prestava e a que eu tenho agora presta muito. Porque sempre quando eu estou triste, estou assim com problemas, sempre tem um ali do lado e diz se isso é certo ou se é errado.*

*Porque é assim: sempre quando eu saía com eles e elas, com os amigos antigos, a mãe sempre achava ruim, a mãe sempre chorava, ela não gostava. Porque não faltou assim uma metade de dedo pra eu ir para as drogas e me prostituir. As meninas aqui, um dia desses, chegaram aqui pra mim e perguntaram, Magda você tem coragem? Eu disse, numa pitada de dedo eu tenho. Se eu não botasse a mão na minha consciência, numa horas dessa eu não estaria aqui nem com você. Estaria lá com eles. É isso. Aquela amizade eu achava que era muito bom pra mim. Nem ligava pra mãe, nem ligava pra ninguém. Só pra eles. Mas assim num ponto... Eu tiro assim pelas aulas da Luciana, pelas aulas da Silvia, até as tuas, porque eu via assim nos vídeos e dizia: meu Deus, esse não é o meu caminho. O meu caminho tem que ser esse aqui. Eu vi que não era bom pra mim. Eu não pensava que a minha mãe estava sofrendo com isso. Depois de muito tempo é que eu vim ver que hoje ela está doente por isso. (Magda, 17 anos).*

Segundo Matos (2.001), que analisa as relações entre os jovens e seus familiares, muitas vezes os conflitos gerados com os pais acerca dos círculos de amizades dos jovens, são considerados pela juventude como um atitude de desconfiança dos pais para com os filhos. Mas, os jovens sabem reconhecer que seus pais tem suas razões, como mostra a citação a seguir:.

*“Para os jovens os pais deveriam ter mais confiança nos filhos. Contam que eles sempre assumem uma postura suspeita sobre seus amigos, se estão usando drogas, se são homossexuais, se estão mentido sobre suas notas na escola, e esquecem que um dia foram jovens e passaram por essa fase. Alegam que se na época deles não existiam esses perigos, outros estavam presentes. Compreendem que os conselhos e punições podem advir das experiências negativas dos pais, por isso consideram os conselhos válidos, mas desejam ter suas próprias experiências. Concordam que por vezes estão errados, mas a forma como são abordados deixa-os num estado de permanente tensão e defesa prévia, e em consequência os desencontros são constantes entre pais e filhos.” (2.001:134).*

Em outros casos ainda, o fato do (a) filho (a) **gerar algum tipo de renda para a família é elemento de valorização pessoal do (a) jovem** em casa, o que lhe favorece

inclusive mudanças na maneira como é tratado (a) pelos pais e parentes. Gera **maior reconhecimento e valorização por parte dos seus familiares**. A experiência de Geruza caracteriza bem isso:

*“No curso eu pude ajudar um pouco minha família e me ajudar também”. Porque tem a bolsa auxílio e além do mais no primeiro curso eu consegui um emprego. Eu trabalhava na São Benedito, era eletricitista, e pra fazer o outro curso, que na época a gente não sabia que não podia fazer outro curso, e aí eu desisti do trabalho pra fazer o outro curso que era de dança, e daí fiquei desempregada. Mas, não posso me maldizer porque foi uma coisa que eu escolhi . Mas foi muito importante porque eu tinha o meu trabalho e eu ajudava muito em casa... tinha cesta básica mensal e... assim... era ótimo.*

*Também nas relações familiares. Porque eu acho assim... Hoje em dia o jovem, quando completa 18 anos, o que os pais querem é se livrar deles... Tem que arranjar um emprego, né (?), tem que trabalhar. E quando a gente não trabalha eles tratam à gente de uma maneira... Às vezes não gosta muito da presença da gente em casa, diariamente... E depois do trabalho, “Ave Maria” (!) , era como se eu fosse tudo, né (?). De deixar comida pra mim, ou seja, era um tratamento diferente, era um tratamento mais gostoso... “Agora ela está servindo dentro de casa, então vamos tratá-la melhor.” (Geruza, 19 anos)*

Analisando a importância desse reconhecimento familiar para a juventude, Matos afirma que:

*“(...) O sentimento de pertencer, ser legítimo, identificar ou diferenciar-se dos demais, é também uma sensação de reconhecimento ou estranhamento dentro da família. O papel de cada um modifica-se a partir das relações que estabelecem entre si. Apontam o grupamento familiar como ‘segurança’, e mesmo com confusões, e certa desunião, mostram-se felizes, porque é o que podem compartilhar.” (2.001: p.126)*

É possível perceber, portanto, que no campo da melhoria da renda, como também no das relações familiares, as atividades do projeto contribuíram para modificar um pouco mais a vida deles e delas e proporcionar-lhes novas opções e perspectivas de relações com suas famílias. Trata-se de uma experiência que propiciou, através de atividades ligadas à arte, às dinâmicas de grupo, à vivência da cidadania, com temas de interesse dos próprios jovens, como afetividade, sexualidade, drogas, direitos do cidadão, etc., uma ampliação de seus horizontes e de suas relações.

Neste sentido, um outro elemento marcante que pode ser observado enquanto consequência do processo educativo do projeto, nos jovens, é a **forma como eles**

**percebiam a comunidade antes de passarem pelo projeto e depois desta experiência.** Vejamos alguns depoimentos:

*“Eu mudei muito minha forma de ver a comunidade. Porque eu achava que aqui nesse bairro não havia nada, eu sabia da existência do grupo Pé no Chão e do CPEC, mas eu nunca tinha percebido o trabalho deles. Então, devido eu estar participando agora, eu vi que eles trabalham bastante. Cuidam... eu acho que eles tentam resgatar os jovens. Fiquei também sabendo dos grupos de jovens que haviam. Eu acho que eu não participava da comunidade. E era por isso que eu achava que ela não existia. Achava que era cada um, por si. Mas realmente existe, era só eu participar. Era eu dar a minha força lá dentro.” (Gerlene, 17 anos)*

*“Eu acho que a minha visão da comunidade hoje é mais assim pro lado experiente, que as pessoas que já fizeram eu admiro muito. E eu vejo que essas pessoas estão envelhecendo e quem sabe eu não possa ficar um dia no lugar dessas pessoas?” (Juvenilda, 18 anos).*

Em geral, os depoimentos acima apontam para certo desligamento dos jovens de atividades e grupos da comunidade. Para alguns destes jovens, antes de participação no projeto, pouco interessava o que acontecia na comunidade ou no bairro em que vivem. **Foi a partir da experiência no curso do projeto que eles começaram a perceber a comunidade** e a valorizar a movimentação dos grupos existentes.

Mas, para os jovens que tinham certo conhecimento do trabalho comunitário, o projeto trouxe outros ganhos para a sua visão de comunidade. Como mostram esses outros depoimentos:

*“Pra mim, comunidade é você estar bem com as pessoas. É você ver aquela pessoa certa. É você olhar pra frente e nunca olhar pra trás (...) Depois do projeto a minha visão mudou. Eu tiro assim pelo jeito da Bernadete. Porque do jeito que ela quer a comunidade, eu espero que ela consiga. Porque lutar com crianças de rua ... isso que é a comunidade, do jeito que ela faz. Pegar essas criança na rua e botar dentro de um projeto... e fazer alguma coisa com eles. Lá é só o que tem. Tem um sítio bem grande. Porque não pega todas essas crianças e num faz a mesma coisa?” (Magda Bastos de França, 17 anos).*

*“No meu ponto de vista, eu acho o seguinte”. Comunidade são várias pessoas em busca de um objetivo. Eu acho que a participação seria estar lá dentro junto com aquelas pessoas, em busca de um objetivo. Ou seja, em busca de uma melhor qualidade de vida, de um melhor respeito, de um melhor relacionamento com os outros. Tudo isso faz parte do trabalho em comunidade. Se eu fizer a minha parte, eu acho que eu vou servir de exemplo para outras pessoas. E assim, todos nós faríamos uma boa comunidade. E nos daríamos muito bem. Porque a comunidade não é só várias pessoas morando próximas. A comunidade é a união de várias pessoas, também.*

*Com certeza o projeto está me influenciando e pra melhor, com relação à comunidade. “Com as lições de cidadania, eu estou aprendendo o que é ser cidadão e eu sei como respeitar a minha comunidade ou melhorá-la.” (Reginaldo, 17 anos)*

Alguns jovens desenvolvem um **conceito político bem elaborado sobre o trabalho comunitário**, quando a comunidade é caracterizada como o lugar do bem comum, da união em busca de um objetivo, em busca de qualidade de vida, de um melhor relacionamento com os outros. Esse é um elemento que aponta o caráter de educação política que o projeto ofereceu aos educandos.

Mas, outro elemento também interessante, é a capacidade que alguns adquiriram de distinguir entre os diversos tipos de grupos existentes em sua comunidade, diferenciando aqueles que, em sua concepção, contribuem com a comunidade e os que não contribuem. É o que mostram os depoimento abaixo:

*“É importante o trabalho na comunidade, com pessoas que realmente queiram ajuda. Tem pessoas que ajudam na Igreja, tem pessoas que auxiliam em escolas, com vontade, como eu falei. Tem também os líderes comunitários como a Bernadete. Ela não é uma líder comunitária, faz o papel. Porque ela mesmo já falou pra gente que não é líder comunitária. Mas ela faz o papel de líder, só que não faz assim direta, mas ela falou que não é...Pra mim mesmo, onde eu moro tem uma senhora que se diz líder da comunidade. Só que as pessoas em vez de procurar ela lá, procura a dona Bernadete. Porque é um pessoal que realmente mostra que quer ajudar, né? E a dona Bernadete nunca... toda vida ela deixou claro que quer ajudar as pessoas . E já essa senhora lá, talvez ela num ajude tanto quanto a dona Bernadete.” (Euclério, 21 anos).*

*“Pra mim, o que é a comunidade”? Eu tiro pela experiência da comunidade onde eu moro, lá no Parque São Francisco. E aí o pessoal lá são meio assim... meio desligado das coisas. Mas, eu, pra mim, eu não entraria em nada desse negócio de comunidade, nada. Pois já me chamaram pra ser presidente da comunidade. Eu disse que não. Que não aceitaria. Porque pra você ir pra uma reunião... o que é ser comunidade? Um dia eu perguntei pra dona Fátima: D. Fátima, o que é ser comunidade? Ela me explicou. Mas eu não acredito nisso.*

*Pra mim, comunidade é você estar bem com as pessoas. É você ver aquela pessoa certa. É você olhar pra frente e nunca olhar pra trás. O pessoal lá só olha pra trás. Jamais eles vão olhar pra frente porque, pra mim, comunidade, eu não significo nada. “Comunidade só é a minha mesmo”. (Magda, 17 anos)*

**Os jovens percebem as contradições e os interesses que movem algumas pessoas que atuam como líderes comunitários**, muitas vezes distantes do bem comum da comunidade. Apesar da existência de vários outros grupos e líderes na comunidade, a

referência de trabalho comunitário que os jovens têm está no Grupo Pé no Chão e na ação de algumas lideranças desse grupo, com destaque para Bernadete. E isso, segundo alguns, mesmo antes de passarem pela experiência do projeto, o que demonstra o reflexo do trabalho do CPEC - Pé no Chão no Canindezinho. Vejamos, então, alguns depoimentos específicos sobre isso:

*“Qualifico o trabalho das lideranças, Bernadete e outros, como uma coisa muito boa. Acho que são pessoas como eles que nos fazem acreditar que nós podemos mudar a situação de nossas vidas e de todo esse país. Porque são incentivos como esse que nos afastam das ruas, das drogas, até mesmo da ignorância. Porque aqui nós aprendemos muitas coisas. E, além dos líderes da Capacitação Solidária, como eu posso dizer ? Eles são como um guia pra gente. Porque a motivação, a dedicação que eles têm pra poder fazer o projeto, mudar as nossas vidas, isso é bastante gratificante. E seria bom se houvesse mais pessoas assim, na nossa comunidade e em todo o país.” (Reginaldo, 18 anos)*

*“O trabalho deles, em geral é muito importante aqui pra comunidade. Eles são cheios de tarefas: cuidam de crianças, cuidam de ... agora em junho tinha quadrilhas e eles se desdobraram, passaram até 3 horas da manhã dançando e 7 horas tava aqui. Então eles tem se desdobrado pra dar o melhor de si, mesmo que , assim dessa maneira, não chega a ser o melhor, mas o possível eles fazem.” (Euclério, 21 anos)*

Por outro lado, esse reconhecimento do trabalho das lideranças do CPEC Pé no Chão passa também pela **percepção de suas limitações e imperfeições**, revelando o potencial crítico dos jovens:

*Eles trabalham bem. Mas em relação a pontos pequenos poderiam melhorar. Mas são coisas que podem passar, com pouco significado. “Atraso das apostilas, nos proporcionando mais diversão, mais lazer.” (Reginaldo, 18 anos)*

*“É muito bom assim, o trabalho do Pé no Chão, do CPEC, porque eles ajudam justamente aquelas pessoas mais carentes: jovens que estão necessitando de uma ocupação, num projeto como esse. Agora que poderia ter mais união. Se houvesse mais união entre o grupo e a comunidade. No sentido de convivência. Conviver mais. Porque eles já convivem bastante com a comunidade, mas ainda não é suficiente. Poderia melhorar. Com alguns eventos que melhorassem... que tivessem muito a ver com a comunidade. Eventos que a comunidade pudesse participar.” (Juvenilda, 18 anos)*

A partir do depoimento acima, nota-se que, em primeiro lugar, o processo de condução dos trabalhos e atividades ligados ao projeto foi centralizado, limitando uma participação mais ampla da juventude envolvida e gerando dificuldades em resolver

alguns problemas cotidianos do projeto. As decisões e ações limitavam-se a duas ou três pessoas, o que muitas vezes dificultou a própria dinâmica do trabalho. Faltou inclusive mais articulação entre as próprias lideranças.

Em segundo lugar, não havia um espaço aberto para a avaliação dos educandos sobre os processos gerais do projeto e sobre a atuação dos educadores e lideranças. Participando do projeto enquanto educador, eu pude perceber que apenas alguns educadores conseguiram abrir-se para uma avaliação dos educandos sobre o seu trabalho. A fala dos jovens, registrada no diário da pesquisa, deixa patente essa limitação.

Nota-se que, a despeito de suas limitações e imperfeições, o tipo de trabalho educativo e comunitário desenvolvido pelas lideranças do CPEC e pelos educadores do projeto tem resultados que considero como típicos de uma Educação Popular. O CPEC é uma entidade que tem certa experiência de trabalho educativo com crianças e jovens, com destaque para atividades culturais, como a dança folclórica, principal atividade do grupo Pé no Chão. Mas o trabalho com jovens numa perspectiva de unir capacitação profissional e formação humana para a cidadania, é uma experiência nova para essa entidade.

Apesar disso, sua prática pedagógica parece que buscou se manter fincada em alguns elementos próprios da Educação Popular, como a participação, a interação e integração entre lideranças, educadores e educandos, a criatividade nas atividades, e a ênfase na formação de uma visão de mundo crítica e política.

Mas, por outro lado, é preciso que haja um constante processo de auto-avaliação das lideranças, na perspectiva de aperfeiçoamento de seu trabalho na comunidade. As críticas de alguns jovens, citadas acima, apontam para as deficiências do processo participativo, o que leva à centralização de decisões e ações nas mãos de um grupo muito reduzido de pessoas do CPEC. Em todos os projetos a serem desenvolvidos, principalmente os que envolvem os jovens, democratizar as discussões e definições é fundamental para que a entidade não acabe reproduzindo as condições da prática do Poder Público, que impõe decisões e regras de cima para baixo, na tentativa de obter um maior controle do movimento popular.

Enfim, a despeito das debilidades e deficiências no trabalho das lideranças do CPEC – Pé no Chão, é inegável a grande contribuição que o projeto trouxe à vida dos jovens. Mais do que a formação profissional, **o crescimento e amadurecimento pessoal e social foram os elementos mais marcantes na experiência destes jovens** durante o projeto. E isso eu atribuo diretamente à forma de trabalho dos educadores e lideranças do CPEC/Pé no Chão.

*“Eu acho que pra mim, o que fica de mais importante é os ciclos de amizade. Desde o curso, com os instrutores e os próprios colegas, na própria empresa que hoje eu posso chegar lá e dizer que eu tenho amigos, né? E na própria entidade que fez o curso, questão do CPEC. É isso. Pra mim a coisa mais importante é a amizade, do que fica realmente.” (Geruza, 19 anos).*

*“O que marcou mais em mim foi à parte pessoal. Porque a gente tratar as pessoas melhor. A gente ter aulas, como eu já disse e torno a repetir, aulas de relações humanas que mostram a gente como é bom tratar as pessoas bem, como ser bem tratado, como é bom você dizer um bom dia. E o modo como à gente conviver com as pessoas. Foi isso que me marcou e que eu vou levar comigo, pra sempre.” (Gerlene M. Cabral, 17 anos).*

Em termos de Educação Popular, acredito que esses elementos são geradores de um potencial humano e político, cujas repercussões se dão no cotidiano dos jovens, nem sempre através de ações militantes, mas por meio de novas posturas frente a situações sociais e políticas que refletem uma transformação em seu jeito de ser e ver o mundo e a sociedade em que vivem.

#### **4.2. Reflexões teóricas em EP, a partir da experiência da pesquisa.**

Partindo dos resultados da experiência educativa do projeto na vida dos jovens, conforme análise acima, vem à tona uma reflexão teórica que considero importante, acerca do lugar de realização da EP. Esta reflexão é fundamentada nas seguintes questões: É possível fazer educação popular nos espaços governamentais ou sob sua influência? Se sim, como são enfrentados os limites políticos e ideológicos desses espaços? Ou somente há legitimidade na educação popular praticada em espaços alternativos? As práticas de EP são legítimas somente se proporcionarem transformações sociais amplas na sociedade?

Estas questões inscrevem-se num contexto de metamorfose das práticas educativas em EP nos anos 90, tornando-se necessário que sejam aprofundadas a partir

da reflexão teórica de autores que têm se dedicado ao estudo dessas novas configurações. Trata-se de um debate que considero essencial para que haja uma constante atualização da proposta da Educação Popular frente aos desafios que a realidade nos impõe. João Francisco de Souza, Maria da Glória Gohn, Paulo Freire, Marco Raul Mejía Jimenez, Rosa Maria Torres, Ivandro da Costa Sales, são alguns dos estudiosos desta problemática com os quais procuro fazer uma discussão teórica em busca de fundamentação para a tese que defendo neste trabalho.

No momento em que vivemos, parecem estar consolidados o estilo de vida imposto pela globalização neoliberal do capitalismo, o consumismo de produtos e indivíduos e o imediatismo e o individualismo exacerbado dominam a vida das pessoas, produzindo seres desprovidos de valores éticos e incapazes de chegarem à plenitude da realização da dignidade humana. Como afirma Souza:

*“As atuais relações sociais impedem que nos realizemos como seres humanos. Parece que essa constatação nos impõe a necessidade de sua transformação e de construção/ consolidação de outras relações sociais” (Souza, 1988:69).*

Assim, é fundamental que existam práticas educativas, como a do projeto que aqui apresento, porque, a despeito de suas debilidades, elas procuram fomentar nos jovens educandos visões diferentes de mundo e outras ou novas relações sociais, valorizando o trabalho em grupo e a comunidade, que são instrumentos de recomposição de valores como justiça, solidariedade, igualdade e dignidade humana. Estes são alguns princípios fundamentais da EP.

Em geral as práticas de EP questionam e se colocam em contraposição à prática educativa tradicional e sistemática da sociedade capitalista, que não dá condições para que educador e educando sejam sujeitos críticos e políticos capazes de criar e promover transformações sociais necessárias para a realização de uma sociedade melhor para todos.

Assim, somente podem ser consideradas como práticas de EP, as ações educativas de caráter político, que possam levar os educandos a um compromisso com a transformação da sociedade em que vivem. Trata-se de um processo educativo libertador e popular, que se contrapõe à proposta educacional burguesa, buscando



superá-la, a fim de formar sujeitos politicamente conscientes e aptos a construir um processo de transformação da realidade, a partir do saber e da cultura popular.

Paulo Freire considera essa educação burguesa como “bancária”, “domesticadora” porque não se comunica com o educando, mas apenas coloca ou “deposita” nele conteúdos que devem ser repetidos e não recriados:

*“Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção ‘bancária’ da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam.” (1970:58)*

Nesta prática educativa, portanto, o único sujeito ativo do processo é o educador. O educando é um mero objeto. É o educador que detém sozinho o conhecimento e a capacidade de pensar. É ele que determina todas as relações no ato educativo, definindo os conteúdos programáticos e o que os educandos devem ou não fazer. (idem, p. 59)

Neste sentido, Freire propõe uma prática educadora que possa superar essa educação bancária, controladora que nega o educando enquanto também sujeito do processo educacional. Uma educação que devolva a liberdade do educando e o valorize como indivíduo pensante e produtor de conhecimento. Uma educação que problematize a realidade, gerando no educando uma consciência crítica sobre sua situação de dominação e exploração dentro das relações capitalistas. Uma prática pedagógica onde a relação educador–educando se constrói através do diálogo, que devolva ao educando a sua humanidade e o seu lugar de sujeito da história. Trata-se da Pedagogia do Oprimido:

*“(...) aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará.” (idem, p. 32)*

Na concepção de Freire, portanto, a principal diferença entre a concepção “domesticadora”, “bancária”, da educação burguesa, e a educação libertadora, popular, pode ser identificada no modo como encaram o educando e no seu objetivo político maior. A educação “bancária” considera o educando como um objeto receptor/repetidor passivo de informações e tem como objetivo do processo educativo a manutenção do

*status quo*, das relações sociais de dominação e opressão capitalistas. Já a educação libertadora encara o educando como um agente produtor ou criador de um conhecimento que o torna mais humano, capaz de interagir e transformar sua própria realidade:

*“(...) A primeira, como prática ‘domesticadora’, não importa se os educandos estão conscientes disto ou não, tem, como conotação central, a dimensão manipuladora nas relações entre educadores e educandos em que, obviamente, os segundos são objetos passivos da ação dos primeiros. Desta forma, os educandos, como seres passivos, devem ser ‘enchidos’ pelas palavras dos educadores, ao invés de serem convidados a participarem criadoramente do processo de sua aprendizagem. (...) Por outro lado, em tal prática educacional, as estruturas sociais nunca são discutidas como um problema a ser desnudado. Pelo contrário, elas são mitologizadas por diferentes formas de ação que reforçam a ‘consciência falsa’ dos educandos.*

*(...) A educação para a ‘domesticação’ é um ato de transferência de conhecimento, enquanto que a educação libertadora é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade.”(1974: 104-105)”.*

Para Freire, então, o conceito de educação libertadora, que pode ser compreendido como a própria prática da educação popular, está ligado, por um lado, à produção interativa, dialógica, do conhecimento e, por outro lado, ao desenvolvimento de um método educativo que favoreça ao educando uma ação na sociedade que seja revolucionária e transformadora da realidade.

Assim, nesta perspectiva de Paulo Freire, posso afirmar que a educação popular, como prática libertadora, apresenta-se como uma ação educativa centralizada numa proposta de formação e desenvolvimento de uma consciência crítica acerca da realidade. Uma educação que proporcione ao educando uma visão política capaz de possibilitar o seu engajamento na transformação da realidade social em que vive.

Para Mejía Jimenez, o sentido e o diferencial da EP, enquanto educação libertadora, está na transformação social que supera o capitalismo, e que se dá através da ação social e política comprometida com essa transformação. Trata-se de um opção fundamental da EP:

*“(...) O sentido profundo do conceito de educação popular como é entendido aqui, está definido pela sua opção básica de transformação social anticapitalista. Seu direcionamento está marcado pela renúncia e pela disposição de lutar pela construção de uma nova sociedade, diferente daquela que nos legou o capitalismo” . (1989:44-45).*

Afirma que, sendo uma perspectiva libertadora, a EP deve conter como elementos característicos:

- “- cultura específica em que está inserida a prática”;
- Conjuntura concreta na qual se realiza a atividade, tendo como ponto de partida os interesses, necessidades e desejos dos grupos populares;
- Intencionalidade política de transformação social onde se inscreve a atuação (opção ética);
- Metodologia de cunho dialético que se concretiza em métodos diversos de acordo com o grupo e o setor;
- Relação educação-organização-prática social;
- Coerência entre concepção pedagógica e concepção política, e manifestação dessas através do método;
- Processo organizativo onde se integra ou produz, procurando que o direcionamento do processo seja controlado pelos setores populares através de suas organizações e grupos de base;
- Geração de processos de sistematização e teorização que racionalize, teorize e torne possível o avanço do processo, libertando-o do empirismo.”(1989:45)”.

Essa caracterização da EP faz dela uma prática educativa capaz de superar até os seus momentos mais difíceis, como o processo da chamada “crise” ou retração dos movimentos sociais nos anos 90, identificada no contexto da consolidação democrática brasileira e do avanço neoliberal no país, que trouxe o aprofundamento da miséria e das desigualdades sociais (Oliveira, 1994; Matos, 1998).

Para Mejía Jimenez, a conjuntura de agravamento da crise econômica e da miséria na América Latina, na referida década, não torna a educação popular um prática superada, mas sim a refundamenta como instrumento político necessário para a emancipação da cidadania no meio popular. De maneira sintética, ele reafirma os principais elementos sobre esse ser da educação popular na atualidade:

*“(1) Opção ético-política pela transformação; 2) Intervenção intencional, de corte educativo; 3) Construção de um poder popular; 4) Construção do coletivo como organização; 5) Compromisso com a qualidade de vida” (MEJÍA, 1994: pp. 83-84).*

Na última década, entretanto, em termos de estudos e abordagens de EP, novos debates têm sido travados, trazendo outras perspectivas de análise que refletem as novas experiências vividas pelos agentes da EP. O debate mais corrente tem sido entre as que eu chamaria de abordagens da “**macro-política**”, que defendem uma prática de EP voltada para uma conscientização política no educando que seja capaz de levá-lo a uma forte militância nos movimentos sociais e populares com vistas à transformação revolucionária das estruturas da sociedade capitalista, e a abordagem da “**micro-**

**política**”, que valoriza o cotidiano e a subjetividade dos indivíduos como lugar e instrumento fundamentais para se construírem relações sociais e políticas potencialmente capazes de promover significativas mudanças na visão de mundo e nas relações de educador e educando, gerando um processo contínuo de transformação.

Para Maria da Glória Gohn, principal defensora da abordagem macro no Brasil, a EP vai se realizar na própria prática dos movimentos sociais populares. Na sua visão, **é** nos movimentos sociais que o processo educativo se desenvolve a partir de algumas experiências de aprendizagem, vividas nas relações cotidianas da luta militante. São elas:

*“(1) a aprendizagem a partir da relação com os detentores do poder público e privado”;*

*2) a aprendizagem a partir do exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe;*

*3) a aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas;*

*4) a aprendizagem gerada no contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento;*

*5) a aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento”. (GOHN, 1994: 50-51).*

Analisando as diversas experiências da EP na América Latina nos anos 90, Gohn afirma a existência de um redirecionamento dos objetivos da EP, provocando uma alteração no sentido de suas ações. Afirma que antes, principalmente durante os anos 70 e início dos anos 80, os objetivos se voltavam mais para o contexto geral, com uma análise macro da estrutura da sociedade, mas que desde o início da década de 90, passaram a se direcionar mais para os indivíduos, tendo em vista sua cultura e representações.

*“(...) concluímos que nos anos 90 houve um redirecionamento dos objetivos da EP que alterou o sentido de suas ações. Antes os objetivos estavam centrados mais no contexto geral, na política, na estrutura da sociedade. Depois, os objetivos voltaram-se mais para os indivíduos em si, sua cultura e representações. (...) No novo paradigma – há algo a ser repassado – de forma competente, com conteúdo, e que deve gerar uma reação nos indivíduos de forma que ele confronte o recebido com o que possui, de sua experiência anterior e visão de mundo, e o reelabore. Isto significa que os*

*indivíduos e os grupos têm de repensar seus próprios conhecimentos e experiências.” (2.000: 02).*

Gohn faz uma severa crítica a esse modelo de EP cujas experiências valorizam o indivíduo, sua subjetividade e seu cotidiano, como destinatários e sujeitos ativos da produção do saber. Acusa as Ongs e agentes de EP – envolvidos em projetos sociais com financiamento ou em parceria com organismos governamentais – de estarem incorrendo em práticas neoliberais. Aponta nestas práticas – que ela define como típicas do Terceiro Setor – uma descaracterização da EP que teria perdido o seu potencial conscientizador e transformador da realidade mais ampla, preferindo agir dentro dos limites de políticas públicas que teriam como objetivo promover um processo de inclusão precária dos excluídos da sociedade.

Para Gohn, os agentes de EP passam então a serem politicamente menos contestadores e mais moderados porque dependentes – ou até atrelados – aos interesses governamentais ou de grupos políticos influentes nas políticas públicas. Diz ela:

“O campo da Educação Popular se ampliou, ela deixou de ser algo alternativo, marginal à política estatal; ela ganhou centralidade nas políticas sociais. Mas sua natureza também se alterou, não se trata mais da EP conscientizadora do passado; suas práticas alteraram seu perfil político: de contestação à ordem, busca da igualdade via pressões e movimentos para obterem direitos sociais, passou-se a ter práticas mais legalistas, mais voltadas para incluir, ainda que precária e marginalmente, os excluídos pelo sistema econômico mais geral.(...)”

“(…) a não politização dos temas sociais – recomendada pelas novas diretrizes das políticas públicas estatais – reorientou as ênfases dos projetos sociais, dando-lhes perfis modelados pelos projetos neoliberais.” (Gohn, 2.000:08).

Analisando a posição desta autora, não posso deixar de discordar. Afirmar que a prática das Ongs em geral, que trabalham em projetos sociais ligados à EP com financiamento ou algum outro tipo de apoio de organismos governamentais, identifica-se com a ideologia neoliberal é negar a grande diversidade de interesses e práticas que caracterizam o campo de atuação da EP. É desconsiderar o infinito número de possibilidades que as relações humanas apresentam, esquecendo que o novo e transformador surge desta diversidade.

Se, por um lado, existem entidades ou Ongs que desvirtuam os objetivos e princípios da EP em nome de interesses políticos ou econômicos de suas lideranças ou grupos específicos, em detrimento da maioria, por outro, existem experiências de Ongs

em projetos de EP – com ou sem a ajuda governamental – que contribuem de maneira fundamental para a mudança na qualidade de vida de diversas comunidades espalhadas pelo Brasil e América Latina, sem perderem sua autonomia ou sua capacidade de denúncia ou pressão aos governos, diante das necessidades de efetivação dos direitos de cidadania do povo excluído. Acredito que a prática do CPEC Pé no Chão, analisada neste trabalho, se enquadre neste perfil

Maria da Glória Gohn insiste na existência dicotômica entre os níveis macro e micro da realidade. Acredita que a transformação do sistema capitalista somente poderá acontecer se o processo de conscientização tiver como referência a análise macro-estrutural dos processos sociais e econômicos. Aponta uma mudança de eixo no processo de conscientização da EP, destacando que a prática política deixa de ser questionadora da realidade e instrumento de luta para a transformação da sociedade, passando a ser um mero instrumento de negociação social. Para Gohn, a conscientização começa a ser encarada como um processo basicamente psicológico, individual e subjetivista que não visaria uma ação política concreta, mas somente a formação de atores sociais propositivos dentro da sociedade estabelecida. Neste processo, destaca uma possível influência das idéias neoliberais :

*“O interessante deste processo será a redefinição do processo de conscientização, antes centrado na política com P maiúsculo, utilizando metodologias mais inquisitivas, questionadoras do status quo; para um sentido de conscientização como um processo de negociação de atores sociais em posições diferentes; quem ensina, quem aprende. A horizontalidade da relação é posta em questão. As novas orientações enfatizam um processo de conscientização mais psicológica- de um lado, ele está centrado nos indivíduos, em sua cultura; de outro, ele trabalha o emocional, estimulando a expressão dos desejos e aspirações. Trata-se agora de um processo focado numa mudança de comportamento e atitudes; de incorporação de novos valores e práticas. A metodologia é mais problematizadora no sentido da busca de formulação e soluções alternativas sustentáveis; a interação é estimulada para o pensar coletivo sobre ‘como fazer’, ‘como resolver’, ‘como agir’, ‘como intervir a partir de um projeto, de uma idéia’. Não podemos deixar de ver a influência de algumas idéias neoliberais nas novas diretrizes preconizadas à EP.” (Idem, p. 10).*

Com esse tipo de abordagem, entretanto, a autora desqualifica o cotidiano enquanto espaço privilegiado de formação da consciência dos indivíduos, cujas relações geram processos políticos coletivos que podem se revelar, até no nível macro, a médio ou longo prazos. As práticas de EP em projetos sociais inseridos no contexto de

crystalização ou proposição de políticas públicas, quando são fiéis aos seus princípios ético-políticos e auto-gestionários norteadores, geram sim novas práticas e valores que, ao contrário do que a autora afirma, se contrapõem aos (contra) valores neoliberais. O sentido da política com P maiúsculo não é perdido, mas antes é aproximado à dimensão do micro, do cotidiano dos educandos – fazendo parte da formação de sua subjetividade – cujas relações têm na convivência social – na família, na escola, na rua, na comunidade, nas igrejas, no trabalho – um efeito macro-social significativo.

Neste sentido, existe sim um processo de negociação entre atores sociais, mas a perspectiva é de garantir cada vez mais a horizontalidade das relações de aprendizado. Em se tratando do processo pedagógico específico da EP, o educador é apenas mais um componente que contribui para a direção do processo de aprendizagem, não é o seu elemento principal, o que deve contribuir para que a transformação produzida nos atores sociais e na realidade mais ampla seja mais autêntica.

Para Paulo Freire, a EP caracteriza-se como uma prática educativa que acredita nos conteúdos políticos enquanto instrumentos fundamentais de libertação do educando. Entretanto, ele não aponta com clareza os espaços sociais de militância política para a transformação social que defende. Afirma que o caráter popular de sua proposta pedagógica indica que os movimentos populares podem funcionar como instrumentos privilegiados dessa militância (1989: 19-20).

Nesta perspectiva, pode-se concluir que Freire não toma a dimensão macro da realidade como caminho único de transformação. Aponta o cotidiano popular como um elemento gerador de necessidades e também de soluções para elas. Essas soluções, inicialmente individuais, se traduzem em meios ou estratégias de resistência e enfrentamento daqueles que detêm o poder dominante.

*“Estamos em um momento em que vai sendo descoberto o limite da necessidade. Vai se apalpando soluções para a transformação da necessidade popular. O cotidiano sugere essas soluções. Sugere contornos e freios à ganância de quem tem poder” (Freire & Nogueira, 1989: 23)*

Estas necessidades individuais, entretanto, através da EP, vão se tornando coletivas, gerando atitudes grupais organizadas que aperfeiçoam e ampliam as formas de lutas e resistências, fortalecendo o elemento popular enquanto classe.

*“As pessoas descobrem, dia após dia, que estão resistindo (por exemplo...) às ameaças de desemprego, estão resistindo à rotatividade de pessoas para manter baixos salários etc.; em seguida, não é difícil descobrir nos dominados a resistência. Quero dizer, começam a surgir ações coletivas buscando obter algum resultado positivo para todos aqueles que resistem. É a eficácia da resistência retroagindo sobre a opressão. O que é que houve aí? Ocorreu o quê? Ocorreu que o grupo reuniu as variadas percepções individuais. Reuniu e tirou uma postura coletiva (...)” (Idem, p. 23)*

Movimentando o debate sobre a relação entre as dimensões macro e micro da realidade, autores como Calado (1998), Mejía Jimenez (1989;1996), Torres (1988) e Sales (1999) defendem a importância da valorização das relações e processos do cotidiano dos atores sociais – educando e educador – como instrumentos significativos de construção contínua de uma nova sociedade.

Nesta perspectiva, torna-se fundamental que se trabalhe, durante os processos de Educação Popular, a valorização da subjetividade dos educandos formada no seu dia-a-dia de convivência social, enquanto fator significativo de educação política para a cidadania e de realização de transformações da realidade micro-social.

Para Calado (1998), estar atento às conseqüências de sua ação educativa nas relações sociais cotidianas do educando é um desafio que deve ser assumido pelos agentes de EP. Esse universo de convivência social pode revelar outras faces da educação política, muitas vezes mais significativas para o educando do que a dimensão da militância. Afirmo o autor:

*“Assumo a categoria Cotidiano na acepção de uma malha de relações humano-sociais e como um bom parâmetro ou instrumento de aferição da qualidade de nossa práxis de educadores e educadoras populares, inclusive em nossa condição de pesquisadores/as. Refiro-me à extraordinária multiplicidade de experiências e situações em que nos vemos envolvidos, no curso de nossa existência, estendendo-se do ambiente doméstico às macro-relações de poder, passando pelas motivações de trabalho, jeitos/modos de gerir/articular os diferentes momentos do nosso dia-a-dia, de acordo com nossas visões de mundo e de sociedade, nossa posição ética frente às situações de conflito, nossa capacidade de articular teoria e prática, gestos e palavras, enfim: (re) significando continuamente as ações e expressões do nosso corpo, de nossa subjetividade, descobrindo suas potencialidades, a partir da tomada de consciência dos limites/sombras/misérias de que também é tecido o nosso dia-a-dia” (Calado: in Vorraber Costa, 1998: 137-138).*

Mejía Jimenez também afirma que a prática da educação popular não possui caminhos exclusivos. Chama a atenção para a diversidade de práticas sociais que



marcam as experiências de EP no Brasil e na América Latina. Segundo ele, essas múltiplas e diferentes experiências devem ser valorizadas, pois se complementam e trazem à educação popular novas problemáticas que contribuem para a sua atualização. Assim, o autor destaca o despertar da EP para a valorização do cotidiano como espaço de libertação contínua:

*“A educação popular enfatiza a perspectiva micro enquanto descobre no que fazer concreto um lugar de transformação que impulsiona já, a partir de aqui e agora, a construção de nova sociedade e cria condições para que ela possa se concretizar”.*(...)

*(...) Neste sentido, a educação popular promove, a partir de suas formas, conteúdos e múltiplas atividades, a necessidade de forjar valores que realmente sirvam como suporte precursor da sociedade que buscamos construir, mantendo a possibilidade – no interior da opção popular – de autonomia, capacidade crítica e livre opção.”*(Mejía Jimenez, 1989: 44;52)”.

Este autor considera portanto necessário haver uma articulação entre as dimensões macro e micro da realidade, garantindo que a diversidade de experiências contribui para a atualização da proposta transformadora da EP. Eis aqui, a meu ver, sua principal diferença com a postura de Maria da Glória Gohn.

Mejía Jimenez revela a importância do cotidiano como espaço de se firmar e pôr em práticas valores que se contraponham à lógica capitalista e que se tornem uma forma concreta de antecipação da vivência da nova sociedade que se deseja constituir. Para ele, a vida cotidiana é espaço para o surgimento de novas reivindicações subjetivas, anteriormente negadas ao pensamento crítico, que podem gerar uma nova ordem política. Diz ele:

*“Abre-se espaço para reivindicações subjetivas, aspecto sempre negado ao pensamento crítico”. Para a educação popular e os movimentos sociais, a trama do imaginário constrói e recoloca a ação dos grupos humanos.*(...)

*(...) A vida cotidiana encontra a sua expressão. Nunca anteriormente se encontrou uma expressão de poder que procurasse na vida imediata das pessoas os núcleos geradores de uma nova forma de existência do poder, com mecanismos e instrumentos metodológicos que os colocassem na corrente da nova disputa do terreno social.”* (Mejía Jimenez, 1996: 32-33).

Para Rosa Maria Torres, ao restringir as transformações sociais unicamente à sua dimensão macro, a abordagem da EP, na qual se inscreve a concepção de Gohn, acaba

por esquecer o caráter processual destas transformações, não percebendo que elas já começam a acontecer a partir da própria vida dos educandos. Essa visão de EP acaba por não valorizar as mudanças que os educandos sofrem em suas relações cotidianas, nos níveis familiar e comunitário. Para Torres, a lógica da EP, baseada na oposição individualismo/cooperação, acaba por negar as transformações pessoais e subjetivas que se operam nos educandos, sendo capazes de gerar grandes transformações sociais no nível micro:

*“(...) a lógica imperativa do grupo, baseada na oposição individualismo/cooperação e nas equivalências indivíduo = individualismo e grupo = cooperação, termina por negar a importância do indivíduo e de sua própria transformação como pessoa (...)” (1988: 64).*

A autora considera os objetivos de transformação desta prática da educação popular, como uma visão “operativista e imediatista” que contribui para a existência de equívocos na prática educativa da EP. Para ela, é um equívoco esperar que, de pequenos eventos educativos, surjam grandes mudanças sistêmicas significativas numa comunidade ou bairro. Considera simplistas os esquemas metodológicos que tratam à mudança social como um passo seguinte ao final de um programa a ser rigorosamente cumprido pelos educandos, como uma tarefa obrigatória ao final de um processo.

*“O próprio mecanismo com que se tem chegado a interpretar esse esquema metodológico tem levado muitas vezes a ‘transformação da realidade’ a ser tratada como um problema pedagógico e, também, como um passo metodológico a ser cumprido rigorosamente ao término de todo o programa, evento ou material. Tal mecanismo tem chegado, em certas ocasiões, ao limite de interpretar esse ‘transformar a realidade’ como uma ação física ou, também, como uma tarefa que devem realizar os educandos.” (Idem:65).*

Neste sentido, Torres também acena para a importância da descoberta do micro, com a valorização do cotidiano, pelas experiências de educação popular. Ela faz uma reflexão sobre a maneira como são aplicados na prática cada um dos aspectos da EP, enquanto prática pedagógica, libertadora, comunicativa, crítica, participativa, processual, integral e de transformação social. Faz ferrenhas críticas às contradições entre o discurso e a prática da EP, na vivência desses aspectos, principalmente no que concerne à concepção do momento da transformação da sociedade.(1988: 62-66)

Para ela, a EP tem o propósito de contribuir para a transformação social da realidade, também gerando condições para a construção de uma nova sociedade. O

fortalecimento popular seria o principal meio que a EP usa na busca de realizar esse objetivo. O centro de sua crítica, no entanto, está no caráter macro e imediatista das transformações sociais esperadas pelos agentes da EP:

*“(...) o que se entende por transformação parece apontar e centrar-se na totalidade social – ‘transformar o sistema’, construir uma nova sociedade, etc. – sem que se levem em conta devidamente as mediações entre esse grande projeto e os passos necessários para chegar a ele, começando pelos indivíduos e grupos concretos em suas relações e práticas cotidianas.” (1988: 64).*

Torres reitera a importância do cotidiano como espaço de vivência das transformações sociais que a EP busca promover rumo a uma nova sociedade. Lembra que as relações vividas no dia-a-dia, longe dos possíveis direcionamentos de líderes ou assessores, podem ser configuradas com mais liberdade de criação, gerando mudanças nos educandos e educadores. Isto no entanto, requer um conhecimento mais profundo da realidade psíquica dos atores sociais populares, sujeitos da transformação pretendida:

*“(...) uma vez de fora da reunião, e sem a tutela dos seus ‘conscientizadores’, a dinâmica de reprodução cotidiana segue tendo mais peso que a dinâmica possível da mudança, na ausência desse esforço rigoroso, sustentado e integral que a própria EP considera como imprescindível para uma frutífera tarefa educativa entre os setores populares. A própria prática vem mostrando que as mudanças subjetivas exigem muito mais que boas intenções, compromissos políticos ou clareza ideológica, que requerem um conhecimento aprofundado da realidade psíquica dos indivíduos e grupos populares a cuja transformação se pretende contribuir.” (Idem:66).*

Já para Ivandro da Costa Sales (1999), o objeto central da educação não é a produção de conhecimentos e conteúdos rumo a uma transformação maior, pois esta é apenas uma dimensão da educação, a intelectual. Para ele, o sentido ou objeto da educação, e particularmente da EP, é a produção/reprodução de novos saberes. O conhecimento é uma dimensão do saber, pois se apresenta distanciado das relações afetivas e práticas cotidianas. Afirma Sales:

*“O conhecimento é uma dimensão do saber. É sua dimensão intelectual. O saber é o sentir/pensar/agir dos grupos, categorias, classes sociais. O saber inclui, portanto, a dimensão intelectual, a dimensão afetiva e a dimensão prática. O saber é cultura (...) A educação, portanto, não é o processo de produção, transmissão, reprodução de conhecimento. É a produção ou reprodução de modos de sentir/pensar/agir.” (1999:111-112).*

Segundo esse autor, a desvalorização do sentir/pensar/agir, elementos da subjetividade humana, traz sérias conseqüências para a prática educativa, como: a desqualificação de dimensões importantes do ser humano, gerando um empobrecimento das pessoas; não vivência autêntica da participação e comprometimento da eficácia transformadora da EP. Diz ele :

*“Desqualificam-se dimensões fundamentais da vida das pessoas, o que do ponto de vista da educação popular que se pretende, significa desqualificação e empobrecimento das pessoas; não se vivência a participação, ao se impor às pessoas e aos grupos alguns objetivos, conteúdos, metodologias e formas de gestão que não têm ressonância e importância em sua vida. E compromete-se a eficácia da atuação, quando não se considera a realidade subjetiva das pessoas de quem se deseja estar junto ou a quem se pretende prestar um serviço.”*  
(Idem: 112)

Afirmando que a educação é a *produção/reprodução* do saber, e saber é cultura, Sales lembra que esta (a educação) está inserida num contexto que a influencia e a determina. A educação constitui-se dentro de um contexto de relações econômicas, políticas e culturais que produzem profundas implicações em sua prática (Ibidem, pág.113-114).

Neste sentido, o resultado que se espera do processo educativo, particularmente em EP, não é a produção de erudição, mas a geração de elementos ou instrumentos adequados às lutas sociais, econômicas, políticas, religiosas, etc. do cotidiano.

*“O indicador de resultado que aqui se pretende não é, portanto, a erudição. É situar-se bem no contexto de interesse. É usar armas adequadas nas lutas por interesses econômicos, políticos, culturais, afetivos, religiosos...é a serenidade no modo de lutar.”* (1999:115).

Assim sendo, aponta como perspectiva para a EP um trabalho de:

*“(...) apuração, organização, aprofundamento do sentir/pensar/agir dos excluídos do modo de produção capitalista, dos que estão vivendo ou viverão do trabalho, bem como de seus parceiros e aliados em todas as práticas e instâncias da sociedade. E essa apuração/organização do saber, ou do sentir/pensar/agir já é a construção de uma sociedade em que as pessoas e outros elementos da natureza serão vistos e tratados como agentes humanos e materiais da produção de bens, serviço e cultura para a sociedade e não como produtores de mercadoria para quem pode comprar.”* (idem)

Em outras palavras, a EP apura/organiza/aprofunda dimensões fundamentais da subjetividade humana, na perspectiva de ampliar e qualificar o saber existente,

construído na vida cotidiana dos indivíduos. Com isso, engendram-se condições de recriação do cotidiano popular que levam à produção de relações sociais capazes de romper com a lógica capitalista do lucro/individualismo/consumismo.

Assim sendo, a nova sociedade passa a tornar-se realidade já no processo educativo, e não deve ser mais considerada como algo distante, atingível apenas como fase final de um processo amplo que necessariamente teria um desfecho macro-estrutural na sociedade. Diz Sales:

*“(...) a Educação Popular é a formação de pessoas mais sabidas e mais fortes para conseguir melhor retribuição à sua contribuição econômica, política e cultural; mais sabidas e mais fortes para serem reconhecidas como pessoas e trabalhadoras; mais sabidas e mais fortes para serem tranqüilas e felizes e para terem uma convivência construtiva e preservadora com o meio ambiente físico e humano.” (Ibidem).*

Em sua reflexão sobre as formas concretas de realização da EP, Sales chama a atenção para as formas de luta que derivam da educação popular. Lembra que muitos teóricos somente consideram como efeitos da EP as lutas sociais e políticas que visam uma tomada/conquista do poder político governamental na sociedade, tomada da sede do poder central de um sistema social, político e econômico. Para ele, o poder não pode ser mais identificado num só lugar ou grupo social específico. O poder está em todas as relações sociais, permeia todas as dimensões do cotidiano, pois a lógica capitalista assim se entranha na sociedade.

*“(...) o poder não mais está em um só lugar, numa sede, num palácio. As relações capitalistas, seu estilo de vida, sua cultura, bem como a existência e as formas novas e alternativas de produzir, governar, viver, pensar perpassam toda a sociedade. Estão em todos os poros da sociedade.(...) A dificuldade é que temos uma educação que só nos prepara para o ‘fim da história’. A felicidade está sempre depois (...) Sempre felicidade ou infelicidade completas. Talvez, para ser feliz, não seja aconselhável pensar em sistema, em felicidade completa, em ausência de sofrimentos, tristezas.” (1999: p.120).*

O autor, portanto, defende que a felicidade é um processo de construção cotidiana e que a educação popular deve, sim, contribuir no dia-a-dia, para que ela se concretize nas vidas, individuais e coletivas, dos educandos, tornado-se, em suas próprias práticas, antecipação/prenúncio da nova sociabilidade.

Enfim, é preciso perceber/sentir que cada mudança de vida ou abertura crítica dos educandos para perceberem melhor as tramas da sociedade em que vivem, constituem-se em elemento que fundamentam a realização das novas relações, prenúncio de que um outro mundo e uma outra sociedade são perfeitamente possíveis. E a transformação cotidiana, lenta, microscópica, pode ser o caminho político de uma revolução maior na sociedade.

Neste sentido, para Sales, a educação popular é passível de ser praticada em qualquer espaço popular de relações sociais. Ela pode existir, ou não, tanto em espaços onde há a influência direta das relações governamentais, como nos espaços coletivos alternativos e populares. Afirmo ele:

*“Sustentamos que é possível fazer educação popular nos espaços governamentais. Supomos também que é possível fazer educação antipopular em espaços populares alternativos. A nossa educação popular é uma perspectiva e um modo de atuar, modo que é uma exigência de coerência com a perspectiva de formar pessoas mais sabidas e relações sociais mais justas e felizes. Com efeito, o objetivo de formar pessoas mais sabidas, participativas, felizes, seguras, serenas e que convivam bem com todos os elementos da natureza, exige um modo específico de atuar. Exige que os objetivos sejam antecipados já no modo de atuar.” (1988:116).*

Ou seja, o elemento revelador de uma prática de EP é o modo de atuar de seus agentes educadores que deve ser coerente com os princípios e valores em que a educação popular se fundamenta. Neste sentido, é possível sim a realização da EP em espaços sob a influência de relações governamentais, desde que o comprometimento dos educadores com a EP seja suficientemente forte e capaz de romper com os limites, padrões e controles de suas implicações institucionais.

Nesta perspectiva, referindo-se à noção de revolução molecular, Félix Guatarri também afirma a importância das mudanças cotidianas “microscópicas” enquanto afirmação de uma singularidade que pode ser capaz de superar a singularidade capitalista:

*“A idéia de revolução molecular diz respeito sincronicamente a todos os níveis: infrapessoais (o que está em jogo no sonho, na criação, etc.); pessoais (por exemplo, as relações de auto-dominação, aquilo que os psicanalistas chamam de superego); e interpessoais ( a invenção de novas formas de sociabilidade da vida doméstica, amorosa, profissional, na relação com a vizinhança, com a escola, etc.).*

*(...) A revolução molecular consiste em produzir as condições não de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no campo subjetivo.”(1986: 46)”.*

Trata-se de perceber que as relações sociais cotidianas, construídas a partir de comportamentos singulares que questionam a lógica de comportamentos e valores capitalistas, podem gerar uma teia de relações capazes de se contrapor ao sistema de relações dominante.

Esta abordagem, defendida por Sales e outros autores citados, é a que defendo neste trabalho, por acreditar que as relações sociais e os processos educacionais são ricos em possibilidades de aperfeiçoamento, podendo ser redefinidos conforme os princípios, o compromisso e as práticas dos educadores populares. A experiência do CPEC Pé no Chão, acredito, inscreve-se nesta perspectiva, ainda que apresente limitações e equívocos na sua prática educativa popular.

#### ***4.3. Análise Institucional: “um fio condutor”.***

Para um leitor atento, não é difícil perceber que a abordagem institucionalista permeia todo o desenrolar deste trabalho, pois sua base analítica está construída a partir das relações sociais estabelecidas durante a experiência de EP pesquisada, tendo o ponto de vista dos educandos como referente. A minha própria postura auto-analítica, enquanto pesquisador, preocupado em mostrar o cotidiano da produção da pesquisa, revelando minhas próprias relações de envolvimento pessoal com a comunidade pesquisada, é um indicador desta postura institucionalista.

Vale salientar que essa postura auto-analítica, voltada para o registro do cotidiano da pesquisa, é consequência do processo de evolução em minha experiência de pesquisador. Herdeiro de uma formação acadêmica sociológica fortemente influenciada pelo objetivismo científico, foi somente a partir da experiência desta pesquisa, por ocasião da produção de minha Dissertação para o Mestrado em Educação da FAGED/UFC<sup>10</sup>, que aos poucos fui tomando conhecimento da proposta institucionalista, segundo a qual as relações e experiências subjetivas dos indivíduos

---

<sup>10</sup> Neste contexto, as aulas nas disciplinas da Análise Institucional, o contato com outros colegas que trabalham nesta perspectiva e os encontros de orientação com a professora Sandra Petit foram fundamentais para esta minha nova opção metodológica.

devem ser valorizadas enquanto elementos determinantes das práticas institucionais, sendo o referente num processo de pesquisa.

A opção metodológica pelo uso do Diário de Campo indica essa postura institucionalista que toma o conjunto de relações constituídas no decorrer da pesquisa como ponto de partida para a análise permanente dos processos institucionais e contra-institucionais que possam existir no cotidiano da experiência de EP pesquisada. René Lourau aponta o uso do diário de campo na pesquisa como um instrumento não apenas de coleta de dados, mas principalmente de registro do cotidiano da produção do conhecimento, a partir da interação constante entre o sujeito pesquisador e o grupo pesquisado. Ele destaca alguns elementos produzidos pelo diário de campo que considera fundamentais para uma maior transparência da própria cientificidade da pesquisa, tais como a valorização da temporalidade da pesquisa, o favorecimento de uma visão do como foi construída a pesquisa e a revelação das condições de produção da pesquisa. Diz ele:

*“Uma característica da escritura ‘fora do texto’, como o poderemos constatar lendo os diários de campo, é a de produzir um conhecimento sobre a temporalidade da pesquisa (...) O diário nos permite o conhecimento da vivência cotidiana de campo (não o ‘que fazer das normas’, mas o ‘como foi feito da prática’). Tal conhecimento possibilita compreender melhor as condições de produção da vida intelectual e evita a construção daquilo que chamarei de ‘lado mágico’ ou ‘ilusório’ da pesquisa (fantasias, em torno da cientificidade, geradas pela ‘asséptica’ leitura dos ‘resultados finais’ da pesquisa). Sem as condições de emergência dos ‘dados’ da pesquisa, o leitor vai ter sempre muitas ilusões sobre a cotidianidade da produção científica (...)*

*(...) O diário da pesquisa – que, por sinal, não é, necessariamente, redigido todos os dias – reconstitui a história subjetiva do pesquisador. Mostra, entre outras coisas, as contradições entre a temporalidade da produção pessoal e a institucional ou burocrática”. (1993: 77).*

Neste sentido, a abordagem institucionalista fundamenta-se na análise das práticas e relações sociais que permeiam e cristalizam as instituições – enquanto conjunto de relações que têm sua dimensão política, econômica, afetiva, emocional, libidinal. Mas de onde surge a Análise Institucional? Qual sua origem? Que influências sofreu em sua gênese?



A Análise Institucional tem sua origem principalmente em três correntes: as escolas inspiradas nas psicoterapias de Rogers e dinâmicas de grupo de Kurt Lewin, bem como da pesquisa ação e tendências da psicologia; a psicanálise de Freud e seus seguidores; tendências políticas anarquistas que acreditam na democracia direta e na autogestão (Petit, 1999:01).

Abordagem Institucionalista caracteriza-se como uma prática de pesquisa que considera fundamentais a multirreferencialidade ou “transversalidade” de idéias, relações e práticas presentes no cotidiano do universo pesquisado. Trata-se das influências dos desejos e idéias produzidos pelas subjetividades que permeiam as diversas relações, na interação de diferentes atores sociais. Para Lourau (1991), a “transversalidade” diz respeito à valorização da pluralidade de idéias e relações que nos perpassam, a fim de que se possa construir algo novo, numa outra perspectiva do sujeito pesquisado. É o fundamento da ação instituinte dos agrupamentos, na perspectiva de constituição de sua autonomia. Afirma Lourau:

*“A transversalidade pode, portanto, definir-se como o fundamento da ação instituinte dos grupamentos, na medida em que toda a ação coletiva exige uma dialética da autonomia do grupo e dos limites objetivos dessa autonomia. A transversalidade reside no saber e no não-saber do grupamento a respeito de sua polissegmentaridade. É a condição indispensável para passar do grupo-objeto ao grupo-sujeito” (1991: 270).*

Na experiência pesquisada e analisada por este trabalho, é notória a existência de uma diversidade de relações sociais de cunho afetivo, político, econômico, marcadas por desejos subjetivos, explícitos ou implícitos, permeando ou determinando as relações do processo educativo dos jovens no Projeto Profissionalizando para o Futuro.

Nesta perspectiva, as práticas educativas desenvolvidas no projeto são consideradas como possíveis elementos geradores de um processo de institucionalização, sendo para isso, antes de tudo, elementos instintivos de outros processos de relações, capazes de criar possibilidades efetivas de quebras sutis dos esquemas institucionais de comportamento que a sociedade nos impõe no cotidiano, conseguindo até fugir dos esquemas paliativos do Programa Capacitação Solidária.

Para compreender a afirmação anterior, necessário se faz esclarecer que as práticas desenvolvidas pelo Programa Capacitação Solidária fazem parte de esquemas

mais amplos de relações institucionais, nos quais se inserem as relações políticas e econômicas que envolvem as entidades governamentais e o movimento popular. Aqui, segundo a abordagem institucionalista, considera-se que essas relações sociais permeiam as diversas dimensões da vida dos indivíduos e grupamentos, delineando regras, padrões e práticas sociais e políticas específicas, subjetivamente absorvidas, “internalizadas”, e objetivamente executadas.

Nesta perspectiva institucionalista, a Instituição é concebida como algo amplo, carregado da subjetividade dos agentes envolvidos, constituindo-se de regras, valores, interesses individuais e coletivos, assim como de relações informais, enraizadas na vida dos indivíduos e grupos. Muitas vezes pode ser algo camuflado, de difícil observação. Sobre isso, afirma Lourau:

*“(...) Instituição não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se na (e em) história, ou tempo (...) O tempo, o social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como movimento, dinamismo, jamais como imobilidade” (1993:28).*

A Instituição é também perpassada por sua base material, o que significa uma configuração de relações e determinações de interesses que podem manter a instituição ou criar mecanismos de sua transformação. A produção concreta de relações no cotidiano de reprodução da instituição – que podem ser relações econômicas, políticas, ideológicas, afetivas – geram conflitos ou outras situações capazes de produzir elementos contraditórios e questionamentos dos padrões estabelecidos. (Lourau, 1991:273).

Nesta concepção, portanto, a instituição é encarada fundamentalmente como um processo dialético de constante construção/reconstrução das formas sociais, presente no cotidiano dos indivíduos e grupos. Pode ser entendida tanto como produção de significado sociais, tecido de relações sociais, como um conjunto coletivo (Petit, 1999:02).

Concebida assim, como um processo dinâmico, a instituição, segundo a abordagem institucionalista, é constituída por três momentos ou dimensões que lhe são fundamentais, a saber, **o instituído, o instituinte e a institucionalização**. As duas primeiras dimensões são contraditórias e conflitantes, sendo que o instituído possui um caráter mais estático, com relações preestabelecidas, enquanto o instituinte é mais

dinâmico, capaz de produzir relações que podem ameaçar o instituído. Já a institucionalização surge das relações conflitantes do instituído e do instituinte, gerando um outro devir na instituição.

O instituído pode ser definido como o conjunto de regras e normas sociais e políticas previamente estabelecidas que determinem as ações dos indivíduos, tornando-as ações institucionais, coletivamente e subjetivamente oficializadas. Não é algo fixo, mas apenas relativamente estável. Para Lourau, o instituído é aquilo que está estabelecido, correspondendo à ideologia e às formas de representação e de organização normativa, vontade coletiva geralmente traduzida em discurso oficial. Pretende ser universal, totalidade unida, sendo, na realidade, atravessada por contradições. O instituído atua para manter sua imobilidade, utilizando para isso instrumentos de pressão e opressão caracterizados por certo nível de violência, como afirma Lourau: “(...) o instituído, o status quo, atua como um jogo de forças extremamente violento, para produzir certa imobilidade (...)” (1993:12).

Ora, de fato o projeto Profissionalizando para o Futuro está inserido dentro dos processos institucionais citados e apresenta, num primeiro momento, uma oficialidade que, de certa forma, não se contrapõe às relações instituídas no contexto do Programa Capacitação Solidária, que é carregado de regras, normas e padrões de ação para os seus propósitos educativos. Para manter o acesso aos recursos financeiros que viabilizam a realização do projeto, as lideranças e educadores, inicialmente, sujeitam-se aos modelos, cronogramas de trabalho e orientações pedagógicas da equipe que coordena o Programa Capacitação Solidária.

Entretanto, uma vez conquistados os recursos financeiros necessários, os educadores e lideranças do CPEC/Pé no Chão, foram capazes de produzir práticas pedagógicas e educativas que geraram, através de processos subjetivos determinados pelas relações sociais com os jovens, níveis de conscientização política e melhoria nas relações afetivas na família, na rua, na escola, na comunidade, que extrapolam à mera formação humana para o mercado de trabalho, produzindo condições de construção da autonomia.

Acredito que isso, na prática, implica mesmo numa visão política na qual o diferencial das relações de parceria com setores governamentais está na prática efetiva

dos educadores e/ou lideranças dos movimentos/entidades populares no momento concreto de execução dos projetos sociais e educacionais. É nesse momento que as relações podem, ou não, subverter uma ordem institucional estabelecida.

Ora, retomando o caso específico da experiência do projeto, as relações estabelecidas a partir das práticas das lideranças e educadores, subvertem, no nível microsocial, os processos institucionais amplos do Capacitação Solidária. Isto pode ser afirmado com base nos resultados e impactos que o processo educativo do projeto proporcionou no cotidiano dos educandos – conforme já analisado no primeiro item deste capítulo.

Esta possibilidade de “subversão” das relações impostas pelo Programa Capacitação Solidária é também fruto da própria compreensão que algumas lideranças do CPEC têm em relação ao jogo de interesses políticos que geralmente estão por trás dos programas sociais governamentais. Esta compreensão que remete à prática das lideranças das entidades comunitárias de compromisso com a comunidade e com o educando, é que torna a prática educativa capaz de vencer as limitações institucionais do Programa Capacitação Solidária.

As afirmações acima remetem ao outro conceito da Análise Institucional que acredito ser um elemento de referência para a análise das relações e práticas vividas no projeto. Trata-se do conceito de **Instituinte**. O instituinte caracteriza-se como um elemento questionador que existe dentro da própria Instituição, representando a contestação e expondo as contradições da ordem estabelecida. Propõe questões que podem subverter a ordem institucional estabelecida e levar à criação de novos padrões institucionais.

Para Lourau (1993:12), o instituinte pode ser entendido como a negação da universalidade, mas não deve ser sinônimo de transformação, num sentido mais radical do termo. Remete às particularidades, revelando os não ditos da Instituição, ou seja, o que está por trás de suas estruturas e normas oficiais: interesses coletivos ou individuais, ideologias, etc. Mas não necessariamente provoca a sua transformação.

Segundo os institucionalistas, da tensão constante entre a ordem institucional prevalecente e o seu questionamento, com uma possível subversão da ordem, que é o instituinte, nasce o que se chama de processo de institucionalização. Trata-se do

processo de constituição de novas, ou pelo menos, de outras relações sociais que podem, ou não, transformar as relações instituídas.

O processo de institucionalização é, portanto, o produto histórico da relação entre instituído e instituinte, que faz com que a instituição, por mais duradoura e rígida em suas regras e estruturas, nunca permaneça totalmente a mesma, mas passe por constantes mudanças, gerando outras regras e práticas sociais coletivas que se oficializam no cotidiano.

Segundo Lourau, a institucionalização incorpora uma dupla negação: a da pretensa universalidade e a das particularidades. Nega a universalidade na medida em que aponta para a não estabilidade da instituição e revela a sua não unidade perfeita. Por outro lado, também nega as particularidades quando procura absolvê-las na organização, supondo a superação da fragmentação e a formação de um novo instituído, mediante estruturas que também passam a ser relativamente estáveis e legítimas. Afirma o autor: “A institucionalização é o devir, a história, o produto contraditório do instituinte e do instituído, em luta permanente, em constante contradição com as forças de autodissolução.” (1993:12).

Ou seja, o processo de institucionalização gera características que deturpam o projeto fundante da instituição, freqüentemente conduzindo a um distanciamento cada vez maior de suas bases fundadoras. O devir da institucionalização manifesta-se nas formas organizacionais, na base material – política, econômica, ideológica – que perpassa as relações e ações institucionais e nas estruturas externas que influenciam a instituição, que não existe como algo isolado do resto da sociedade.

Em relação à pesquisa em análise, acredito que, por um lado, os resultados/impactos da prática dos educadores e lideranças do CPEC podem ser considerados como elementos geradores de um processo instituinte que questiona, na prática, as normas e perspectivas políticas e educacionais do Programa Capacitação Solidária.

Entretanto, as próprias lideranças e educadores podem não perceber o desenrolar desse processo de mudança que se configura na própria vida cotidiana dos jovens e funcionam como instrumentos capazes de subverter práticas socialmente estabelecidas no Programa Capacitação Solidária.

Restringindo a análise ao cotidiano da vida dos jovens, a experiência do projeto provocou o surgimento de elementos instituintes de novas relações afetivas e sociais, no campo da família, da sociabilidade dos jovens fora de casa, na escola e na comunidade. Os depoimentos citados nesse trabalho demonstram claramente que o processo educativo vivido pelos jovens gerou um processo de institucionalização que, a longo prazo, certamente pode operar transformações mais amplas em suas vidas e em suas práticas enquanto cidadãos. Eis alguns dos efeitos da experiência educativa do projeto, na vida de cada jovem que o vivenciou, que considero elementos instituintes: *desejo de sentirem-se mais sujeitos daquilo que eles próprios constróem; mudança de suas relações no ambiente escolar; melhora da sociabilidade e do reconhecimento humano junto aos colegas e educadores, conquistando mais espaço na sala de aula; descoberta de novas perspectivas de relações de gênero; mudança na forma dos jovens perceberem a comunidade e os grupos ali existentes; desenvolvimento, em alguns jovens, de um conceito político mais elaborado sobre a comunidade; criação de uma consciência crítica frente ao trabalho de suas lideranças comunitárias e educadores.*

Neste sentido, considero importante destacar a ligação entre a experiência educativa em educação popular e a proposta metodológica da Análise Institucional. Para a EP – conforme a perspectiva que assumo neste trabalho – o processo educativo deve estar fincado em relações sociais baseadas na democracia, participação, igualdade e horizontalidade de relações, onde educador e educando sejam sujeitos ativos do processo coletivo de partilha e produção do saber, a partir das experiências do cotidiano de cada um. Considera os desejos e a subjetividade de cada indivíduo como fontes de formação de uma singularidade de valores capazes de subverter a singularidade dos (contra) valores capitalistas, tendo como horizonte a construção cotidiana de uma sociedade diferente da que vivemos.

A Análise Institucional, portanto, pode contribuir para que haja um profundo debate sobre essa problemática, na perspectiva de ajudar a devolver às experiências e projetos de EP uma maior coerência entre os princípios e valores que defende e a prática de seus agentes. Ao reconhecer a importância das relações cotidianas, do afeto, da subjetividade, do imaginário, enquanto elementos influenciadores e determinantes das relações sociais, a AI propõe uma outra ou nova leitura multirreferencial da realidade,

capaz de possibilitar um ambiente de relações com maior liberdade de criação na perspectiva da construção da nova sociabilidade preconizada pela EP.

## Considerações Finais

No decorrer da presente pesquisa, pude reafirmar o meu ponto de vista de que permanecer com um único modelo de referência para análise dos processos educacionais e políticos da Educação Popular seria negar as amplas possibilidades que as relações humanas podem alcançar. Também acredito, no entanto, que as análises macro-sociais da EP não perdem sua validade, mas devem ser enriquecidas com o fato de que o processo de conscientização é algo muito mais dinâmico e subjetivo, fugindo mesmo ao controle do próprio educador, assessor ou pesquisador da EP.

Nesta perspectiva, a pesquisa apontou, para mim, alguns elementos que considero importantes para o fortalecimento da própria proposta da EP. Em primeiro lugar, nas experiências de EP, o educador tem sim um papel fundamental como sujeito que ajuda o grupo de educandos a ir descobrindo o conhecimento e a sua utilidade na vida política, que é viver em sociedade – com autonomia, igualdade, liberdade e de maneira plena.

O educador não é, entretanto, o único condutor do processo. Ele é parte do processo de condução coletiva na construção/reconstrução do conhecimento, compartilhando e interagindo com os educandos no cotidiano de trabalho, a vida, as experiências, as percepções do mundo e da sociedade. É no conjunto dessas relações de convivência que se constrói um saber coletivo, gerando um emaranhado de relações e posturas sociais e políticas que vão se cristalizando no cotidiano dos educandos, e do próprio educador, contribuindo para modificar suas relações nos meios sociais em que convivem.

Em segundo lugar, os resultados do projeto educativo analisado apontam para o desencadear de um outro processo nas vidas dos jovens educandos, a saber, a construção de novas formas de encarar a si próprios, a vida, as pessoas, a família, a sociedade, a comunidade, o mundo, enfim. Com alguns jovens aconteceram mudanças pessoais muito importantes, contribuindo para o crescimento de sua auto-estima e para o estabelecimento de novas relações sociais, seja na família, na escola ou na própria comunidade em que vivem.



Para outros, a experiência do projeto trouxe uma mudança na sua forma de ver a comunidade e os grupos sociais que nela existem, despertando até para possibilidades de engajamento. E, de um modo geral, o projeto parece mesmo ter contribuído significativamente para uma elevação da consciência crítica e política dos jovens, que passaram a demonstrar mais o que pensam e desejam sobre as diversas dimensões da sociedade em que vivem. A longo prazo, os resultados podem ser até politicamente mais significativos.

Enquanto educador popular e pesquisador, a experiência de convivência e análise dos processos educativos e das relações dos educandos do projeto Profissionalizando para o Futuro – CPEC/1999 - 2000, mostrou-me que, dentro de uma sociedade democrática, as possibilidades de construção de um processo “revolucionário” cotidiano são perfeitamente possíveis em qualquer experiência educativa que rompa com os moldes tradicionais de manutenção do *status quo* .

Conforme afirma Sales (1999), para isso, é necessário que a prática dos educadores e lideranças comunitárias envolvidas nesses processos se guie pelos princípios da participação, da igualdade, do respeito ao saber humano cotidiano, da humildade, da autocrítica, da criatividade e da dinâmica das relações, onde o poder e o saber são compartilhados.

Ser educador, pesquisador, portanto, é admitir que no processo pedagógico ou educativo, ou de pesquisa, é ele também um educando, apenas mais um dos sujeitos criadores de relações que geram práticas sociais específicas. É mais uma parte do processo de construção/desconstrução/reconstrução de um conhecimento sobre o mundo, a sociedade, as pessoas, sobre si próprio. Mas que, antes de tudo esse conhecimento, que é criado e recriado no processo educativo, ou de pesquisa, é apenas mais uma dimensão do amplo saber humano, na perspectiva do “sentir/pensar/agir” que é determinado pela subjetividade da mulher e do homem, produzida também pela convivência em sociedade.

Considero que a revolução da sociedade passa pela transformação cotidiana na vida das pessoas, com a afirmação de uma singularidade que se contraponha à lógica capitalista, o que Guatarri (1986) poderia chamar de “revolução molecular”. Vale salientar, no entanto, que não me refiro a uma revolução da vida numa perspectiva

individualista, mas sim a uma transformação pessoal cotidiana que tem conseqüências coletivas, sendo capaz de gerar novas relações sociais e políticas que podem tornar os indivíduos capazes de serem elementos instituintes de uma outra lógica de convivência social nos grupos, famílias, escolas, comunidades e na sociedade em geral.

Essa “revolução molecular”, que passa pela esfera do individual e se expande para o social, no entanto, não se cristaliza apenas quando o sujeito adquire novos saberes ou novas informações, principalmente se os processos de produção da vida e da sociedade continuam gerando injustiça e intolerantes desigualdades – de classe, de posição econômica, de raça, de credo religioso, etc. – que esmagam o ser humano.

A “revolução molecular” somente acontece quando se operam mudanças significativas nas relações entre as pessoas e grupos, com a adoção, na vida concreta e cotidiana, de valores e princípios que quebram ou negam a lógica capitalista de se viver. Levar os educandos a viverem cotidianamente a participação, a democracia, a justiça, a tolerância, o respeito, a solidariedade, a sensibilidade para com o ser humano e o meio ambiente, ajudando-os a terem uma visão crítica e política do mundo, da sociedade, da mídia, da comunidade, da família, da religião e de si próprios, pode ser um instrumento com que a educação popular vai gerando essa “revolução molecular”.

Mas, nem todos os projetos sociais governamentais executados em parceria com diversos setores da sociedade conseguem gerar esse processo de transformação. Todos são marcados por relações carregadas de normas e padrões sociais impostos pela ideologia dominante do *status quo*, numa sociedade capitalista como a nossa. É importante que, antes de tudo, os agentes de educação envolvidos nessas experiências tenham, em primeiro lugar, consciência das limitações das experiências de parceria com programas e projetos governamentais. Em segundo lugar, é essencial ter um compromisso fundante com uma prática política e educativa democrática e participativa, que possibilite a subversão/superação desses limites sociais e políticos, garantindo uma maior horizontalidade na relação com a base popular.

Esta análise também não pretende ser nem definitiva e nem se colocar como a detentora de uma “verdade científica”. Pretende, antes de tudo, fomentar o debate sobre as práticas de educação popular, sobretudo em se tratando da reflexão sobre os caminhos para um aprofundamento do processo participativo e democrático na prática

do movimento popular em suas relações com as políticas e programas governamentais dentro do mundo globalizado em que vivemos.

Finalizando este trabalho, peço licença ao leitor ou leitora para citar o saudoso compositor e poeta *Gonzaguinha*, para quem a luta cotidiana da vida é antecipação do amanhã desejado:

### ***Eu vou à luta***

*“Eu acredito é na rapaziada”,  
 Que segue em frente e segura o rojão.  
 Eu ponho fé é na fé da moçada,  
 Que não foge da fera e enfrenta o leão.  
 Eu vou a luta é com essa juventude,  
 Que não corre da área a troco de nada.  
 Eu vou ao bloco dessa mocidade,  
 Que não está na saudade,  
 E constrói a manhã desejada.  
 Aquele que sabe que é meu o coro da gente,  
 Aquele que segura a batida da vida o ano inteiro.  
 Aquele que sabe o sufoco de um jogo tão duro.  
 E apesar dos pesares, ainda se orgulha de ser brasileiro.  
 Aquele que sai da batalha e entra do botequim e pega uma Brahma gelada,  
 E agita na mesa uma batucada.  
 Que manda um pagode e sacode a poeira da luta.  
 E faz a brincadeira, pois o resto é besteira.  
 E nós estamos bem aí.”  
 (*Gonzaguinha*)*

## BIBLIOGRAFIA

1. BARREIRO, Júlio. **Educação Popular e Conscientização** (Tradução de Carlos Rodrigues Brandão). Petrópolis: Vozes, 1980.
2. BAREMBLITT, Gregório. **Cinco Lições sobre Transferência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
2. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
3. BRANDÃO, Zaia (Org.). **A Crise dos Paradigmas e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
4. CARDOSO, Ruth. **A construção de um novo diálogo**. In: Ávila, Célia Maria (org.) **Gestão de Projetos Sociais**. São Paulo: AAPCS, 1999.
5. COSTA, Marisa Vorraber (org.) **Educação Popular Hoje**. São Paulo: Loyola, 1998.
6. FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
7. \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
8. FREIRE, Paulo & NOGUEIRA, Adriano. **“Que fazer”? Teoria e Prática em Educação Popular**. Petrópolis: Vozes, 1989.
9. GADOTTI, Moacir & TORRES, Carlos Alberto(orgs.). **Educação Popular, Utopia Latino-americana**. São Paulo: Cortez: editora da Universidade de São Paulo, 1994.
10. GARCIA, Pedro B. e outros. **O Pêndulo das Ideologias: a educação popular e o desafio da Pós- Modernidade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
11. GARCIA, Pedro Benjamim. **Saber Popular/Educação Popular**. Petrópolis: Vozes, 1983. NOVA: pesquisa, Assessoramento e Avaliação em educação.
12. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

13. GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
14. \_\_\_\_\_ . **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. SP: Loyola, 1995.
15. \_\_\_\_\_ . **Educação Popular na América Latina no Novo Milênio: Impactos do Novo Paradigma**. Artigo apresentado em Caxambú - ANPED/2000.
16. \_\_\_\_\_ . **Mídia, Terceiro Setor e MST: Impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2.001.
17. GONÇALVES, Hebe Signorini (Org.). **“Organizações Não-Governamentais – Solução ou Problema?”** SP, Estação Liberdade, 1996.
18. GUATARRI, Félix & ROLNIK, Sueli. **Micropolítica. Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
19. JIMENEZ, Marco Raúl Mejía. **Educação e Política: Fundamentos para uma nova agenda latino-america**. In: O Pêndulo das Ideologias: A Educação Popular e o desafio da Pós- Modernidade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
20. \_\_\_\_\_ . (Trad. de Bento Fernandes) **Sindicato & Pedagogia, rumo a uma escola enraizada na educação popular**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1989.
21. \_\_\_\_\_ . **Transformação Social**. (Série Questões da nossa época, 50). São Paulo: Cortez, 1996.
22. LAPLANTINE, Francois. **Aprender Antropologia**. São Paulo, Cortez:1992.
23. LOURAU, René. **“Análise Institucional e Práticas de Pesquisa”**. Rio de Janeiro, UERJ: 1993.
24. \_\_\_\_\_ . **“Análise Institucional”**. Petrópolis: Vozes, 1991.
25. MATOS, Kelma Socorro Lopes. **Nas Trilhas da Experiência. A Memória, a Crise e o Saber do Movimento Popular**. Fortaleza: Unifor, 1998.

26. \_\_\_\_\_ . **Juventude e Escola: desvendando teias de significado entre encontros e desencontros**. Fortaleza, 2.001: Tese de Doutorado – FAGED/ UFC.
27. OLIVEIRA, Francisco de. **“Estado, Sociedade, Movimentos Sociais e Política Públicas no limiar do século XXI”**. Rio de Janeiro: FASE/PIC, 1994.
28. PETIT, Sandra Haydée. **Síntese sobre Análise institucional: Origens e Alguns conceitos básicos**. Fortaleza, 1999 – Texto digitado.
29. \_\_\_\_\_ & SOARES, Rosileide de Maria Silva. **Mapeando novos territórios: refletindo acerca de modelo conscientizador da EP, em busca de alternativas**. Trabalho apresentado no XXVI encontro da ANPED em Caxambu, 2.000.
30. SALES, Ivandro da Costa. **Educação Popular: uma perspectiva, um mundo de atuar** (alimentado um debate). In: Scocuglia, Afonso Celso & NETO, José Francisco de Melo.(orgs.) **Educação popular: outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.
31. SANTOS, Boaventura de Sousa. **“Pela Mão de Alice: O social e o político na pós - modernidade”**. São Paulo: Cortez editora, 1995.
32. SCHERRER-WARREN, Ilse. **“Redes de movimentos Sociais”**. São Paulo: Loyola, 1993.
33. \_\_\_\_\_ . **“Cidadania Sem Fronteiras. Ações coletivas na era da Globalização”** . São Paulo, HUCITEC: 1999.
34. SOUZA, João Francisco de. **“A produção do Conhecimento na Educação Popular”**. In: Cadernos da ABESS n°. 2. São Paulo: Cortez, 1988. Pág. 68-80.
35. TORRES, Rosa Maria. **Discurso e Prática em Educação Popular**. Ijuí: Unijuí, 1988.

### DOCUMENTOS E PERIÓDICOS

1. Proposta de **Criação do Programa Comunidade Solidária**, documento mimeo. Brasília,1993.
2. **Revista Capacitação Solidária**. Número 01, SP: AAPCS, dez. de 1997.
3. **Ação da Cidadania OnLine**. Texto da Internet, 2001.